Diário de Lisboa

ANO 62.º N.º 20 998
Novembro 1982
Sábado

6

20$00

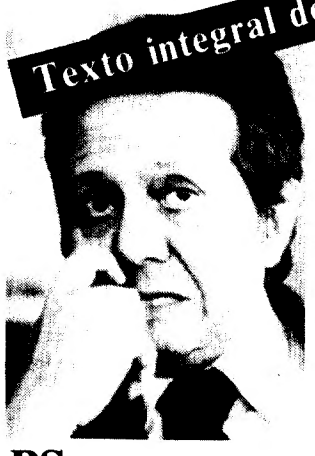
Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Dando praticamente como "certo" o nascimento de um novo partido

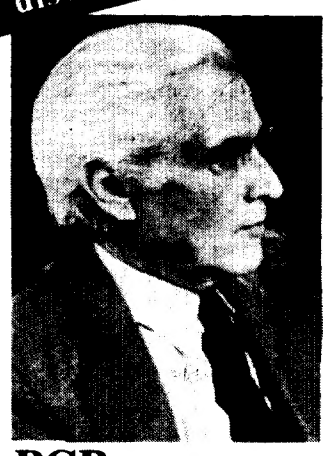
Eanes ameaça alterar actual relação de forças

Texto integral do discurso e reacções nas páginas 4 e 5

● O Presidente critica asperamente aspectos dominantes da Revisão Constitucional que promulgou ● Recorda que a AD quiz o reforço dos poderes presidenciais para Soares Carneiro ● Reconhece que aumenta a descrença na "mudança" prometida pela coligação no Poder ● Acusa o PS de inconsistência ao exigir a demissão do Governo

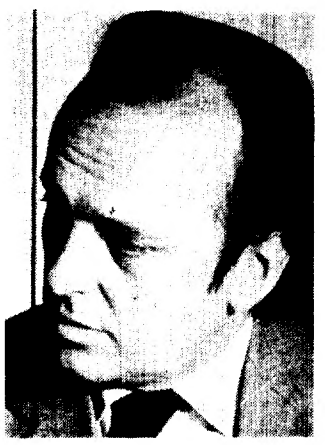


PS:
Que renuncie se discorda da Constituição revista



PCP:
Não correspondeu à expectativa de milhões de portugueses

CDS:
Ele diz ao mesmo tempo que está tudo mal e não há saída



PSD:
As posições do Presidente coincidem com as do PCP

MDP:
Registamos a vontade de não fugir a responsabilidades

CGTP:
Interessa é demitir Governo e convocar novas eleições

O discurso e o País

A expectativa criada à volta do anunciado discurso do Presidente da República — e os meios próximos da Presidência da República para essa expectativa terão contribuído —, tinha dado larga margem à esperança de que uma formulação crítica em relação ao processo de revisão constitucional e à governação do País, se não limitasse a um distanciamento apresentado com desgosto e com grande dignidade, mas apenas formal.

O Presidente da República garante, aos seus eleitores e a todos os Portugueses, que fielmente cumprirá, como sempre cumpriu, a Constituição. Reconhece que lhe foi criada uma situação diferente. Inclusivamente diminuída em relação às capacidades que durante a campanha da sua recandidatura prometera exercer ou previra como condicionantes da sua acção. Caracteriza, e com a severidade merecida, a degradação

Continua na pág. 7

Surpresa em Espanha

"GRAPO" decreta tréguas e promete dissolver-se

Em comunicado hoje enviado ao escritório da agência France-Presse em Madrid, os «GRupos de Resistência Primeiro de Outubro» (GRAPO), braço armado do Partido Comunista de Espanha Reconstituído (PCER), decretaram tréguas na sua actividade de guerrilha e prometeram dissolver-se. Segundo os termos do comunicado, «trata-se de um sinal da sua disposição ao diálogo depois da vitória do Partido Socialista Operário Espanhol nas eleições do dia 28 de Outubro último». O mesmo texto, põe, no entanto, algumas condições: a saída da Espanha da NATO, a depuração do aparelho de Estado e a melhoria das condições de vida das massas. Embora os GRAPO considerem o PSOE como «gestionário dos interesses da oligarquia», decidiram dar-lhe o benefício da dúvida. Como acentua o comunicado, as tréguas serão rompidas «se as forças repressivas continuarem a sua escalada criminosa contra o povo e as organizações antifascistas ou se as exigências das massas populares não forem levadas em consideração». Recorda-se que fontes policiais e meios jornalísticos consideram que os Grupos Antifascistas Primeiro de Outubro» têm sido, por diversas vezes, manipulados pela extrema-direita.

Livre de Canto

A. Flores de Andrade

Ainda está por demonstrar o que pesa mais na balança da nossa secular ligação a África: se a influência que sobre ela exercemos, se a influência que ela exerceu sobre nós.

Nairobi, Abidjan e Maputo são terras semelhantemente europeizadas, mas ninguém terá dúvidas em reconhecer que Portugal é um país muito mais africano do que a Inglaterra ou a França. Em quê? Em tudo. E quem quiser que me contradiga, se bem que eu recomendasse a todos, incluindo às forças vivas da Nação, que melhor iriam se meditassem sobre o tema, que tem muito a ver com muita coisa importante para nós. De resto – e embora pareça que não dispomos já de muito tempo para meditações, não sou eu quem vai contrariar Jacinto Nunes – nunca é tarde para baralhar e dar de novo, ou seja, pondo isto mais em estilo, ainda é (tem que ser) tempo para uma avaliação cultural das nossas possibilidades humanas e materiais e para uma actuação consentânea, seja a nível interno, seja no domínio das relações externas.

Quer isto dizer, encurtando razões, que perante a crise económica mundial (já de si reflexo de uma enorme crise cultura); face ao curto espaço de tempo de que dispomos para evitar uma verdadeira situação falimentar; dada a ineficácia das experiências tentadas até aqui, sobretudo nos últimos dois anos, é rigorosamente impensável que haja por aí à solta uma qualquer receita para resolver os arrepiantes problemas que já se nos põem. Ela terá, com efeito, que passar por uma séria meditação colectiva sobre os meios ao nosso alcance, o que seremos capazes de fazer com eles e, inclusivamente, os sacrifícios que teremos que suportar para torná-los operacionais.

Não há realmente Fundo Monetário Internacional, João Salgueiro ou Bruxa de Montemor que consiga suprir a falta de participação de um povo na resolução dos problemas do seu país. Participação que não pode resumir-se à repartição dos sacrifícios resultantes da má gestão dos políticos, os quais não devem, por sua vez, contentar-se com o serem eleitos para continuarem apenas a repartir a crise e a gerir mal.

Do que se fala aqui é de uma participação generalizada na aálise dos problemas, na busca das soluções possíveis, na assumpção consciente da austeridade necessária e na aposta voluntária e determinada no esforço imprescindível. Como se fala também de políticos que saibam reconhecer os seus fracassos, servir a Nação acima dos seus interesses pessoais, falar menos produzir mais e rejeitar o poder mantido à custa da desmobilização do povo.

O que é que tudo isto tem a ver com a África? Muito mais do que parece, meus amigos.

a palavra com...

Beja Santos

O Meu Amigo Sapato

O meu amigo e companheiro sapato tem-me permitido uma boa deslocação pedestre. Hostil à moda, recusa toda e qualquer relação com os saltos altos, a ponta bicuda, os forros sintéticos, a cortiça anti-transparente. O meu amigo sapato detesta joanetes, pé cavo, pé de atleta. Por isso o meu amigo sapato é amplo, longo, com sola de couro rígida, na parte longitudinal e flexível na zona junto aos dedos; veste-se de couro, nunca de plástico. Têm-me dito insistentemente que o plástico dificulta a respiração, provoca supurações, frieiras e até problemas de circulação.

Avesso, como já disse, a saltos acima dos 2 cm e às solas compensadas.

Mas o meu amigo sapato queixa-se de ser maltratado.

Entendi, por isso, tornar público o seu rol de prevenções, com base na carta que ele me enviou sob a epígrafe «Tenhamos piedade dos nossos sapatos». Como o leitor sabe, o sapato parece-se um pouco connosco: aprecia as pequenas atenções... e está sempre pronto a afrontar as pedras, os desníveis, a humidade e a erosão do poder de compra.

Erros a evitar:

– Pôr os sapatos a secar junto de uma fonte de calor. As solas de couro mostram-se particularme te sensíveis. O calor amolece as fibras, daí um maior desgaste e o risco de perfurações. Também as solas de borracha e de plástico podem amolecer e entrar em fusão sob a influência do calor;

– Não engraxar. A graxa não serve só para dar brilho, também alimenta o couro, ajudando-o a manter-se flexível.

Remova a poeira e as manchas de sujidade antes de engraxar. Caso contrário, formar-se-á uma camada que acaba por endurecer o couro, tornando-o rílido e mais propenso a rasgar-se com o uso.

Espanlhar graxa sobre a costura junto à sola garante uma melhor impermeabilização;

– Usar sempre os mesmos sapatos. A transpiração é um dos piores inimigos. A humidade quente revela-se particularmente favorável ao desenvolvimento de bolores e bactérias, tal como à formação de depósitos de sal que endurecem o couro e o fazem estalar.

Alternar o par de sapatos também é democrático (e mais económico);

– Calçar sapatos inadequados às situações. Por exemplo: conduzir com sapatos demasiado largos para a escassez de espaço existente entre os pedais do automóvel ou exigir a sapatos com que se anda na cidade, numa excursão em «todos os terrenos».

Vai comprar sapatos para os seus filhos?

Aceite algumas sugestões para uma compra criteriosa:

– Certifique-se que a criança experieminta ambos os sapatos de pé e não sentados;

– Procure comprar os sapatos da parte da tarde, quando o tamanho do pé se houver dilatado;

– O sapato deverá ser suficientemente largo para que os dedos descansem na sola, já que os sapatos muito estreitos podem fazer com que os pés e os dedos cresçam com deformações;

– O calcanhar deverá assentar bem em cima do tacão, havendo o cuidado de evitar que aperte; assim evitará sofrimento, bolhas e calosidades;

O molde deverá ter uma forma o mais anatómica possível, de acordo com o pé da criança.

É este o teor, no essencial, da carta aberta do meu amigo sapato, fiscal e fardamenta do pé.

Se o pé é uma obra-prima que tem a tarefa de suportar o peso do corpo, respeitemos a sua guarnição de segurança.

Até porque um amigo com saúde dura mais tempo.

VILA DE OEIRAS

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

AVISO

DIFICULDADES NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA AOS CONCELHOS DE OEIRAS E AMADORA NOS PRÓXIMOS DIAS 8, 9 E 10

Os Serviços Municipalizados de Oeiras avisam os Senhores Consumidores dos Concelhos de Oeiras e da Amadora que a EPAL nos informou que haverá redução acentuada no fornecimento de água aos dois Concelhos devido a obras que estão a ser realizadas nas suas condutas, nos dias, 8, 9 e 10 do corrente.

Apesar de totalmente alheios à situação os Serviços Municipalizados de Oeiras pedem desculpa de mais este incómodo.

Oeiras, 5 de Novembro de 1982.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A. MELO DE CARVALHO

Contra o aborto mas a favor do desmancho

Moisés Espírito Santo *

O debate actual «a favor da interrupção da gravidez», segundo uns, e «contra o aborto», segundo outos, sugere algumas observações sobre a compreensão deste assunto no meio rural e nos meios populares em geral. Esta é uma achega, que se não servir ao debate, servirá, talvez, à semiologia.

Há já uns largos meses que se desenvolve em certas regiões rurais uma campanha «contra o aborto» consistindo numa petição, ou «abaixo-assinado», que circula nas aldeias exclusivamente, sobretudo, se não entre as mulheres. Tem sido, igualmente, distribuído nessas regiões, como em Lisboa, um prospecto colorido e ilustrado em que se vê um ser humano no seio maternal num estado de evolução bastante avançado, direi sete ou oito meses. Ignoro exactamente donde provenham essas campanhas; quanto aos prospectos, distribuídos por mulheres citadinas, não mencionam a origem (o que é desonesto), enquanto os «abaixo-assinados» parecem derivar dos párocos rurais, ou dos círculos católicos integristas que existem naquele meio.

Integrado pelo zelo e pelo secretismo com que as mulheres faziam circular as petições, e sobretudo pelo facto de excluirem os homens dessa campanha, desenvolvi a minha investigação. Cheguei a esta conclusão que é interessante: **«Elas são contra o aborto mas são a favor do desmancho, não é a mesma coisa».** De facto, entende-se o «aborto» como o assassinato duma criança prestes a nascer, como o mostra a ilustração citada, enquanto o «desmancho» entende-se como uma acção que visa a não formação da criança. Igualmente, na linguagem comum, «aborto» evoca um fantasma repugnante, um monstro; «desmanchar» significa interromper um processo, desfazer um percurso, voltar ao princípio. Portanto, temos de considerar que a campanha dos que são «contra o aborto» se reveste dum certo «bom senso» que é senso popular e comum. Admitido o princípio do «sim ao desmancho, não ao aborto» e posto o debate nos seus devidos termos, deduzimos que a «interrupção da gravidez» não encontraria oposições políticas nos meios populares. Os partidos conservadores nada terão a temer quanto à sua clientela eleitoral.

«Desmanchos» (não «abortos») fizeram-nos, continuam a fazê-los ou aconselham-nos muitas mulheres que assinam as petições, e até se diz que se conhecem receitas, «ervas», para o efeito. Quantos «desmanchos» tidos como «involuntários» não são de facto provocados! Segundo nos informam, «saltar», «percorrer escadas com muita pressa», «trabalhos pesados», «viajar em autocarros ou em carroças com sistemas de suspensão defeituosos, ou em bons carros mas em estradas esburacadas», constituem processos de desmanchos «involuntários». Não consultei os hospitais quanto às mulheres aí acolhidas no seguimento dum traumatismo da gravidez; vendo a minha mercadoria ao preço que a comprei. Constato no entanto que muitos dos «desmanchos», cientemente provocados ou não, por aqueles processos ou por outos, acabam por ser atribuídos à responsabilidade dos «homens», a um pai ou marido abrutalhado, a um patrão irascível, que violentam ou «ralham» às mulheres, provocando nelas «um estado de nervos» ou um desgosto que, segundo se diz, interrompe a gestação e provoca o «desmancho involuntário». Esta acusação inscreve-se num conjunto de outros elementos conhecidos de certos etnólogos e cuja significação reverte em favor das mulheres; constituem uma certa forma de pressão das mulheres contra os homens. Entende-se que a mulher grávida tem direito a regalias excepcionais, a satisfazer os seus caprichos, a não ser contrariada nem ter «desgostos» comer algo de bom ou de raro que lhe vier à ideia para cuja satisfação o marido se deve mobilizar (há menos de um ano encontrei na Amadora, às duas horas da manhã, um homem, a sogra e um rapazito que procuravam uma padaria que lhes vendesse «pão quente» que era a coisa que apetecia à esposa grávida àquela hora).

Integrado no nosso contexto cultural o debate está mal posicionado, falta-lhe o rigor científico. Não há concordância na linguagem. Os fiéis (as fiéis) estarão do lado do Episcopado no que se refere ao «aborto» e de acordo com outros no que se refere ao «desmancho», ou à «interrupção da gravidez», «antes que se assista à formação da criança».

Dado o facto dos homens serem excluídos daquelas petições, não será também de desprezar a hipótese de a campanha pretender insinuar uma certa oposição das mulheres rurais, por um lado, às citadinas e às «intelectuais» acusadas pelas primeiras de atropelos à moral conjugal e familiar, e por outro, aos homens em geral nomeadamente aos partidos operários considerados no meio rural como organizações masculinas. A exclusão dos maridos de tais petições explica-se ainda pelo facto de a tal campanha ser animada pelo clero objecto de desconfiança dos homens. Seja como for, os homens dos meios rural e operário são, na sua maioria, favoráveis ao aborto, na sua acepção correcta. Mais ainda: tanto eles como elas, no meio rural, consideram que a decisão do «desmancho» deriva fundamentalmente da responsabilidade e da vontade das mulheres, que diz respeito essencialmente a elas, porque, segundo dizem, «mesmo depois da gravidez elas continuam a ser senhoras do seu corpo». Estes termos são equivalentes à expressão francesa («droit de la femme à son corps») com que as mulheres desse país fizeram reflectir aqueles que, **no parlamento mas neste debate unicamente** se ergueram como os defensores quixotescos das mulheres, das mães... e da família numerosa.

* **Professor de Sociologia Rural da Universidade Nova de Lisboa**

José Relvas: homem do 25 de Abril *

João Medina

RECEIO que, se eu vos disser que José Relvas foi um homem do 25 de Abril, tomeis como um chiste ou uma espécie de metáfora plutarquiana aquilo que, ao fim e ao cabo, não é uma coisa nem outra: José Relvas, o homem que proclamou a República do alto da varanda do Município lisboeta, na manhã do dia 5 de Outubro de 1910, foi eleito para o Directório do Partido Republicano Português em 25 de Abril – não o nosso, o de 74, mas o de 1909, há quase três quartos de século atrás –, com o claro mandato de naquele órgão supremo «pôr a revolução na rua», essa revolução preparada, por todos os meios, por aqueles que sabiam chegado o dia e a hora de deitar por terra uma monarquia envilecida que representava em Portugal a corrupção, o privilégio injusto, o compadrio, a imoralidade nas consciências e na administração, a incompetência na condução dos negócios públicos e uma tristeza vil que amargurava as almas dos mais puros e sinceros portugueses da altura. Essa revolução amadurecera durante o conturbado consulado franquista, espécie de acintoso, dramático e, por fim, sangrento desafio lançado por um punhado de sectários da realeza ao, até ali, ordeiro e, apesar de todas as aparências, demasiadamente legalista e eleitoralista Partido Republicano. Agora, passado o tufão da demência franquista, sentia-se que não se podia pedir delongas ou legalismos à enchente histórica da revolução antibrigantina: e esta crescia, tanto legal como clandestinamente, nos «bailes de máscaras» (como se exprimia João Chagas) da Carbonária, com seus balandraus, punhais e liturgias rocambolescas, como no trabalho paciente de iluminação do espírito público pelo verbo dos tribunos comicieiros ou pela pena dos ideólogos e panfletários da «Ideia Nova».

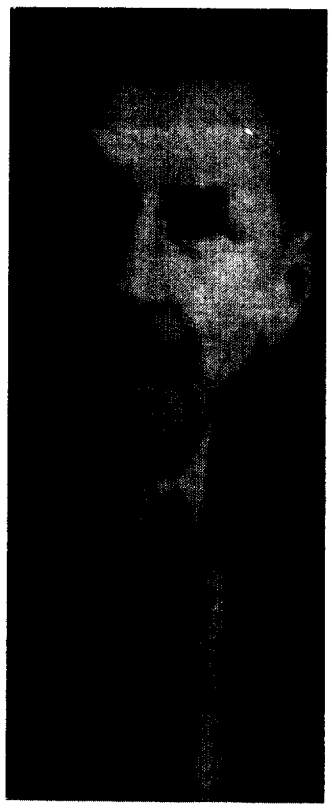
«PÔR a revolução na rua», trazê-la do céu imaculado dos conceitos para o bronze e a lama da prática quotidiana, da governação do País era o mandato que o Partido, fortemente pressionado pelos «bons primos» da Carbonária, dera aos homens eleitos no congresso do teatro Luísa Todi, em Setúbal, a 25 de Abril de 1909. E se, ao lado de sinceros defensores da conquista do poder e derrube da realeza pela via violenta, havia também liberais timoratos ou sábios perdidos na sua erudição babilónica, como Teófilo Braga, também ali estava representada a generosa ilusão duma palingenesia radical, pura e dura, ou seja, Basílio Teles, o teorizador da ditadura legislativa, afinal tão decorativo como o seu colega das letras, já que preferiu manter-se arredado de qualquer actividade concreta, misantropizando na sua Tebaida nortenha, alheio afinal aos trabalhos da revolução em marcha, atitude que seria sempre a sua até à morte, em 1923. Mas outros estavam no Directório do 25 de Abril para auxiliarem Relvas no desempenho do seu propósito central de abrir alas à revolução que germinava. Homem cordato, moderado, vindo de um meio patrício, Relvas comungava paradoxalmente com o desejo de sectores sociais mais radicais e impacientes, avessos à evolução preconizada pelos elementos legalistas como Bernardino Machado e outros, sonhadores de uma lenta e sempre adiada infiltração do republicanismo nas alamedas do Poder. Sabiam os revolucionários que o seu dever é o de fazerem a revolução e que não se podia esperar que se reformasse pelo mero boletim de voto ou pelo pulcro fascínio do verbo comicieiro ou dos intelectuais um monolito com quase oito séculos de existência, com inveterados vícios, taras e aleijões, e que se não devia espear da própria realeza um arrependimento que ela tantas vezes prometera quantas renegara do modo mais despudorado. Por outro lado, situando-se numa franja político-ideológica que aspirava a implantar entre nós um regime que não fosse a tradução em calão do aburguesadíssimo sistema vigente em França, os republicanos da ala mais avançada profetizavam, com João Chagas, que a República tinha de ser radical e socialista – ou não seria coisa que se entendesse. Que uma República, no final da primeira década deste século, não se podia ficar pela conquista de liberdades formais, meramente políticas, tinha antes de associar a si as aspirações das classes trabalhadoras. Dissera-o Chagas poucas semanas antes da Revolução eclodir:

«Os foliculários da Imprensa reaccionária têm espalhado que os republicanos prometem o bacalhau a três vintens.

Não há dúvida que os republicanos não tomaram este compromisso severo, mas não há dúvida também que a República deve traduzir-se em algum bem-estar, pois a revolução que se detém na estéril conquista das formas políticas é uma revolução que aborta. Os mesmos foliculários alegam que os republicanos prometem às classes trabalhadoras a bem-aventurança. Não é a bem-aventurança que eles lhes prometem, mas é, sem dúvida, uma República acompanhada da ideia social, porque no tempo de hoje já não é possível pôr duas Repúblicas em presença uma da outra, como dois adversários. A República tem de ser radical e socialista, ou não será coisa que se entenda». (Cartas Políticas, 2-VIII-1910).

ERA esta, afinal, a aspiração mais profunda e comum a largos estratos sociais que militavam no republicanismo oficial ou clandestino, ou seja, tanto nas manifestações patentes do partido como nas suas estruturas obviamente conspirativas, clandestinas, como a Carbonária. Pretendia-se que a República a implantar fizesse ouvir, pela primeira vez na nossa História, a voz dos deserdados, dos trabalhadores e dos anónimos nos areópagos, nos corredores e nas salas onde o Poder reúne, decide, governa. O facto de assim não ter sucedido não invalida porém o interesse dessa hipótese, claramente assumida por muitos operários, anarco-sindicalistas e socialistas, apadrinhada também por sectores burgueses do Partido Republicano, como João de Meneses, o autor de A Nova Fase do Socialismo (1902). Do lado do operariado, um acrata como Emílio Costa debruçara-se sobre o problema da utilidade da «etapa» republicana na evolução da questão social, dizendo enfaticamente: «Ou se faz a República em pouco tempo – fase política e social porque não pode deixar de passar a nação portuguesa – ou o povo português deixará de ser colaborador autónomo e consciente da grande civilização universal. A República impõe-se (...), uma República larga, franca, nacional, onde caibam todos». (É precisa a República?, Lisboa, 1903).

ISTO o dizia Emílio Costa, teórico libertário, sete anos antes da Revolução eclodir, traduzindo assim, em letra redonda, o desejo de muitos militantes operários e sindicais que não queriam ver divorciados os ideais da República e os das massas trabalhadoras, antes os viam táctica e estrategicamente coincidentes ou, pelo menos, convergentes, ao ponto de lutarem, como o fariam no 4 e 5 de Outbro, nas barricadas, lado a lado, e como o estavam fazendo aliás os «bons primos» da fraternidade florestal. Ali, nos catacumbas da clandestinidade, burgueses, lojistas, intelectuais, assalariados, operários fabris, artesãos e tantos outros homens do mundo burguês e fabril, ao lado de soldados e marujos sem galões, militavam diariamente, irmanados na esperança do Grande Dia que não fosse apenas um mero idílio mas um autêntico «Dies Irae» de justiça, de resgaste, de triunfo dos eternos deserdados sobre os eternos homens da Alta Ganância nacional essa poderosa e secular morgada de Portugal. Para eles a República era obviamente social, ia muito além do liberalismo dos seus avós, era um novo Min-



delo, mas mais forte, mais fundo, um Mindelo social, radical, arrasador, um transliberalismo e não apenas o remoçar das fórmulas da revolução vintista. Não queriam que a esperança revolucionária que a República, Mulher-Mãe, simbolizava não viesse a passar, como aliás sucedeu, duma substituição dum rei hereditário, mais a sua corte de parasitas, validos, prebendados e lacaios, por um presidente eleito, sem poderes e sem aura, como também havia de acontecer. Menos ainda queriam ou desejavam que as velhas oligarquias que estavam por detrás dos escândalos e cambalachos da Monarquia – questão Hinton, caso do Crédito Predial, adiantamentos régios, etc. – dessem lugar, numa República, às novas oligarquias e novos potentados financeiros, afinal a continuação, sob outros nomes, da mesma e eterna Alta Ganância, como também viria a acontecer...

Assim, pois, o Directório eleito a 25 de Abril na cidade sadina por uma via insurreccional: trata-se de fazer a Revolução, ainda que se continue a jogar o rotineiro jogo das eleições fictícias que só os partidos do rotativismo podem ganhar. No Directório, o denodado homem do Ribatejo vai velar pela protecção das instâncias oficiais e oficiosas do Partido Republicano a todas as estruturas clandestinas e semi-ilegais que, na sombra, tramam a queda da Monarquia. É preciso que a floresta de Dunsinane suba a calçada que vai de Alcântara ao Palácio das Necessidades, e que o faça de modo tão prudente que o rei-menino só dê pelo desastre quando os canhões dos barcos carbonários vomitarem sobre a pacata colina, onde o rei vive, os obuses que se destinavam a castigar a soberba Albion pela sua inqualificável felonia de Janeiro de 1890. É essa a faina crucial que caberá a Relvas desde a eleição do dia 25 de Abril, e a ela dará este lavrador conscienciosо e recto o melhor do seu trabalho e da sua inteligência, como mais tarde, em 1919, voltaria à governação para denodadamente restaurarar a República abalada pela dupla traição sidonista e monárquica. O papel que então lhe foi designado pelas instâncias partidárias e a maneira como habilidosa e firmemente o executou merece que o tomemos como um dos obreiros basilares da revolução de 1910. Ele foi, nessa viragem decisiva do 25 de Abril de 1909, o homem certo no lugar certo, o paradoxal, inesperado e afinal metódico Moisés que ajuda o povo errante a chegar à terra prometida de Justiça e da Igualdade.

Recordar Relvas, aqui e hoje, é assim, para além da estrita faina historiográfica, um dever de consciência, de homenagem ao 25 de Abril; o 25 de Abril de 1909, como o de 1974, como o de hoje e o de sempre, traduz-se, sem artifício nem metáfora, no mesmo símbolo: ele simboliza a esperança, o esforço e o sonho lúcido dos que esperam, confiam e trabalham por um País mais justo, mais livre, mais humano, mais fraterno. Homem recto, nobre, superior, justo, abnegado, Relvas representa, ontem como agora, na História como neste momento que é ainda presente e já futuro, o princípio mesmo da Esperança, o outro nome do 25 de Abril. Esperança, ou seja, também certeza e vontade de mudança, de criação dum regime onde caibam todos, um regime de todos e para todos. E para nomear esse regime, que não é de ontem apenas mas é também de hoje como o será de amanhã, não vale a pena procurar uma palavra nova, basta a palavra de sempre, ainda que às vezes escarnecida ou gasta: REPÚBLICA, RES PUBLICA. O regime para o maior número, portanto, o sistema da maior justiça. A coisa que a todos interessa por todos deve ser discutida.

E nada pode interessar mais os homens do que o Governo dos homens. Por isso, a República é sempre o Governo onde cabem todos. E só ela permite que o 25 de Abril de 1909 se continue no 25 de Abril de 1974 e no 25 de Abril de Sempre, na plenitude do próprio Abril, que é começo e recomeço, Primavera e Esperança reencontradas. Aqui, diante de nós, no seu corpo que se evola historicamente em bandeira verde-rubra, corpo que se faz ideia, voz que se faz espiral ascensional, Jose´ Relvas simboliza, neste Ribatejo que era o seu – e o de todos nós – um 25 de Abril que já não é apenas o de 1909 ou o de 1974, mas o de sempre: a eterna espiral que liga o que foi ao que será. Nós, os homens do 25 de Abril de hoje, aqui lhe vimos prestar sincero e reconhecido tributo como um de nós, a nós ligado pela espiral infindável do Abril permanente da História portuguesa.

*** Texto do discurso pronunciado em Alpiarça, em 31 de Outubro de 1982, por ocasião da inauguração do monumento a José Relvas.**

ponto a ponto

● **O Presidente da República** recebeu ontem, em audiência, no Palácio de Belém, a comissão organizadora do I Congresso Nacional de Educação Médica, que o convidou a presidir à sessão de abertura do encontro, no próximo dia 2 de Dezembro. Ramalho Eanes recebeu, também ontem, uma delegação do Interline Club of Portugal que igualmente o convidou a presidir à sessão de abertura da XV Assembleia Geral anual da World Airlines Club Association, que amanhã terá lugar.

● O secretariado da Federação de Coimbra do PS saudou os «capitais de Abril» salientando, a propósito da extinção do **Conselho da Revolução,** o papel daquele órgão «na consolidação e aprofundamento do regime democrático-constitucional». Os socialistas de Coimbra frisaram ainda que os conselheiros da Revolução são «legítimos representantes do Movimento das Forças Armadas» e «protagonistas sérios de uma das mais belas revoluções do mundo».

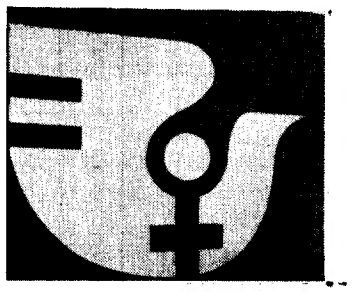
● **Manuela Eanes assistirá, amanhã, à abertura do Festival do Teatro Ibérico (FITEI), no Porto, onde também visitará uma exposição de miniaturas de Maria Alice de Castro e o «atelier» da escultora Maria Irene Vilar.**

● O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Melo Egídio, visitou ontem o **Exercício «Júpiter 82»** que se está a desenrolar, desde o passado dia 1 de Novembro, na área de Sines. O exercício envolve tropas da Brigada Ligeira de Pára-Quedistas e meios aéreos da Força Aérea Portuguesa, movimentando um total de 2500 homens.

● A Associação dos Auditores da Defesa Nacional entregará, na segunda-feira, ao Vice-Primeiro-Ministro e ministro da Defesa, **Freitas do Amaral,** um estudo sobre Defesa Nacional. O estudo pretende que, em Portugal, o problema da defesa seja estudado em vários níveis de ensino.

● Assinala-se amanhã o **65.º aniversário da Revolução de Outubro.** Entre as iniciativas de comemoração da efeméride, em Portugal, realizou-se ontem uma recepção oferecida pelo embaixador soviético, em Lisboa, Arnold Kalinin, na qual estiveram presentes personalidades da vida política, militar e intelectual nacional.

● O Secretariado distrital de Lisboa do **Movimento Democrático de Mulheres** afirmou o seu apoio aos projectos do PCP sobre a mulher, que serão votados no próximo dia 11, na Assembleia da República. Nesse mesmo dia terá lugar uma concentração promovida pela Comissão Promotora de Apoio aos três projectos, constituída pelo MDM-CLA-CNAC e IDM.



Eanes avisa, em caso de fracasso do Governo e partidos:

"Novas realidades políticas surgirão..."

Crítica cerrada à metodologia e âmbito da revisão constitucional – que promulgou apenas por «obediência ao imperativo da própria Constituição» – e abertura à criação do novo partido – «tendo em conta as condições normais de estabilidade na vida democrática, esta diferente situação pode aconselhar, ou mesmo tornar necessária, a procura de novas formas de expressão política organizada» – foram duas das questões mais salientes da comunicação de Ramalho Eanes, a noite passada, na TV. O PR referiu igualmente a preocupante situação económica do País e devolveu ao PS e à AD a responsabilidade pela criação de alternativas imediatas ao actual Executivo.

Todavia, e em caso de não-resposta partidária e governamental aos anseios de «racionalidade, eficiência e justiça» dos portugueses Eanes frisou: «Não abdicarei das responsabilidades que os portugueses me atribuíram de me empenhar na procura das soluções políticas adequadas».

«Por obediência a imperativo da própria Constituição, decidi promulgar a lei de revisão constitucional.

«A promulgação não significa, politicamente, mais do que isso. Por tal motivo, o Presidente da República tem o estrito dever de comunicar aos portugueses o seu juízo político sobre a revisão a que se procedeu, de expor qual é o seu entendimento do novo quadro de acção política, de esclarecer o seu comportamento político e de emitir a sua opinião sobre as responsabilidades que derivam do novo quadro constitucional.

Só assim o Presidente da República satisfaz a responsabilidade política de ter sido eleito pelos portugueses.

As revisões constitucionais devem ser actos políticos de profunda reflexão. Aconselha-o o bom senso, impõe-no a democracia.

São a ocasião ideal para avaliar a experiência recolhida na vida política.

Por isso mesmo as revisões constitucionais deverão ser, pela sua importância e pelo seu simbolismo democrático, processos de inteira participação democrática.

Deverão ser oportunidades ideais para a realização de um debate público sobre as questões políticas gerais fundamentando a apreciação crítica do passado e oferecendo uma orientação convincentemente segura para o futuro.

Deverão permitir atingir, no fim desse cuidado percurso de participação colectiva e de negociação política, um quadro regulador que reforce o exercício da democracia e permita a realização dos grandes objectivos nacionais.

Revisão: «Debate restrito e insuficiente»

Estes critérios de ordem geral não foram satisfeitos no processo de revisão da nossa Constituição.

A negociação restrita entre responsáveis partidários sobrepôs-se, por vezes ao debate parlamentar. Não ficaram, assim, inteiramente conhecidas as razões de cada parte, nem o significado exacto de cada alteração proposta e aprovada.

Utilizou-se, com um rigor em si mesmo significativo, a disciplina de voto partidário nas deliberações mais relevantes.

Restrito e insuficiente, o debate político sobre a revisão constitucional acabou por privilegiar um certo tipo de questões, como o sistema de poderes dos órgãos de soberania e, em especial, a alteração dos poderes do Presidente da República.

Esta evolução final do processo de revisão não pode deixar de se considerar surpreendente quando se recordam as numerosas polémicas que a Constituição alimentou desde 1976.

Esses debates centraram-se no peso doutrinário e ideológico da lei fundamental, no papel do Conselho da Revolução, no quadro limitativo ou condicionante que se dizia que a Constituição impunha à política económica e social.

Procurou-se mesmo provar que, em todas ou em algumas destas disposições constitucionais, estariam verdadeiros obstáculos à resolução rápida e eficaz dos problemas nacionais.

Pelo menos até meados de 81, o tema dos poderes do Presidente da República não era uma questão à qual se atribuísse uma importância vital para a consolidação da democracia e um tema essencial da revisão constitucional.

Pelo contrário, as forças políticas que apoiaram o candidato da Aliança Democrática nas eleições presidenciais defenderam pelo menos até 80, o aumento dos poderes do Presidente da República na revisão constitucional que se faria depois dessas eleições.

Em contraste, defendi na minha candidatura a manutenção desses poderes exactamente como estavam definidos na Constituição e firmei os entendimentos que julguei serem politicamente adequados, e suficientes, para atingir essa finalidade.

Não obstante tudo isto, a revisão constitucional veio a traduzir-se na alteração dos poderes que estavam atribuídos ao Presidente da República e na manutenção, no essencial, de todos os outros dispositivos constitucionais que foram motivo de polémica.

E se é verdade que se procedeu à extinção do Conselho da Revolução, não é menos verdade que essa alteração era indiscutível e estava mesmo constitucionalmente pressuposta.

Em suma, não se respondeu às críticas conhecidas, não se alterou o que se dizia necessitar da revisão.

Preferiu-se a inovação discutível, às vezes tão surpreendente e tão original, que são várias, e diferentes, as interpretações, que os seus próprios autores oferecem para as novas disposições constitucionais.

Fica em aberto, portanto, a questão de saber se algumas das soluções encontradas no processo são as que melhor garantem a realização dos objectivos democráticos.

Os poderes do PR

Importa que fique claro que, para o Presidente da República, tem pouco interesse discutir se aumentaram ou diminuíram os seus poderes constitucionais.

Em termos gerais, o que importa é saber se a acentuação da vertente parlamentar e as modalidades inerentes de distribuição de poderes são as mais vantajosas para produzir respostas democraticamente adequadas às grandes questões com que se defronta a sociedade portuguesa.

O menos que se pode responder é que a via parlamentar, agora reforçada, não resultou de propostas suficientemente explicitadas e debatidas desde 76, ou apresentadas durante as campanhas eleitorais de 80.

Mas a revisão entrou em vigor e há que apreciar o significado prático de algumas alterações introduzidas no novo quadro constitucional que rege as nossas acções políticas, de maneira a clarificar situações, responsabilidades, e vias abertas a novas situações possíveis.

Com o novo quadro constitucional, o Primeiro-Ministro passa a ser politicamente responsável perante o Parlamento.

A responsabilidade do Primeiro-Ministro e do Governo perante o Presidente da República deixa de ter, no actual texto constitucional, o qualificativo de político, facto que terá motivado que a essa responsabilidade fosse por alguns atribuída uma natureza institucional.

Responsabilidade institucional: o que é isso?

Não está esclarecido o que é a responsabilidade institucional. Para uns, essa responsabilidade institucional engloba todos os outros tipos de responsabilidade e, consequentemente, é mais do que a anterior responsabilidade política.

Para outros, nomeadamente para a actual maioria parlamentar, a responsabilidade institucional nada tem de comum, nem de superior, à responsabilidade política.

Perante esta diferença de opiniões, poder-se-ia pensar que se trataria de uma solução tecnicamente menos perfeita:

Seria estranho que isso acontecesse e não tivesse sido clarificado numa matéria com esta importância.

Mas em termos políticos, o verdadeiro sentido desta inovação é esclarecido quando se tem em conta outros pontos que também foram objecto da lei de revisão.

Demitir primeiros-ministros

De facto, o Presidente da República deixa de poder exonerar livremente o Primeiro-Ministro o que, até agora, era um dos seus poderes próprios e autónomos.

Por força da revisão constitucional só poderá demitir o Governo para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas.

A demissão do Governo pelo Presidente da República carece de audição do Conselho de Estado que sobre o assunto publicará um parecer em simultâneo com o acto do Presidente.

O Conselho de Estado examinará, então, o único fundamento que, na nova definição dos seus poderes, o Presidente da República pode invocar para demitir o Governo, ou seja, a verificação da anormalidade do funcionamento das instituições democráticas.

Se o Conselho de Estado concluir que o Presidente da República não tem razão para demitir o Governo, porque entende que o regular funcionamento das instituições democráticas não se encontra em risco, e o Presidente da República persistir no seu propósito, como é de seu direito, à situação de conflito, pressuposta por aquela decisão, acrescenta-se a pública divergência institucional com o Conselho.

A exoneração do Primeiro-Ministro, por iniciativa do Presidente da República, já não é mais um processo constitucionalmente admissível de procurar a criação de alternativas governamentais, mesmo na própria maioria parlamentar. Acentuou-se e modificou-se, qualitativamente, o sentido conflitual da demissão do Governo.

Todavia...

Esta nova realidade política não impedirá, obviamente, o Presidente da República de exonerar governos quando entenda não se ajustarem às exigências democráticas globais.

Também é digna de nota a alteração dos poderes do Presidente da República quanto à dissolução do Parlamento.

Com as novas disposições, a dissolução pode efectivar-se com a publicação simultânea de um parecer do Conselho de Estado.

É certo que o parecer, embora necessário, não é agora vinculativo para a decisão do Presidente da República.

Mas, no Conselho de Estado, mais de metade dos membros, está, de uma forma ou de outra, vinculado ao Parlamento que iria ser dissolvido.

A decisão de dissolução contra o parecer do Conselho de Estado só se justifica politicamente quando houver a convicção fundada de que os novos resultados eleitorais serão provavelmente diferentes.

Ou seja, são necessários sinais claros de que há novas intenções de voto, de que há novas alianças, ou de que há novas entidades no sistema partidário.

Dissolver Parlamento

Nestas circunstâncias, a dissolução do Parlamento torna-se cada vez menos um instrumento de procura de novas soluções partidárias, e é cada vez mais um mero processo de confirmação de uma solução política construída antes da dissolução.

No que toca à fiscalização da constitucionalidade das leis, não se poderá deixar de fazer uma referência crítica à solução encontrada para o Tribunal Constitucional.

Se é vedade que se manteve a fiscalização preventiva da constitucionalidade, a fiscalização abstracta, e a fiscalização por omissão, não é menos certo tr-se encontrado solução pouco razoável para a sua composição.

Eanes em Belém, instantes antes de iniciar a gravação do seu discurso

Tribunal Constitucional

De todas as soluções imagináveis, escolheu-se a mais estranha, em termos de democracia, já que o Tribunal Constitucional tem origem única no Parlamento. Irá, pois, apreciar as leis elaboradas por quem o escolheu.

Não está em causa a independência esperada dos juízes.

O que está em causa é a imagem pública e política do Tribunal Constitucional.

Por toda a revisão perpassa a preocupação de concentrar partidariamente a decisão política. Nesse sentido estão concebidos os próprios poderes presidenciais.

Teria sido democraticamente mais claro que este sentido desejado para a revisão houvesse sido anunciado aos eleitores nas eleições de 1980, e que os dirigentes partidários se tivessem candidatado à Presidência da República. Recordo que no Verão de 1980 publicamente anunciei que não me proporia a sufrágio se chefes partidários apresentassem as suas candidaturas.

Com a revisão constitucional, acentua-se a marginalização dos independentes e a perda do seu significado político quando ocupam ou se candidatam a posições de âmbito nacional.

Novo partido: «questão em aberto»

Tendo em conta as condições normais de estabilidade na vida democrática, **esta diferente situação pode aconselhar, ou mesmo tornar necessária, a procura de novas formas de expressão política organizada.**

É uma questão que se encontra agora em aberto na nossa vida política.

Entendo que o equilíbrio de poderes que constava da Constituição, antes da sua revisão, era mais adequado a uma situação económica, política e social que cada vez mais reclama a conjugação de esforços, com respeito embora, e um respeito rigoroso, da diversidade expressa pelos diferentes partidos políticos.

É uma situação que cada vez mais exige e exigirá uma função reguladora e estabilizadora das instituições democráticas. Julgo ainda que a anterior repartição de competências se ajustava melhor à eleição directa e universal do Presidente da República e às consequências que naturalmente o eleitor daí retira.

Também é verdade que às fórmulas jurídicas podem corresponder realidades políticas muito diferentes. Ou seja, é admissível que no quadro de uma efectiva alteração de competências, e com o consenso das próprias forças que agora quiseram aprovar essa alteração, se venha a verificar um reforço do papel presidencial.

Mas não venham, neste momento, os que foram responsáveis pela revisão constitucional reclamar a demissão do Governo sem a afirmação e a comprovação de que está em risco o regular funcionamento das instituições democráticas e que essa demissão não só permite afastar esse risco, mas também garantir o seu regular funcionamento.

Não venham, agora, os que foram responsáveis pela revisão constitucional reclamar a dissolução do Parlamento sem apresentar garantias bastantes de que há condições para novas soluções políticas, de que estão preparados para as avaliar e de que saberão concretizar as necessárias negociações.

Por mim, quero declarar que, cumprindo fielmente a Constituição – como sempre fiz, e agora provei, promulgando a Lei de Revisão Constitucional – não me escusarei às responsabilidades democráticas que assumi perante o País.

Esta apreciação crítica que facto da revisão constitucional não impede que reconheça o que de positivo ela introduziu, nomeadamente quanto à fidelidade dos princípios do Estado de Direito, ao reforço das garantias individuais e à confirmação da autonomia das regiões insulares. Sublinho de igual modo a observância, pela Assembleia da República, dos parâmetros fundamentais legalmente estabelecidos para a revisão.

***

Se é este o juízo político que formulo, é legítimo e razoável perguntar-se o que fiz, no âmbito das minhas responsabilidades e das minhas competências, para evitar que a revisão constitucional evoluisse deste modo.

Não dissolvi este Parlamento porque respeito escrupulosamente os meus compromissos.

Fui candidato depois de esta Assembleia ter sido eleita com poderes de revisão constitucional.

Na campanha eleitoral, nunca pus em causa a legitimidade

Continua na pág. 6

Reacções divergentes ao discurso presidencial

Num extenso comunicado, em seis pontos, da sua Comissão Permanente, o PS começa por considerar que, «se está em conflito aberto com a Constituição revista», o PR «deverá renunciar ao seu mandato, como aliás anunciou fazer através do seu porta-voz».

Para o órgão executivo do PS, se Eanes «não concordava com o processo de revisão constitucional, deveria ter dissolvido a Assembleia da República».

Critica ainda o PS o facto de o PR «não ter a coragem política de demitir o Governo nem de dissolver a AR, quando reconhece expressamente na sua comunicação que dispunha e continua a dispor de tais poderes».

«Não cabe – prossegue o comunicado – a um PR eleito como independente ser alternativa, liderar ou encorajar projectos partidários, nem substituir-se ao povo português na apreciação das alternativas políticas que, em democracia, só pelo voto são definidas e afirmadas.»

Recorda o PS que Eanes dissolveu em 1979 a AR, «a pedido de Sá Carneiro e viabilizou a AD antes do povo a ter consagrado como alternativa» e interroga-se sobre o que espera o PR para demitir o Executivo-Balsemão, tendo em conta «o espectáculo de desagregação patenteado pela AD, bem como as consequências nefastas da sua política económica e social», como «motivos mais do que suficientes para uma atitude moral e politicamente mais consequente» do Presidente da República.

Comenta ainda o órgão dirigente do PS que o presidente, «que como uma vez já reconheceu, abriu o caminho à direita, parece agora, apostado, em contradição com as expectativas do eleitorado que o elegeu, em impedir a afirmação de uma alternativa da esquerda democrática».

Para o PS, as críticas de Eanes ao processo de revisão constitucional utilizam os «padrões de análise do PCP», partido que para os socialistas foi o único poupado pelo presidente na sua «atitude negativa em relação aos partidos políticos existentes».

A Comissão Permanente do PS classifica ainda de «estranha» o que considera «a apologia dos independentes e da constituição de nebulosas formações políticas» na comunicação presidencial.

PCP iludidas expectativas

Num primeiro comentário da respectiva SIP (Secção de Informação e Propaganda), o PCP considerou que a comunicação de Eanes «não correspondeu à expectativa de milhões de portugueses que há muito exigem a demissão do Governo AD» e «a realização de eleições legislativas antecipadas».

Embora sublinhe que o PR procedeu «a uma análise muito crítica e justa à revisão da Constituição, ao seu significado e aos seus objectivos», idêntica a críticas já feitas pelo PCP à mesma revisão e sobre os perigos dela resultantes para a democracia», acentua de novo aquele partido que a política do Governo e a revisão em si «há muito justificariam do PR a adopção, na esfera das suas competências, de medidas para afastar a AD do poder e abrir a oportunidade ao povo português para escolher novos governantes através de eleições democráticas».

E o comunicado frisa de novo, a concluir, que o discurso presidencial ilude as expectativas de milhões de portugueses que há muito exigem a demissão do actual executivo «a dissolução da AR, a formação de um Governo de gestão e a realização de eleições legislativas antecipadas».

MDP: há que assumir responsabilidades

«Para o MDP/CDE o discurso é dominado essencialmente por uma posição ética que o distância das forças, que, em todo o processo de revisão constitucional, tiveram uma actuação pouco límpida. Estamos de acordo com as preocupações que manifestou quanto ao desequilíbrio institucional que a retirada de poderes do Presidente da República provoca, neste sentido, e apesar dessas circunstâncias desfavoráveis, assinalamos como muito positivo que a atitude do Presidente da República não seja demissionista, nem voluntariamente subalternizada.» – Sublinha o comunicado da Comissão Central daquele partido.

«Neste momento tão grave da vida nacional – prossegue o comunicado – é indispensável que o órgão de soberania Presidente da República assuma em toda a extensão, responsabilidades que lhe cabem e corresponda inteiramente à confiança nele depositada pelo povo português.»

«A consequência lógica do reconhecimento da extrema gravidade da situação nacional e da responsabilidade que nela tem o Governo da AD, – conclui o MDP – impunha uma atitude mais decidida de exoneração do Primeiro-Ministro. Fazê-lo seria um acto que não agravaria a desestabilização mas, pelo contrário, abriria condições favoráveis para o normal funcionamento das instituições, para o encontrar de alternativas democráticas e para a abertura de condições favoráveis para que os grandes problemas do País possam ser ultrapassados.»

CDS: declaração de impasse

A comissão directiva do CDS, em comunicado de cerca de 600 palavras, considerou o discurso presidêncial «uma declaração de impasse».

«Para o Presidente, por um lado, tudo está mal. Mas, por outro, no seu entender, não há saída. Ora, não é isto que o País espera e merece de uma declaração responsável do Presidente da República» – refere o texto daquele partido.

«O País – prossegue – espera do Presidente da República colaboração institucional, apoio aos outros órgãos de soberania, estímulo, vontade e esperança – não espera, nem precisa de lamentos, de impasses ou de frustações».

Lido ao telefone por Ribeiro e Castro, o texto começa por afirmar ser «negativo e inoportuno» que Eanes tenha «escolhido este momento» para «criticar a revisão constitucional».

Depois de recordar que o Presidente no primeiro mandato exigira uma maioria «estável e coerente» e, obtida esta pela AD, dela se tinha demarcado, o CDS diz que o mesmo se passou com a revisão constitucional, apesar de haver sido feita com a maioria de dois terços reclamada por Eanes na sua reeleição.

Os centristas refutam que o Presidente se possa demarcar do Governo na questão económica e recordam obstruções de Eanes e do Conselho da Revolução a medidas decididas pelo Executivo da AD, ao mesmo tempo que manifestam preocupação pela referência presidêncial a um maior rigor no exercício do veto.

PSD: ofensivo para o Parlamento

Nascimento Rodrigues, vice-presidente do PSD, considerou o discurso do PR como «ofensivo para o Parlamento», rejeitou «a imagem de secretismo e de negociata partidária» apresentada na comunicação de Eanes e lamentou que «essa posição se identifique com as críticas do PCP».

«A revisão constitucional – referiu ainda Nascimento Rodrigues – não abriu novas e acrescidas responsabilidades apenas sobre os partidos. O novo período institucional e a grave situação económica do País exigem que também o Presidente da República e não apenas partidos, Governo e Parlamento assumam a responsabilidade histórica de uma vivência concertada que aprofunde o regime democrático».

«É fácil acenar à opinião pública com a imagem do desencanto na difícil situação económica internacional e interna, mas não parece correcto fazê-lo sem medir as consequências que isso pode acarretar no plano da participação democrática dos cidadãos na vida partidária, na vida associativa, nos actos colectivos e nos próprios actos eleitorais» – disse o vice-presidente do PSD.

Nascimento Rodrigues disse que o «futuro não se construirá na base do conflito com os partidos democráticos e na presunção de que estes falharam. Contribuir para isso é contribuir para a inexistência de soluções de democratização e desenvolvimento do País».

CGTP: só falta demitir o Governo

«De acordo, no essencial, com a análise crítica feita pelo PR ao processo e aos resultados da revisão constitucional, bem como à situação económica do País», a CGTP salienta, entretanto, em comunicado, que «a extrema gravidade da situação económica e financeira, a degradação acelerada das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, a violação frontal da legalidade democrática e da constituição em vigor, por parte do Governo AD, impõem a urgente concretização» da demissão do Executivo e disssolução da AR como única saída para se «abrir caminho a uma alternativa democrática que salvaguarde a alternativa democrática e prossiga as conquistas de Abril».

O comunicado daquela central sindical frisa, a propósito, a reafirmação do PR do «compromisso assumido» de não se excusar «às responsabilidades democráticas», para acrescentar que, em coerência, tal compromisso só poderá conduzir a que sejam tomadas as medidas reclamadas pelos trabalhadores e pelas forças democráticas, ou seja, «demissão do Governo, dissolução da AR e convocação de novas eleições».

"Nixon não é o meu modelo"

Vinte e seis minutos foi o tempo exacto que o Presidente Eanes levou a ler a sua comunicação ao País. A gravação, feita numa das salas do Palácio de Belém na presença de vários dos seus assessores e das equipas de Rádio e de Televisão, resultou à primeira: com um certo à-vontade e a ajuda do copo de água que por três vezes levou à boca, Eanes leu de uma assentada o discurso cuidadosamente preparado.

No final, enquanto Joaquim Letria, junto dos técnicos responsáveis pela gravação, se inteirava do modo como «as coisas» tinham decorrido, o Presidente da República levantou-se para trocar impressões com alguns dos seus conselheiros e com jornalistas presentes, não considerando sequer necessário o visionamento da gravação. Breves minutos depois Ramalho Eanes despedia-se dos técnicos e jornalistas da Rádio e da Televisão, pois estava com pressa: à sua espera, no seu gabinete de trabalho, já se encontrava o general Melo Egídio, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, que ali se tinha deslocado para despachar vários assuntos pendentes.

Foi nesse momento que o tenente-coronel Vale lembrou ao Presidente que era preciso tirar a maquilhagem (feita pela competente Eduarda Matos, chefe da maquilhagem da RTP, que se deslocara propositadamente a Belém) antes de aparecer em qualquer audiência.

«Convém não esquecer isso» – alertou com alguma ironia.

«É costume, é costume» – retorquiu Eanes no mesmo tom.

«O Nixon é que nem sempre o fazia. Andava maquilhado muitos vezes» – comentou de seguida Joaquim Letria.

«Acredito. Mas o Nixon não é propriamente o meu modelo» – respondeu Eanes.

Na sala sucederam-se então os comentários ao discurso. De um modo geral os assessores estavam satisfeitos com o modo como o Presidente o havia lido. Quanto ao seu conteúdo – que sofreu algumas alterações á última hora – era a vez de interrogarem os jornalistas presentes. Se era aquilo que se esperava. Se as expectativas criadas à sua volta seriam ou não satisfeitas...

...E num ponto todos estavam de acordo: as críticas à revisão constitucional, a afirmação clara de que a partir de agora a utilização do veto político seria mais rigososa e a luz verde para a criação de um novo partido quando e se for necessário, eram os pontos mais importantes da intervenção de Eanes e não iriam ser bem recebidos pela generalidade das formações partidárias.

«O Presidente foi mais claro do que é hábito. Trata-se de um discurso importante que vai ter repercussões que ultrapassarão de longe as reacções que vão surgir ao longo dos próximos dias. Resta saber é se esta comunicação não deveria ter sido feita há mais tempo» lembrou um dos presentes.

«O mais importante de tudo é saber quanto tempo dará o Presidente para o Governo e os partidos que fizeram a revisão mostrem agora o que é que são capazes de fazer para, no novo quadro legal, tirarem o País da crise em que se encontra» – disse outro dos assistentes.

O dr. Mário Soares é que mais uma vez acertou em cheio: ainda há bem pouco veio aqui a Belém congratular-se com as declarações do Presidente que cortavam cerce a possibilidade da criação de um novo partido...» – irozinou um jornalista.

«Agora é que o Jaime Gama vai querer mesmo saber quanto gasta a Presidência» – ouviu-se ainda na sala onde as máquinas, os microfones e os fios do dr. Proença de Carvalho eram cuidadosamente arrumados antes de viajarem de novo até ao Lumiar.

R. C.

"Eu não tenho medo..." — *diz Balsemão aos empresários*

PORTO, 6 – «É nestes momentos difíceis que se vê quem tem ou não coragem... eu não tenho medo e estou disposto a andar para a frente» – palavras de Pinto Balsemão, ontem à noite, meia hora antes de o Presidente da República fazer a sua intervenção pela TV. Foi no encerramento da II RENACEX (Reunião Nacional de Exportadores) onde várias críticas tinham sido dirigidas ao Governo. E se o Primeiro-Ministro «respondia» às críticas, também falava para a maioria parlamentar («terá de assumir as suas responsabilidades») e, indirecta e antecipadamente, para Eanes: «não tenho nem receios nem complexos de conflito institucional... mas devemos procurar formas de ultrapassar o conflito latente».

Aquilo que outros consideram «um convite envenenado» – para Eanes presidir ao Conselho de Ministros de debate do OGE – Balsemão refere como forma de «cooperação institucional». Ao mesmo tempo respondia ao veto de Eanes sobre o caso ANOP, assim: «vamos repor o decreto-lei de extinção nos mesmos termos». Cooperação ou pressão? Desta prova de força estará Balsemão seguro de que o projecto de Lei irá passar na AR? Pusemos-lhe a questão, no final: «E se a Assembleia recusar?»

Resposta: «O Governo tem a sua coerência, os outros que assumam a sua». A confiança em José Alfaia estava reiterada...

Mais objectivo do que há três semanas, no mesmo local (Congresso dos Empresários), e também mais incisivo do que João Salgueiro na véspera, Balsemão tentou incentivar os empresários, desafiando-os ao mesmo tempo para um maior dinamismo. «O Governo empenha-se em criar todas as condições de êxito e eficiência do sector exportador» – disse. «Perdoai-nos, senhor Primeiro-Ministro, de novo a franqueza que temos de utilizar ao afirmar que, em nosso entender, à vontade e às afirmações de que não duvidamos não tem, porém, correspondido uma tradução prática, no tempo útil para a sobrevivência das nossas empresas» – afirmou Alexandre Pinheiro, lendo as conclusões da reunião. O desencanto dos empresários ficou bem expresso: «são diversos os domínios da governação em que tínhamos fundadas esperanças numa mudança, mas nos quais pouco ou nada se transformou».

Nas conclusões, outra crítica feita ao Governo diz respeito à modificação da legislação do trabalho; «... infelizmente muito se falou e pouco ou nada se fez, sendo grave que, nos últimos tempos, as afirmações entre os diversos responsáveis começam a ter aspectos contraditórios». Resposta de Balsemão: «Temos procurado o entendimento entre os parceiros sociais, mas se ele não chegar, actuaremos provavelmente não agradando nem a gregos nem a troianos». Noutro âmbito, Balsemão falou também das três grandes áreas em que o Governo está a actuar: Redução do défice do sector público, apresentação de uma nova lei dos sectores público e privado («meditem na melhor utilização da futura lei»), e a organização do sector empresarial do Estado.

L.H.M.

Um salto no vazio?

A O dar quase como certo, na sua comunicação de ontem à noite, o surgimento, na sociedade portuguesa, de uma nova força política Ramalho Eanes assumiu o papel de um Presidente da República cada vez mais tentado (ou obrigado?) a apadrinhar esse surgimento para poder alterar a actual correlação de forças.

Embora sem os nomear, acusou a AD e a sua prometida «mudança» de ter caído no descrédito, e acusou o PS de inconsistência ao exigir, no novo cenário político criado pela Revisão Constitucional, a demissão deste Governo. Para bom entendedor, isto quer dizer que, para Ramalho Eanes, os actuais partidos não conseguiram levar os portugueses senão para mais perto da mediocridade e da miséria — e que se torna por isso urgente que o País se liberte, sem voltar costas ao regime democrático, do espartilho por eles criado.

Se quisesse ficar preso às suas palavras de ontem, Ramalho Eanes não poderia agora deixar de tentar a formação de um «grande partido»: **grande** porque evocaria a votação que lhe deu a vitória à primeira volta nas presidenciais de 1980, **partido** porque se trata para ele de jogar até onde for possível o jogo da democracia.

Mas se tal apadrinhamento se produzisse durante o seu mandato como Presidente — e estamos ainda a dois anos do seu termo — Eanes teria de se assumir mais como Presidente do seu eleitorado do que como Presidente de todos os portugueses. E quem garante que o eleitorado de um Eanes-mentor-de-um - novo-partido é equivalente ao do Presidente-candidato que em 1980 se apresentava contra Soares Carneiro? O cálculo de um tal salto não pode, decerto, ser confiado a oráculos ou adivinhos, por mais entusiastas que algumas sondagens se mostrem sobre as suas possibilidades de êxito...

Os principais partidos não encontraram soluções que permitam ultrapassar a crise? Certo. Mas afirmá-lo não basta, por seu turno, para dar forma a um programa de acções para a ultrapassar. Independentemente do grande partido que venha eventualmente a ser criado, o Presidente **pode**, e muitos portugueses pensam hoje que **deve**, sem abdicar da sua posição, expor ao País, não só a gravidade da situação a que chegámos, mas também o programa mínimo de acções concretas sem o qual, em seu entender, não sairemos do fosso onde caímos.

J.M.

DIA MUNDIAL
DA POUPANÇA
31 de Outubro de 1982

SORTEIO
20 SEGUROS DE EDUCAÇÃO

ALIANÇA
SEGURADORA

Para comemorar este dia, a Aliança Seguradora sorteará, entre todas as crianças portuguesas nascidas nesse dia (e cujos pais as inscrevam, enviando, sob registo, certidão comprovativa até 15 de Novembro), 20 apólices de SEGURO RENDA DE EDUCAÇÃO (VIDA), garantindo uma renda anual pagável durante um certo número de anos.
Um Seguro de Vida é um meio de poupança e é, sobretudo, uma prova de amor. O Seguro garante e protege o futuro.

Consulte-nos. Escreva para:
ALIANÇA SEGURADORA
R. de Sá da Bandeira, 819-3.º Dto.
4000 PORTO

O discurso do presidente

Continuação da pág. 4

dessa eleição parlamentar e dos poderes atribuídos aos deputados. Nunca usaria a minha vitória, nem a legitimidade e os poderes que ela me atribui, para limitar a acção desses parlamentares. A menos que estivesse em risco imediato o regime democrático.

Por outro lado, sempre afirmei que o Presidente da República devia promulgar a Lei de Revisão, desde que ela própria respeitasse as normas constitucionais que a regulam.

Tendo sido cumpridas essas normas, a lei foi promulgada e todos, sem excepção, estamos obrigados a cumprir o novo quadro constitucional.

***

Com o poder político que quiseram concentrar nas suas mãos, por via da revisão constitucional, os partidos, e em especial os que constituiram a maioria por ela responsável, estão directamente confrontados com o povo português e com os seus problemas.

Foi essa a intenção política que manifestaram e que está patente na revisão que decidiram.

É, pois, bem diferente o quadro constitucional em que passo a exercer a minha função. Mas há uma realidade política essencial que não foi alterada.

Em termos de legitimidade democrática, em termos das realidades de facto, continua a ser igual a minha responsabilidade perante os portugueses pela continuidade da nossa vida democrática.

Permanente atenção crítica

Assim, manterei uma permanente atenção crítica sobre os actos políticos, em geral, e sobre os actos governamentais, em particular.

A acção política concreta do Governo traduzida nos diplomas que aprova, continua a estar sujeita à apreciação política do Presidente da República.

Nestes termos, **exercerei mais rigorosamente o meu direito de veto legislativo.**

Não se colocando já, agora claramente, a questão da confiança política do Presidente da República no Primeiro-Ministro, o veto deixa naturalmente de ser um recurso de uso excepcional.

Na nova situação política é necessário que todos os portugueses possam conhecer a posição e as razões do Presidente da República perante decisões controversas.

Em coerência com as minhas concepções políticas e com as minhas responsabilidades democráticas, não recusarei o meu contributo para a formação e desenvolvimento das soluções políticas que forem ajustadas às necessidades nacionais.

Sempre que os direitos democráticos não puderem ser inteira e efectivamente exercidos, sempre que o relacionamento institucional não obedecer às normas da responsabilização democrática e da seriedade, usarei todos os instrumentos que a Constituição permite para corrigir e impedir esse tipo de situações.

Trata-se de um esclarecimento que a nova situação impõe para que não subsistam equívocos quanto às regras que têm de ser, por todos, cumpridas.

Situação económica

São preocupantes os tempos actuais e angustiosas as dúvidas que assaltam os portugueses quanto ao futuro.

A situação económica internacional não apresenta sinais de regresso claro ao crescimento económico. Vive-se um período de instabilidade no domínio do financiamento internacional, dadas sobretudo a persistência e a extensão dos factores de crise.

A economia portuguesa não pode deixar de sofrer com esta situação, em particular no tocante às contas externas.

As medidas de estabilização empreendidas para obstar ao desequilíbrio externo da nossa economia não conseguiram inverter a tendência para saldos negativos crescentes na nossa balança de transacções correntes.

O agravamento, que se verifica desde 79, parece acentuar-se em 82. Os resultados já conhecidos para o primeiro semestre apontam clara, e infelizmente, nesse sentido. **O ritmo do endividamento externo cresce notória e preocupantemente.**

Em áreas importantes do nosso sistema económico continuam a verificar-se, praticamente desde meados da década de 70, evoluções desfavoráveis.

Sintomas disso são os níveis de desemprego atingidos, as elevadas taxas de inflação, a quebra do ritmo do investimento e o desequilíbrio das finanças públicas.

Paralelamente assiste-se a um crescimento preocupante de formas de economia clandestina que, além de perverterem as regras de funcionamento do sistema económico, concorrem com novos factores de tensão para acentuar as desigualdades sociais.

Decrescem os salários reais, agrava-se a carência de habitação, de protecção conveniente à saúde e de eficácia no ensino.

Nada disto constitui já novidade. Declarações de responsáveis pela área económica, relatórios conhecidos, indicadores vindos a público, tudo se tem conjugado para aumentar a inquietação dos portugueses.

Desconfiança nas promessas

As promessas de mudança começam a ser olhadas com desconfiança, talvez porque não tenha sido dito, nem demonstrado com clareza, como conseguir, a médio prazo, transformações estruturais que viabilizem uma sociedade mais equilibrada, mais justa, mais livre e mais fraterna.

Aos partidos com representação parlamentar e, sobretudo, aos que constituíram a maioria responsável pela revisão constitucional, compete, em primeira linha, demonstrar a qualidade e a funcionalidade das fórmulas que aprovaram, a partir de soluções que modifiquem a situação, mobilizem de novo a esperança e realizem a democracia.

É indispensável e urgente que convençam, pela demonstração de políticas ajustadas, que Portugal e os portugueses não estão destinados à mediocridade e à miséria.

A revisão constitucional, não obstante o juízo que sobre ela expressei, não impede que práticas políticas ajustadas permitam à democracia construir as vias do rigor, da fraternidade e das esperanças de Abril.

Espero que a maioria e a oposição saibam, num novo quadro constitucional, encontrar respostas de racionalidade, eficiência e justiça para os anseios do povo português.

Aos partidos políticos, ao Governo e ao Parlamento pertence a responsabilidade imediata dessa prova.

Se os resultados forem insuficientes ou ineficazes, estou certo que outras soluções democráticas e novas realidades políticas surgirão no actual quadro constitucional na sociedade portuguesa.

As responsabilidades que assumi, perante todos os portugueses, na garantia do nosso futuro democrático, exigem que manifeste claramente que no quadro constitucional não deixarei de assumir todas as responsabilidades, para que a democracia seja para os portugueses e para Portugal o caminho de escolhas responsáveis e livres, de transformação e de esperança. Não abdicarei das responsabilidades que os portugueses me atribuíram de me empenhar na procura das soluções políticas adequadas.

Assim o impõe a democracia, assim o impõem os meus compromissos perante os portugueses.

JOSÉ EDUARDO RIBEIRO DA COSTA VILAÇA

PARTICIPAÇÃO E MISSA DO 7.º DIA

Mariana Lima de Macedo Vilaça, seus filhos Maria Teresa, José Manuel e Mulher, Eduardo Alberto, Mulher e Filhos, Maria João e Marido, Bruno, António Pedro e Miguel Nuno, Maria Amélia Vilaça de Castro Feijó e Marido, Maria Luísa Vilaça Ferreira de Castro, Maria de Lurdes Ribeiro da Costa Vilaça e Mulher, Maria Helena Vilaça Castelo Branco e Marido, Maria da Conceição Vilaça Nogueira e Marido (Ausentes) e demais família, participam o falecimento de seu marido, pai, sogro, avô, irmão, cunhado e parente, ocorrido no passado dia 1 de Novembro e que na segunda-feira, dia 8, às 19.30 será celebrada missa pelo seu eterno descanso na Igreja do Campo Grande.

LUÍS CÂNDIDO DE FIGUEIREDO

Grande lutador antifascista

FALECEU

A sua dedicada Companheira Albertina, as suas filhas Madalena, Etelvina, Isabel e Natércia; os seus genros, netos, irmãs, sobrinhos e demais família cumprem o doloroso dever de participar o seu desaparecimento e que o funeral terá lugar hoje às 15 horas da Igreja da Amadora para o cemitério de Queluz.

Agência Funerária Lemos, Lda. Telef. 570620

Pagou com droga ao informador

Tribunal absolveu e reabilitou o agente da PJ

No Quarto Juízo Criminal de Lisboa, terminou ontem à tarde o julgamento do agente da Polícia Judiciária, José Carlos Gomes Franco, acusado de haver dado haxixe a um recluso em troca de informações que permitiram a apreensão de grandes quantidades de drogá. O colectivo viria a absolver o agente e mais do que isso, o juiz presidente, dr. Carmona Mota, faria questão em salientar que aquela decisão judicial visava reabilitar o réu e reequilibrar a injustiça (na sua perspectiva) da suspensão pelo período de dois anos que vem sofrendo como medida disciplinar.

Durante o julgamento ficaria plenamente demonstrado que o procedimento disciplinar e criminal instaurado contra o agente Franco não se ficara a dever ao facto real, e por si admitido, de ter fornecido algumas doses de haxixe a um detido. Em troca o preso, transformado em informador, identificado com as redes internacionais de tráfico de droga, forneceu elementos que permitiram à Judiciária efectuar apreensões em quantidades nunca antes alcançadas e desmantelar certas redes que utilizavam Lisboa como entreposto internacional.

A incriminação viria depois de o agente Franco se ter insurgido contra o silêncio e a ausência de inquérito ao desaparecimento de 30 quilos de haxixe das instalações da PJ e introduzidos no mercado ilícito. Mais tarde viria a ser preso um tal agente Benjamim, considerado responsável pelo furto e respectiva transacção.

Na audiência de ontem, a segunda, a primeira havia tido lugar em 11 de Outubro último, foram ouvidos alguns funcionários da PJ, indicados cmo testemunhas de defesa, que produziram afirmações de arrojada frontalidade: «Ninguém dá nada à Polícia pelos bonitos olhos da Polícia. Quem dá quer alguma coisa. Dar droga era o sistema utilizado nessas circunstâncias».

Mais adiante esclarecia-se: «pesavam-se os prós e os contras. Ponderava-se quanto ao facto de dar um pouco de droga em troca de uma grande apreensão e optava-se pelo mal menor».

Confirmou-se que tal era a orientação do responsável pela secção encarregada do combate à droga, o inspector Bessa Monteiro, que ontem e mais uma vez faltou ao julgamento. No entanto no processo consta que esse ex-funcionário da Judiciária negaria esse facto.

Onde se fala no «DL»

No desenrolar do julgamento ficaria esclarecido ter o agente Franco sido acusado dois anos depois da pretensa infracção e já quando começava a haver vítimas do inquérito por si despoletado; que «incomodava» alguns outros funcionários.

Seria também considerado responsável, sem fundamento, diga-se, de haver fornecido elementos que permitiriam ao «Diário de Lisboa» alertar o público para as irregularidades que se estavam a passar dentro da PJ. Lembre-se que o nosso jornal na verdade publicou algumas reportagens sobre uma caso que era público e notório: a venda de haxixe em zonas de Lisboa e Cascais por alguém ligado àquela Polícia e constava com insistência: «a melhor droga e a mais barata é a da Gomes Freire».

O Tribunal tinha entre mãos um grande dilema: – A absolvição do réu sancionaria o acto, enquanto a condenação pareceria injusta para quem não teria agido com intenção malévola.

Reconhecendo que o agente Franco teria sido vítima de uma situação especial, acusado quando pretendia pôr cobro a irregularidades bem menos perdoáveis do que as suas, o Tribunal reconhecia que a pena disciplinar de dois anos de suspensão, que ainda se encontra a cumprir, fora desajustada e para um castigo já demasiado grave.

«Absolve-lo pura e simplesmente, seria o modo de reequilibrar a justiça, mas o Tribunal sente-se ainda na obrigação de reabilitar o réu, a quem foram tecidos elogios mesmo pelas testemunhas de acusação que o fizeram embora contrariadas.

Com o dr. Carmona Mota a presidir, o Tribunal era composto pelos dr. Madeira Bárbara e Sobral Carvalho, estando o Ministério Público representado pelo dr. Maia da Costa que não poria muito calor na acusação.

O discurso e o País

Continuação da pág. 1

da situação nacional. Mas remete, para as forças políticas com representação parlamentar a responsabilidade da alternativa, que, em seu entender, só em circunstâncias verdadeiramente excepcionais lhe caberá.

Compreende-se o melindre; conhecem-se os agravos; medem-se as responsabilidades presidenciais. Mas não poderá deixar-se de dizer que tão grave e firme discurso vem contribuir para um vazio político e nos propõe duas emergências: a da ruptura da «Aliança Democrática», a do protesto popular. Não podemos crer que o Presidente da República aguarde que a crise económica e financeira, somando-se à crise social e cultural, desemboque numa situação de ruptura institucional e social.

Que o discurso contém, com críticas directamente apontadas, uma advertência solene, é evidente. Vivemos, todavia, ao ritmo do nosso tempo, e o tempo não nos consente esperar que se caminhe, sem tino, para a mediocridade e para a miséria.

O Presidente tem responsabilidades. E não só institucionais. Responsabilidades políticas, responsabilidades morais, responsabilidades patrióticas e revolucionárias. A responsabilidade de Abril.

DL

em duas palavras

● Trás-os-Montes em Lisboa

A actualidade e necessidade das casas regionais foi defendida pelo presidente da Casa de Trás-os-Montes durante uma conferência de imprensa em que foi divulgado o programa comemorativo das «Bodas de Diamante» desta instituição. Tomás Espírito Santo disse que as casas regionais têm que adaptar-se ao tipo de vida da sociedade actual, funcionando como centros de acolhimento e de informação e colaborando com «os que lá estão» para o desenvolvimento local. «A nossa província foi durante uns tempos paternalmente esquecida e depois demagogicamente explorada» – acentuou, acrescentando que a instituição quer intervir no plano governamental de desenvolvimento integral de Trás-os-Montes e Alto Douro.

● Reconversão da «Renault»

O governador civil da Guarda (Adriano Vasco Rdrigues) disse à ANOP estar definitivamente decidida a reconversão da fábrica «Renault», citando um despacho do secretário de Estado da Indústria, o chefe do distrito afirmou não serem alterados os estatutos dos trabalhadores da «Renault» na Guarda. Sobre a reconversão desta unidade de montagem salientou que se insere no preconizado Plano Automóvel para Portugal estabelecido pelo Governo português e aquela «régie francesa». As estruturas dos trabalhadores da fábrica, que emprega mais de 400 operários, anunciaram para 10 de Novembro uma greve de um dia caso não lhe sejam fornecidas informações sobre o plano de reconversão.

● Homem da APAVT na FUAAV

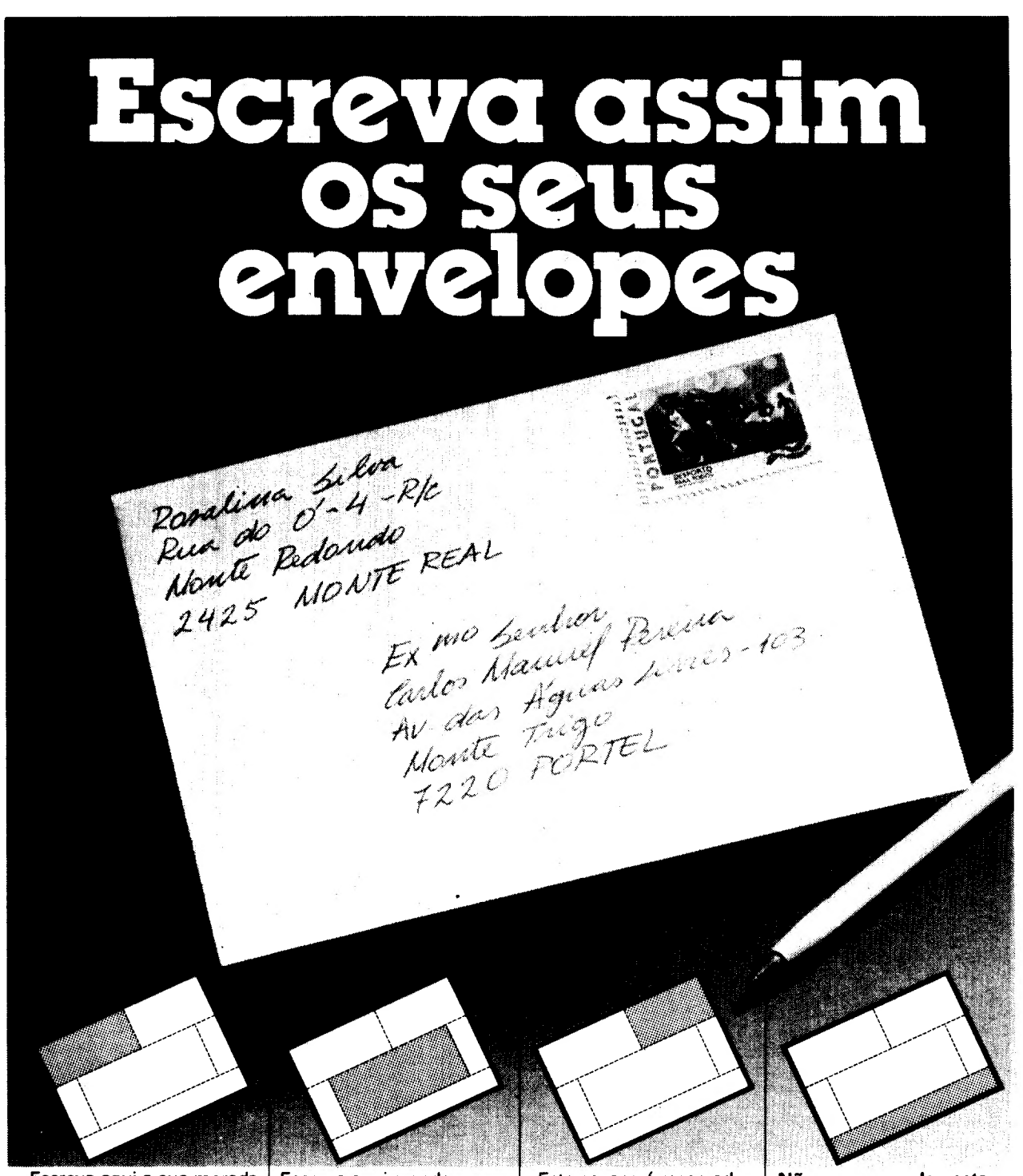
Joaquim Pinto da Silva foi eleito para o conselho de administração da Federação Universal das Agências de Viagens durante o congresso mundial que decorreu em Dubrovnik, na Jugoslávia. Pinto da Silva, presidente da Associação portuguesa de agências de Viagens e Turismo (APAVT), chefiou a delegação portuguesa ao XVI Congresso da Federação Universal de Agências de Viagens. A representação portuguesa participou nas diversas sessões de trabalho, nomeadamente nos debates sobre a função dos agentes de viagens face ao desenvolvimento do turismo e sobre investimentos.

● Emigrantes em França

A Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades anunciou a assinatura, ainda este mês, de um acordo adicional à Convenção de Segurança Social Luso-Francesa. O acordo a assinar por José Vitorino e Jacques Chazelle, embaixador da França em Lisboa, alarga aos casos de estadia temporária no país de origem à prestação do seguro de doença a titulares de pensão de velhice ou invalidez, ou de uma renda de acidente de trabalho, devidas por qualquer dos estados. Estas regalias são extensivas aos respectivos familiares. O mesmo acordo dá direito à prestação de tratamentos médicos segundo o regime obrigatório dos seguros de doença e maternidade a todos os portugueses e familiares.

Em OLHÃO o Diário de Lisboa
vende-se na PAPELARIA FARRACHA

Escreva assim os seus envelopes



Escreva aqui a sua morada completa **com o CÓDIGO POSTAL na última linha: primeiro o número, seguido do nome da localidade com letra maiúscula e sem pontos, traços de separação ou sublinhados.**

Escreva aqui o endereço completo do destinatário **com o CÓDIGO POSTAL na última linha. Siga as mesmas regras indicadas para o remetente. Sempre que exista a palavra CODEX, escreva-a também com letra maiúscula.**

Este espaço é reservado aos selos.

Não escreva nada nesta zona.
As máquinas de tratamento de correspondência precisam de a encontrar limpa.

CORREIOS
CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL

CÓDIGO POSTAL
meio caminho andado

Uma direcção só está completa com o Código Postal correctamente escrito.

de ontem para hoje

Médicos querem mais saúde

CLÍNICOS com funções de chefia de serviços em vários hospitais, centros de saúde e unidades dos serviços médicos sociais do distrito do Porto exigiram o cumprimento integral dos Estatutos da Ordem dos Médicos.

Reunidos na secção regional do Norte da Ordem, os médicos contestaram também a forma como está «a ser aplicado o decreto das carreiras médicas e a orientação da política de saúde do Ministério».

Os clínicos exigiram também a aplicação imediata das carreiras médicas e a suspensão urgente da tentativa de despedimento de médicos dos serviços médico-sociais que não optaram pela Função Pública.

Rádio comercial: ameaça de bomba

Uma ameaça de bomba feita ontem cerca das 21.15 através do telefone obrigou a uma intervenção da Brigada de Minas e Armadilhas da PSP nas instalações da Rádio Comercial, na Rua Sampaio e Pina.

Um elemento da Redacção daquela estação emissora disse à ANOP que o autor do telefonema era um homem com pronunciado sotaque brasileiro.

A busca revelou-se infrutífera. Para um informador policial, tratou-se de mais um falso alarme, dos muitos que se têm verificado nos últimos dias.

GF apreende congelados

A Guarda Fiscal anunciou a apreensão em Lisboa de 6618 quilogramas de marisco de diversas qualidades, no valor superior a seis milhões de escudos.

A mercadoria, apreendida por contrabando de circulação, encontrava-se acondicionada em câmaras frigoríficas de uma firma de congelados.

Foco de incêndio no Tribunal de Beja

Um foco de incêndio deflagrou às primeiras horas de ontem no edifício do Tribunal Judicial de Beja, mais exactamente no forro do telhado da Conservatória do Registo Civil.

A acção dos Bombeiros Voluntários de Beja evitou a propagação do sinistro, que não causou prejuízos significativos.

Um funcionário do Tribunal atribuiu a origem do incêndio a um eventual descuido dos trabalhadores que procedem a reparações e soldadura no sistema de escoamento de águas pluviais no telhado do edifício.

Mais três mortos na estrada

Três mortos e 46 feridos, 23 dos quais em estado grave, resultaram de 51 acidentes registados nas estradas do país pela Brigada de Trânsito da GNR, entre as 12 horas de quinta-feira e as 12 horas de ontem, segundo informação oficial.

Guarda florestal ainda em perigo

O guarda florestal gravemente ferido a tiro na quinta-feira, em Arraiolos, Évora, por dois caçadores furtivos mantém-se na unidade de urgência cirúrgica do Hospital de S. José, em Lisboa.

Um informador daquele estabelecimento hospitalar classificou o estado de Joaquim Manuel Grou Caineça de 37 anos, como grave.

Caineça foi alvejado a tiro à queima-roupa, na quinta-feira, juntamente com um colega Joaquim António Berrucho, de 39 anos, que teve morte imediata.

Os autores dos disparos, ocorridos numa herdade próximo de Arraiolos, foram dois caçadores furtivos, «homens baixos e fortes e desconhecidos na zona» – segundo disse o guarda florestal ferido.

Os dois guardas pertencem à Comissão Venatória de Évora.

Os agressores fugiram e o caso foi entregue à GNR de Arraiolos e à Polícia Judiciária de Évora.

Trancoso recupera igreja românica

Uma igreja de origem românica está ser recuperada a restaurada pela população em Torre de Terrenho no concelho de Trancoso, distrito da Guarda.

O templo, que possui influências românicas e renascentitas, compreende talhas de madeira douradas e pinturas, tendo a população promovido já a aplicação de nova cobertura e restauro dos interiores.

O historiador Vasco Rodrigues, que visitou o local, salientou a importância da recuperação sem mutilar as peças artísticas existentes.

Falta de dinheiro em centro de saúde

O Centro de Saúde Mental de Faro deve aos seus trabalhadores cerca de um milhão de escudos, resultantes de horas extraordinárias efectuadas e não liquidadas desde Outubro de 1981 – disse à ANOP uma fonte do Centro.

A falta de pessoal de enfermagem – de um quadro de 26 elementos, estão preenchidas 10 vagas – é o justificativo do trabalho extraordinário, sem o qual o serviço de assistência aos doentes seria fortemente afectado.

A ANOP apurou que os delegados sindicais daquele centro já efectuaram várias diligências tendentes à solução do problemas das dívidas aos trabalhadores sem que, até ao momento, obtivesse qualquer tipo de resposta.

Quanto às vagas em aberto para pessoal de enfermagem um responsável do centro disse que apesar de já por várias vezes se terem aberto concursos as mesmas não se encontram preenchidas devido a carências de técnicos.

Governo corta verbas desde o ano passado

Hospital de Santa Maria está em "colapso orçamental"

«Não se pode fazer medicina a nível europeu com orçamentos do terceiro mundo» – eis, sinteticamente, a situação no Hospital de Santa Maria, cujo Conselho de Gerência informou os trabalhadores de um défice de meio milhão de contos.

A frase foi-nos citada por um dos elementos do Conselho de Gerência daquele estabelecimento hospitalar, Cardoso Meneses. O órgão de que ele faz parte pretende não escamotear a situação devida fundamentalmente a aumentos de encargos que não são da sua responsabilidade.

O problema fundamental é que a medicina praticada no Hospital de Santa Maria é tradicionalmente de nível europeu. As verbas que lhe são atribuídas parecem tender anualmente para um estranho «terceiro-mundismo».

O alarme fez-se sentir no Hospital de Santa Maria mas sem dúvida a situação é idêntica um pouco em todo o sector da saúde. «Se for perguntar nos Hospitais Civis certamente terão os mesmos problemas» diz-nos um dos elementos do Conselho de Gerência daquele hospital.

«Não há tragédia nenhuma» – entende o director do hospital, Fernando Nunes. «Isto é habitual em Santa Maria».

A tragédia não existe por enquanto. A administração do hospital joga como pode, tira daqui para pôr acolá. Para já, foram atingidos os pagamentos aos fornecedores. O problema pode reaparecer se e quando estes se recusarem a fazer mais fornecimentos.

Parecendo ridícula, a situação não é inédita. Aconteceu ainda há pouco, num hospital como este, que os fornecimentos de gelo foram suspensos pela GA – Administração Geral do Açúcar e do Álcool – que até é empresa pública. E chegou mesmo a faltar um produto indispensável.

Um desvio de verbas foi o bastante, então, para sair do impasse. Tirou-se das obras para o álcool. Porque, pesando os factores em presença, o Conselho de Gerência do hospital tem as suas prioridades: remédios vêm à cabeça da lista; segue-se a alimentação; e em terceiro lugar os salários dos trabalhadores.

O ano passado já foi mau

As dificuldades do Hospital de Santa Maria não são de agora. A saúde em geral vive momentos cada vez mais difíceis desde 1981. Aquele o estabelecimento hospitalar calculou o orçamento para o ano passado com base nos indicadores mais prováveis. Só que o Departamento de Gestão Financeira dos Serviços de Saúde cortou qualquer coisa como 255 500 contos nas verbas que lhe foram pedidas. Ou seja, foram cortados mais de 10 por cento.

À partida, ficaram desde logo impossibilitados os investimentos para 1981, orçados em 90 200 contos. Mas não só. «Naturalmente, e apesar das medidas adoptadas para efectuar as poupanças possíveis, o hospital chegou ao final de 1981 com um défice de 56 012 contos» – segundo o CG informa os trabalhadores.

Este quantitativo é aumentado pela dívida acumulada à Previdência, que então rondava os 173 mil contos. O seu pagamento foi suspenso por ordem superior.

Ao entrar no ano corrente, o Conselho de Gerência de Santa Maria mantinha expectativas favoráveis, ou seja, de poder anular o défice, rondando globalmente os 230 mil contos, com um reforço da verba a conceder pelo MAS. «O que infelizmente não sucedeu» – recordam os responsáveis.

O financiamento concedido para 1982 foi melhorado mas insuficientemente em relação aos hospitais com cuidados médicos de nível diferenciado, como é o caso. A verba poderia até ser susceptível de um certo equilíbrio orçamental, com o CG a fazer as indispensáveis «ginásticas».

Só que os encargos resultantes de aumentos de vencimentos da função pública vieram todos recair sobre os quantitativos postos ao seu dispor sem que esse factor fosse previsto. Só aí o Hospital de Santa Maria foi obrigado a «inventar» 330 mil contos.

«Caixas» não pagam serviços facturados

As receitas do Hospital de Santa Maria têm, essencialmente, três origens distintas: subsídio do Estado; receitas próprias de serviços prestados; e receitas diversas, incluindo reembolso.

A segunda fonte de receitas, a de serviços prestados, é simultaneamente fonte de dificuldades acrescidas, quando os subsídios estatais já não correspondem ao que seria exigível.

As dívidas das chamadas «caixas» são disso exemplo. Elas incluem, no caso, os serviços de assistência dos três ramos das Forças Armadas, bem como GNR e Guarda Fiscal. Mas dívidas tem também a ADSE, a Caixa Geral de Depósitos e os CTT. Para citar exemplos.

Tomemos o caso do mês de Setembro. Nos serviços de internamento, de quase 19 mil contos facturados, foram pagos pouco mais de 15 mil. Nas consultas externas, houve pagamento de 10 por cento da facturação (3370 contos).

As dívidas acumuladas em 31 de Agosto são ainda mais claras; a ADSE devia, então, mais de 95 mil contos. As companhias de seguros mais de 17 mil. Os serviços das Forças Armadas, em conjunto, mais de cinco mil.

Duodécimos de 82 já foram todos

A gravidade desta situação é reforçada por uma circular informativa do departamento de Gestão Financeira dos Serviços de Saúde. Aí se afirma que «acentuam-se fortemente as dificuldades financeiras do Serviço Nacional de Saúde». Em resumo, adensam-se aí as perspectivas de solução.

A mesma circular dá conta de que já foi antecipado o dudodécimo de Dezembro, «não se prevendo facilidades de reforços até final do ano».

A necessidade de contenção de despesas também é salientada no documento. E é evidentemente sentida pelo Conselho de Gerência que já vem apertando o cinto do Hospital desde 1981.

Como já afirmámos, as despesas prioritárias são as com remédios, alimentação e pessoal. Mas o dinheiro é gasto também com compras de bens de investimento, aquisição de serviços e com o próprio edifício (água, luz, telefones...). Tudo pago a preços normais de qualquer consumidor.

As actuais dificuldades implicam o desvio das verbas de investimento. São máquinas e o próprio serviço que se degrada, com o inevitável agravamento das despesas correntes passado pouco tempo.

A par, decorrem problemas com os serviços de urgência que por enquanto não se encontram ameaçados. Mas uma recente determinação governamental, implica fortes limitações às horas extraordinárias em todos os hospitais do País.

O resultado da aplicação dessa norma é o aumento do número de doentes que deixam de poder frequentar hospitais de zona para chegarem cada vez mais a um hospital simultaneamente concelhio, distrital, regional, universitário e nacional como é o de Santa Maria.

Para já, o problema é ultrapassado com o recurso a horas, segundo critérios bastante rígidos. Mas isso é feito na presunção de que o Ministério ratificará mais tarde os actos administrativos dos responsáveis hospitalares. E, com essa ratificação, dará a necessária cobertura de verbas.

Agora, resta esperar para ver como evolui a relação entre a saúde à europeia e as verbas do «terceiro mundo».

Rogério Vidigal

SIMPÓSIO TECNOLÓGICO AUSTRÍACO

8 a 12 NOV. 1982
LISBOA SHERATON HOTEL

ENTRADA LIVRE

1.º SIMPÓSIO TECNOLÓGICO AUSTRÍACO
HOTEL SHERATON - LISBOA
DE 8 A 12 DE NOVEMBRO DE 1982
CONVITE ESPECIAL AOS EMPRESÁRIOS, QUADROS TÉCNICOS E A TODOS OS INTERESSADOS

DATA	HORA	CONFERÊNCIA N.º	BALLROOM A	CONFERÊNCIA N.º	BALLROOM C
8 SEGUNDA FEIRA	9,30	2	As tecnicas mais recentes na utilizaçao de maquinas para moldagem de plasticos por injecçao (Battenfeld).	22	Linha completa para mecanizaçao de campos agricolas experimentais para a cultura de plantas, sua produçao e multiplicaçao (plantas tecnicas, oleaginosas, cereais, forragens, sementes de grama e vegetais) (Walter & Wintersteiger).
	11,30	8	A evoluçao e suas tendências, das tecnicas de fabrico por injecçao de peças em materiais plasticos, com especial destaque para os moldes (Engel).	13	Reduçao de custos utilizando peças sinterizadas (Miba).

AUSTRIA

Informaçoes detalhadas
CONSELHEIRO COMERCIAL
DA EMBAIXADA DA ÁUSTRIA
RUA RODRIGUES SAMPAIO 18-5.º 1100 LISBOA
TELEF. 54 76 09 - 54 70 53 TELEX 12459

Em causa a possibilidade de voto secreto

Projecto de lei sobre o aborto votado quinta-feira próxima

Os projectos de lei do PCP sobre «protecção e defesa da maternidade», «direito ao planeamento familiar e à educação familiar» e «interrupção voluntária da gravidez» vão, finalmente, ser discutidos e votados na Assembleia da República nas próximas terça, quarta e quinta-feira, respectivamente.

Nos primeiros dois dias, a sessão parlamentar terá início às 15 horas, estando previsto que se prolongue até às 21. Os tempos de intervenção atribuídos às formações representadas na Assembleia para esta discussão são os seguintes, em ambos os casos: PCP 50 minutos, PS e PSD 35 minutos cada um, CDS 30 minutos, e 15 para cada uma das restantes forças incluindo a UDP.

No terceiro dia, no termo do qual o PCP espera ver votado o seu projecto de lei sobre o aborto, a sessão terá início às 10 horas; os comunistas poderão intervir durante 65 minutos, o PS e o PSD durante 50 minutos cada um, o CDS durante 45 e os restantes durante 30, à excepção da UDP, que apenas dispõe de 25 minutos.

Com o objectivo de fazer o voto sobre estas matérias depender, exclusivamente, da consciência individual dos deputados, o PCP e o PS parecem estar na disposição de solicitar que as votações tenham, neste particular, carácter secreto. Segundo sabemos, esta possibilidade está já em estudo, ignorando-se, no entanto, se será exequível: as direcções dos partidos que constituem a maioria parlamentar não verão, certamente, com bons olhos a possibilidade de aumentar, pelo voto secreto, o número de desobediências nos respectivos grupos parlamentares.

Nem mesmo um número notório de abstenções na maioria seria facilmente tolerado pelas suas direcções políticas, desejosas de fazer prova de coerência numa questão que, inevitavelmente, põe inteiramente a claro o posicionamento individual de cada um dos deputados.

Na sequência da derradeira intervenção «política» do episcopado português sobre a eventualidade de legalização do aborto, e da posterior condenação papal da interrupção voluntária da gravidez (feita publicamente durante a visita a Espanha), os líderes do CDS e do PSD não quererão, decerto, permitir que a maioria parlamentar vote desorganizadamente na quinta-feira, arriscando-se a «chocar» a parte do eleitorado católico mais avesso ao progresso social nestas matérias.

Guarda Fiscal apreende gado

Forças do batalhão n.º 4, da Guarda Fiscal com sede em Coimbra, actuando nesta região, apreenderam 22 cabeças de gado bovino e 57 de gado suíno, tudo no valor presumível de 2050 contos.

O gado, apreendido por contrabando de circulação, era transportado em quatro viaturas, também apreendidas, às quais foi atribuído o valor total presumível de 3050 contos.

O valor total da apreensão ascende assim a 5100 contos.

Os autos de notícia vão ser entregues no Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra a quem serão presentes os arguidos.

Morreu em consequência de um aborto clandestino

Uma jovem de 24 anos, Maria Adelaide Floriano Matos, mãe de duas crianças de 5 e 6 anos, faleceu no hospital de Setúbal, tudo indica que por não ter sido possível travar complicações clínicas surgidas na sequência de um aborto que fizera cerca de dois meses antes – soube esta manhã o «DL».

A jovem Maria Adelaide, que vivia em Mourisca, Saralhão, perto de Setúbal, recorrera, ao que julga saber-se, para levar a cabo o aborto, a uma amiga ou conhecida, aceitando «tentar a sorte» por meio da introdução vaginal de uma substância obtida a partir de plantas abortivas.

Durante cerca de dois meses, terá tentado tratar, pelos seus próprios meios dada a clandestinidade a que o aborto está condenado em Portugal, uma grave infecção sobrevinda à tentativa de interrupção voluntária de gravidez. O inêxito desse tratamento e o agravamento do seu estado clínico acabou por a conduzir ao hospital de Setúbal, onde viria a falecer.

O «DL» apurou igualmente que o marido da Maria Adelaide apresentou na Polícia Judiciária uma queixa, e que esta entidade tomou efectivamente a seu cargo investigações relativas a eventuais responsabilidades na morte da jovem.

A notícia do falecimento de Maria Adelaide provocou viva indignação na localidade onde residia, conhecidos que foram os pormenores do seu caso numa altura em que se prepara a votação final dos projectos de lei relativos à interrupção voluntária de gravidez. Como se sabe, a manutenção do aborto em regime de clandestinidade não tem provocado quebra da sua prática: apenas aumenta dramaticamente a sua perigosidade, colocando ao mesmo tempo «fora da lei», em posição de delinquentes, todas as mulheres que o praticam ou praticaram.

Marginalmente ao caso da Maria Adelaide, o «DL» soube que ainda recentemente circulou entre o pessoal clínico que presta serviço no hospital de Setúbal um abaixo-assinado a favor da legalização do aborto. Pelo número de assinaturas recolhidas poder-se-á avaliar a simpatia de que o projecto ali é alvo, á semelhança do que se passa com o pessoal clínico de numerosas outras instituições hospitalares através do País. Porém, como igualmente se sabe, a lei proíbe o pessoal clínico de levar a efeito quaisquer interrupções voluntárias de gravidez, e mesmo de consumar o aborto tecnicamente mal realizado por uma abortadeira clandestina.

Machico

UDP insiste na "burla eleitoral"

O juiz do Tribunal de Santa Cruz (Madeira) voltou a recusar o recebimento das listas de candidatos da UDP à Câmara Municipal do Machico, apesar de uma decisão em sentido contrário da Comissão Nacional de Eleições.

A CNE, cuja intervenção foi solicitada pela UDP após a primeira recusa no último dia estipulado para entrega de candidaturas, decidiu ainda apresentar uma queixa contra o citado juiz no Conselho Superior de Magistratura.

A decisão favorável à UDP foi tomada por se considerar que o mandatário local daquele partido se encontrava dentro do tribunal e da própria secretaria muito antes do encerramento das instalações.

A UDP, em comunicado agora divulgado relaciona a posição do juiz de Santa Cruz com a divulgação, na própria sexta-feira, dia 29, pouco depois da primeira recusa, de um comunicado do PSD da Madeira intitulado «Participação».

O comunicado do PSD ostentava uma grande cruz preta e comunicava à população o «falecimento político» do padre Martins e da UDP no Machico. Terminava com um «paz à sua alma».

Tudo isto é relacionado pela UDP com o anúncio feito pelo «DL» de que Alberto João Jardim havia procedido criminalmente contra o padre Martins e com uma entrevista concedida pelo mesmo político a «O Jornal».

As razões de queixa da UDP quanto ao processo de entrega de listas não termina aqui. Um outro problema surgiu quando o seu mandatário chegou efectivamente atrasado ao tribunal do Seixal para entregar o processo de candidaturas de Sesimbra.

O atraso é justificado pela UDP com o facto de o tribunal de Sesimbra não estar ainda em funcionamento e o seu mandatário ter perdido tempo com a deslocação àquele local, por não ter conhecimento atempado do facto.

"A EFICIÊNCIA NÃO TEM FRONTEIRAS"

PORTUGAL PARA TODOS
carro e hotel, só por 755$00/dia

Alugue o seu automóvel na interRent, marque o seu hotel e... respeite o seu dinheiro!
Preços especiais, entre 1 de Novembro e 31 de Março de 1983, que incluem carro, quilometragem ilimitada e hotel com pequeno-almoço.
Grande variedade de hotéis — são 28 unidades hoteleiras, entre 3 e 5 estrelas — do Minho ao Algarve.
Um sem-número de opções!
Com a interRent, Portugal está mais perto.
E é mais acessível. É Portugal para todos.
Boa viagem!

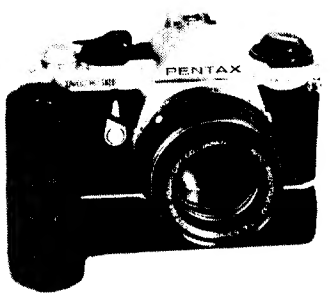
em colaboração com Caves do Barreiro, Lda

ESPECIAL LUA DE MEL

interRent
Organização Internacional de automóveis de aluguer
Informações e Reservas:
Lisboa 65 89 21 · 68 91 74 · 5 · 6 · Porto 38 19 64 · Coimbra 33460 · Faro 24763 · 4
Consulte o seu Agente de Viagens
interRent DOLLAR iR

Até 31 de Dezembro
TROQUE
a sua velha calculadora
por um dos modernos modelos científicos da CASIO®

GANHE
um conjunto PENTAX



ou uma máquina de filmar eumig®

INFORME-SE EM QUALQUER REVENDEDOR OFICIAL CASIO®
A calculadora que pensa como Você
2 anos de garantia
BELTRÃO COELHO, LDA.

comunicação social

IV Encontro Luso-Espanhol de Centros de Documentação

Com o patrocínio da UNESCO, efectua-se em Madrid, de 10 a 12 do corrente, o IV Encontro Luso-Espanhol de Centros de Documentação da Área da Comunicação Social.

Pretende-se com estes encontros promover uma estreita colaboração entre Portugal e Espanha, com o fim de possibilitar um melhor conhecimento das estruturas documentais existentes e dos serviços por elas prestados, bem como analisar e debater a problemática decorrente da introdução das modernas técnicas nos meios de Comunicação, nomeadamente na área documental.

As sessões do encontro deste ano são constituídas por comunicações e colóquios sobre a automatização dos Centros de Documentação de Imprensa; a situação actual das bases de dados informativos no mundo; a redacção electrónica plenamente integrada e sua influência nas bases documentais dos meios de Informação; a revolução do «videotex» e o seu impacto na empresa e na profissão jornalística; e os problemas de formação no uso das novas técnicas.

Integram a representação portuguesa Sebastião de Sousa Dinis, director dos Serviços de Documentação e Divulgação; Rogério Cardoso, chefe do Centro de Documentação, da Direcção-Geral da Comunicação Social; Maria Clara Alvarez, chefe do Centro de Documentação do CIDAV da RTP; Manuel Bravo, directoradjunto da Informação da RDP; e Gabriela Lopes da Silva, técnicosuperior do CDCT do INIC, que apresentará uma comunicação sobre «Os problemas de formação no uso das novas técnicas».

Inspecção do Trabalho na RTP

A Direcção do Sindicato dos Jornalistas pediu a intervenção da Inspecção do Trabalho na Direcção de Informação da RTP.

Baseia-se o pedido de intervenção no facto de os delegados sindicais da RTP terem denunciado a violação, por parte da empresa, de diversas cláusulas do ACT, designadamente as que se referem a transferências, admissões e promoções.

O procedimento do Conselho de Gerência da RTP revela, uma vez mais, «o desprezo que mantém pela legalidade existente, substituindo-a (diz o SJ) pelo arbítrio, a prepotência e o compadrio».

Subdirector da DGCS

A Direcção-Geral da Comunicação Social anunciou a nomeação de Sebastião Baptista Pinela para o lugar de subdirector da DGCS.

O despacho de nomeação será em breve remetido para publicação no «Diário da República» e determina a imediata entrada em funções do novo subdirector «por urgente conveniência de serviços».

Sebastião Pinela, natural de Sendas (Bragança), nasceu em 1937 e é licenciado pela Universidade Gregoriana de Roma e em Direito pela Universidade de Lisboa.

Alfaia quis demitir-se mas Balsemão não deixou

Pinto Balsemão recusou o pedido de demissão apresentado ontem por José Alfaia e reiterou a sua «confiança política» no secretário de Estado adjunto para a Comunicação Social. Ainda ontem, o Primeiro-Ministro anunciou a intenção do Governo em enviar para a Assembleia da República uma proposta de lei de extinção da ANOP. Respondendo à pergunta sobre a hipótese de a proposta não passar no Parlamento, Balsemão disse que «então cada um assumirá as suas responsabilidades».

Argentina: encerramento de revistas

Após o encerramento, nos últimos dias, da revista argentina «La Semana», uma das publicações críticas de maior tiragem, o Governo de Buenos Aires decidiu proibir agora a edição de outros órgãos opositores.

Segundo uma nota distribuída pela agência oficial «Telam», de que a ANOP se faz eco, o Executivo argentino proibiu a edição, distribuição, impressão, venda e circulação das revistas «Quorum», «Linea» e de qualquer outra que pretenda substituí-las.

A medida foi imposta ao abrigo das faculdades conferidas ao Executivo argentino pela imposição do estado de sítio no país.

Nos considerandos do decreto, assinala-se que «o Governo não pode permitir o desenvolvimento sistemático e reiterado de acções degradantes para instituições essenciais da República».

A revista «Quorum» tinha chegado no dia 29 de Outubro ao seu oitavo número e mantinha uma linha fortemente crítica ao Governo, com especial incidência nos temas da loja «Propaganda 2» e dos desaparecidos.

Refira-se que o director de «Quorum», José Palozzi, foi recentemente ameaçado de morte, mas decidiu manter-se no país com sua mulher, chefe de Redacção, que há pouco tempo foi agredida por desconhecidos numa rua central de Buenos Aires.

Quanto à revista «Linea», de pequena tiragem, mantinha uma trajectória ideológica peronista, muito crítica, tendo o Executivo considerado que a publicação introduzia «elementos de divisão e desconfiança».

Promoção na Rádio Israel

Descontentes com a nomeação da nova directora, os funcionários da Rádio israelita tiveram a ideia original de protestar contra essa decisão ignorando-a totalmente.

Assim, todo o pessoal comprometeu-se a não lhe dirigir a palavra ou escrever-lhe seja o que for.

Segundo os funcionários da Rádio, a sra. Edna Pe'er» de 30 anos e elegante, só deve o cargo que ocupa à sua amizade pessoal com o chefe do Estado-Maior do Exército israelita, general Raphael Eytan.

A UCP investiu 7.700 contos na construção de represas e e barragens. Como é que vão dividir esta barragem por 34 seareiros?

Uma aldeia riscada do mapa

Governo vai desmantelar UCP de Brotas

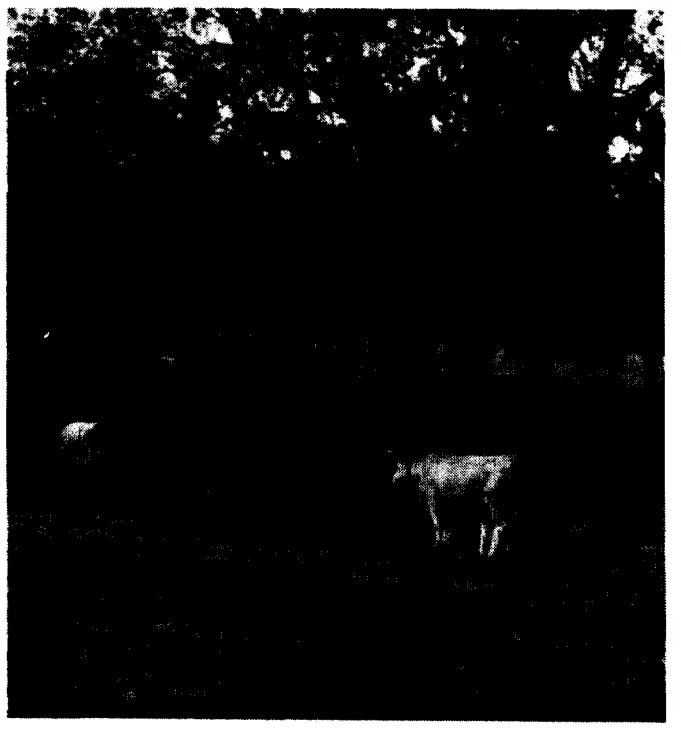
Dois terços da área da unidade colectiva de produção agropecuária de Brotas (Mora) vão ser distribuídas por 34 seareiros por decisão da Secretaria de Estado da Reestruturação Agrária, informaram dirigentes daquela UCP.

Os trabalhadores, que já apresentaram exposições sobre o assunto ao Presidente da República durante a sua recente visita a Évora e aos grupos parlamentares, consideram a decisão totalmente injusta e apresentam as suas razões.

A UCP, dizem, «tem uma obra a apresentar e toda ela realizada com investimentos directos e sem recurso a empréstimos bancários ou quaisquer outros», e «alterou completamente a vida na aldeia».

Antes da constituição da UCP, em 1975, a população vivendo numa área enorme abandonada e subaproveitada, era forçada a procurar trabalho nas zonas vinícolas e de regadio do Ribatejo ou nas áreas florestais do interior fronteiriço. A UCP criou 160 postos de trabalho permanente (o que representa o número quase total das famílias da aldeia) e investiu, sem recurso à banca, cerca de 69 milhões de escudos em obras imediatamente produtivas.

Os efectivos pecuários praticamente duplicaram. As 262 cabeças de bovinos transformaram-se em 459, os ovinos passaram de 1960 para 2500 e os suinos passaram do zero para 200. A UCP construiu uma sede, levantou barragens executou terraplanagens, comprou maquinaria agrícola, acrescentaram.



Gado da UCP de Brotas. Com a expropriação, será certamente vendido ao desbarato

Tomate, pimento, arroz, tabaco (pela primeira vez este ano), trigo, aveia e cevada, azeitona e cortiça são as principais produções da UCP que «se têm mostrado viáveis e economicamente justificadas» – disseram.

Os trabalhadores de Brotas compreendem dificilmente que «34 indivíduos sejam contemplados em desfavor de 160 e das suas famílias» e entendem que «não faz sentido que a exploração conjunta dos prédios da área da UCP, cujos bons resultados estão à vista, seja desmantelada».

A Câmara de Mora virá igualmente a Lisboa, em data breve, apresentar o problema aos grupos parlamentares. Em Brotas, segundo os dirigentes da UCP, reina profunda inquietação, tanto mais que os salários dos trabalhadores tinham já conseguido atingir os 11 mil escudos (contra 8500 escudos iniciais) e praticamente toda a população estava dependente dos resultados do empreendimento colectivo.

ANDARES

PARA VENDA
PRONTO A HABITAR

C/área total 140 m2 c/arrecadação e lareira

URBANIZAÇÃO COM CENTRO COMERCIAL

PINHAL NOVO

(A 9 km de Setúbal e a 25 km de Lisboa)

CONSTRUÇÕES DOVARI, LD.ª

Rua Almeida Garrett, 11 •Telef.; 2361165

(Atendemos aos sábados e domingos) PINHAL NOVO

Criada no Porto a Federação Nacional de Professores

PORTO, 6 (Da nossa delegação) – Acaba de ser criada nesta cidade a Federação Nacional de Sindicatos de Professores, que engloba o Sindicato de Professores da Zona Norte, o da Zona Centro e o Sindep (Sindicato Democrático de Professores).

Em conferência de Imprensa, os dirigentes da nova organização sindical afirmaram que esta constitui «uma aposta no futuro, uma afirmação colectiva da sua fé no valor do sindicalismo, na importância da educação e na força fundamental da unidade» e que pretende reunir todos os sindicatos que representam professores, técnicos de Educação, Investigação e Cultura.

Aberta a todas as organizações sindicais de professores, a Federação diz-se independete das centrais sindicais mas podendo estabelecer «laços de solidariedade e unidade com todos os outros trabalhadores portugueses».

Num comunicado tornado público a F.P. afirma que «se, no momento constituinte, apenas três sindicatos, cobrindo mebora todo o território do Continente, assumem a tarefa de criar a Federação, não é menos verdade que ela existe já como projecto de unidade, sem exclusões, e se encontra aberta a todos os sindicatos legitimamente constituídos».

Tendo como objectivo último «contribuir para a transformação da sociedade numa sociedade isenta de exploração e opressão, lutando pela igualdade de oportunidades, pela justiça, pela liberdade e pela solidariedade», a nova Federação «manter-se-á na primeira linha da defesa das condições de vida e trabalho dignas, para profissionais a quem pertence, em boa parte, a definição do futuro», uma vez que segundo os responsáveis da FP «o nosso futuro colectivo depende do nível de educação a que o povo tiver acesso. Investir nela é investir no futuro e a Federação não deixará de exigir tal investimento» pelo que «os bons professores deverão ter boas condições de trabalho e um nível adequado».

De três em três anos, haverá um congresso de professores portugueses organizado pela FP e as direcções dos sindicatos federados, donde sairão os objectivos prioritários da acção sindical, cultural e educativa para o triénio seguinte.

O conselho nacional será o órgão máximo da nova estrutura que terá ainda um secreetariado e uma comissão de fiscalização.

Vigilantes vão fazer mais quatro dias de greve

Em plenários realizados no Norte (Aveiro, Porto, Famalicão, Guimarães e Póvoa) os trabalhadores das empresas de vigilância aprovaram a realização de nova greve não inferior a 4 dias (e com abandono dos locais de trabalho) a iniciar numa segunda-feira, no caso de as empresas «não modificarem a sua posição de total intransigência nas negociações contratuais em curso».

Segundo um comunicado emitido pelo Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares «as empresas que requereram a conciliação ao MT, rompendo com as negociações directas, negam-se a negociar os subsídios de alimentação e de turno e propõem um aumento de 18 por cento sobre os 14 400$00 (salário actual)». Os vigilantes pretendem a negociação de um subsídio de alimentação e de turno e um aumento salarial de 23,6 por cento.

Segurança social

Os trabalhadores da segurança social entrarão em greve na segunda quinzena do corrente mês se, até ao dia 15, o Governo não responder «concretamente» às suas reivindicações – afirma a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

O secretário de Estado da Segurança Social havia acordado com a federação sindical a aplicação de um conjunto de medidas que a Direcção-Geral de Organização e Recursos Humanos (DGORH) interpretou de forma «claramente lesiva dos interesses dos trabalhadores».

A federaçãb diz que se até ao dia 15 o problema não for resolvido, «se até lá não obtivermos garantias cabais de uma negociação aceitável do regulamento de horário, não pactuaremos com uma situação destas, e não permitiremos por mais tempo o seu protelamento».

Os cerca de 30 mil trabalhadores da segurança social lutam pela manutenção de uma série de regalias que o Governo lhes pretende tirar com a sua integração no esquema geral da função pública.

Bancários do Norte

Impugnação "não tem fundamento legal"

— afirma a lista eleita

A lista recentemente eleita para o Sindicato dos Bancários do Norte manifestou ontem no Porto «estranheza» por não ter ainda tomado posse, de acordo com os respectivos estatutos.

Esta lista, defensora da linha da CGTP, foi a vencedora das eleições realizadas em 26 de Outubro, quer para a direcção e assembleia geral, quer para o congresso.

«Segundo os estatutos, a posse deveria verificar-se ontem, o que não aconteceu» – afirmaram em conferência de Imprensa os elementos da lista.

Os dirigentes sindicais contestam uma impugnação das eleições subscrita por cerca de 30 associados do Sindicato dos Bamcários e que está na origem do atraso na tomada de posse por «não ter qualquer fundamento legal».

«Requeremos por isso ao presidente em exercício da Mesa da Assembleia Geral que face à falta de provas para a fundamentação dos prazos estatutários, seja o recurso considerado como inexistente e dê cumprimento ao estabelecido nos estatutos conferindo posse aos órgãos legalmente eleitos» – frisaram.

CT's de Lisboa hoje reunidas

Iniciou-se a meio da manhã, no refeitório da CP, uma reunião dos membros das comissões de trabalhadores (CT's) da região de Lisboa destinada ao debate e análise das medidas a adoptar face à repressão patronal e governamental.

Um comunicado divulgado pelo secretariado da comissão coordenadora das CT's da região de Lisboa afirma que se torna «cada vez mais claro que o patronado vem desenvolvendo uma vasta operação de repressão contra os direitos dos trabalhadores» e que «jogando na inoperacionalidade da Inspecção do Trabalho e na cumplicidade descarada do Governo AD, procura criar situações de facto consumado, ilegais e inconstitucionais».

A esta situação, que assume as proporções de uma «operação concertada», os representantes dos trabalhadores afirmam tornar-se necessário «responder com firmeza e de forma organizada».

Sindicato acusa administração da Econave de "arrogância patronal"

O Sindicato dos Maquinistas Práticos acusou a administração da Econave de se ter recusado a receber a resposta de um trabalhador, à nota de culpa de um processo disciplinar.

Em comunicado, o Sindicato dos Maquinistas Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante afirmou que um elemento da administração da Econave afirmou que receberia a resposta à nota de culpa mas não assinaria o respectivo termo de recepção «o que é o mesmo que recusar-se a recebê-la, e manteve tal atitude perante três representantes do Sindicato».

O Sindicato considera este caso «um exemplo de arrogância patronal» e «violação flagrante dos direitos dos trabalhadores». Afirma ainda que, «na ânsia de despedir toda a tripulação do navio mercante «Eco-Mondego», porque esta legitimamente se recusou a embarcar sem que lhe fossem agas prestações pecuniárias relativas à ultima viagem» a Econave enviou notas de culpa aos tripulantes daquele navio, em 3 de Novemdro.

Contactada a administração da Econave, um administrador declarou que os tripulantes «recuaram-se a assinar a recepção da nota de culpa, pelo que a empresa não se sente obrigada a assinar a recepção da contestação».

Espectáculo de solidariedade com o pessoal da Cometna

Com início às 21 e 30, realiza-se hoje no Pavilhão da Associação Académica da Amadora um espectáculo de solidariedade com os trabalhadores da empresa de metalomecânica, Cometna.

A iniciativa pertence aos órgãos representativos dos trabalhadores da empresa e conta com o apoio da Federação dos Metalúrgicos e dos sindicatos do sector do distrito de Lisboa e do Sul. Participam Carlos Paredes, Maria Manuela Mota (que participou no «Retrato de Família»), Grupo Coral Alentejano da Sociedade Filarmónica da Amadora, Grupo Coral Alentejano União e Progresso da Venda Nova, Isabel Santos, José Jorge Letria, José Mário Branco, Manuel Branco, Paulo de Carvalho, Rui Tomar, Samuel e Tripo Limp.

Os bilhetes podem ser adquiridos nas juntas de freguesia do concelho, Sociedade Filarmónica da Amadora, Clube Recreativo do Bairro Janeiro e Associação Académica.

Os trabalhadores da Cometna estão a ser alvo de repressão por parte dos administradores tendo já sido despedidos quatro e suspensos 22, na sequência da luta que visa obrigar a administração a negociar o novo acordo de empresa.

Delegação da CGTP em Paris

Parte na segunda-feira para Paris uma delegação da CGTP-/In, que na capital francesa vai realizar um encontro de trabalho com a CGT.

A delegação participará de seguida, como convidada, nos trabalhos do IX Congresso dos Sindicatos Jugoslavos, que decorre de 11 a 13 do corrente mês, em Belgrado.

A delegação da CGTP/In, que será composta por Álvaro Rana, membro da Comissão Executiva e secretário das Relações Internacionais , e por José Manuel Carinhas, chefe-adjunto do Departamento Internacional, tem o seu regresso a Lisboa previsto para o dia 13 do corrente.

Por entre a esperança e o desalento

Conferência de Madrid reúne-se de novo

Sob a presidência da Alemanha Federal, serão retomados na próxima terça-feira em Madrid os trabalhos da sexta fase da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa. Os trabalhos foram interrompidos em 12 de Março por falta de acordo entre os países ocidentais e do Leste sobre a redacção do documento final da Conferência, fundamentalmente devido às tensões suscitadas pela situação na Polónia.

Esta fase da Conferência, cujas sessões plenárias foram inauguradas em Novembro de 1980 na capital espanhola, tem sido dedicada ao debate de um projecto de documento final apresentado pelos países neutrais e não alinhados.

Durante o intervalo dos trabalhos, as delegações dos diversos países mantiveram contactos e reuniões tendentes a conseguir que o documento final seja aprovado por unanimidade.

Mas, apesar do empenho dos diplomatas dos 35 países participantes em chegar a acordo, a dificuldade de diálogo que caracteriza a situação internacional continua a ensombrar as perspectivas de êxito.

Tais receios, atribuídos sobretudo ao clima de crescente confrontação existente entre os blocos militares, foram quinta-feira manifestados pelo ministro austríaco dos Negócios Estrangeiros, Willibald Pahr.

Em declarações à imprensa austríaca, Pahr sublinhou que a tarefa fundamental dos países não alinhados e neutrais consiste em concentrar todos os esforços para evitar um novo impasse na Conferência de Madrid.

O chefe da diplomacia austríaca notou que a ruptura das negociações na capital espanhola poderia provocar o fracasso do processo iniciado em 1975 em Helsínquia.

Por seu lado, a Polónia, cuja situação motivou fortes clivagens na fase anterior da Conferência, anunciou sexta-feira que não discutirá o que qualificou de assuntos internos do país no decurso dos trabalhos que se iniciarão na próxima semana.

Em declarações veiculadas pela agência PAP, o vice-ministro polaco dos Negócios Estrangeiros, Jozef Wiejacz, rejeitou as acusações ocidentais de que o seu país fora a causa da interrupção da fase anterior da Conferência e disse defender uma rápida conclusão da reunião.

Wiejacz, que é também o chefe da delegação do seu país à Conferência, observou que recusará as intenções de «fazer usar a carta polaca nos jogos imperialistas dos Estados Unidos contra o Socialismo».

NATO critica URSS

O Grupo Consultivo Especial (GCE) da NATO apontou ontem a «grave ameaça» que significa para a Europa «o monopólio por partre da União Soviética do arsenal atómico de alcance médio, os SS-20».

A sexta reunião do GCE indicou que as negociações de Genebra para a eliminação de mísseis na Europa, iniciadas há um ano entre soviéticos e norte-americanos, não deram qualquer resultado positivo.

O subsecretário norte-americano para os Assuntos Europeus, Richard Burt, disse numa conferência de Imprensa em Bruxelas que a NATO modernizará o seu arsenal de alcance médio na Europa antes do final de 1983, a menos que se chegue a um acordo satisfatório nas negociações de Genebra.

Cinco países da NATO são unânimes em considerar necessária a modernização armamentista da Europa, enquanto a Bélgica e a Holanda ainda não se decidiram a apoiar a dupla decisão assumida em Dezembro de 1979.

Congresso dos Liberais da R

Reeleição de Ger não esconde divisão do part

A reeleição de Hans Dietrich Genscher para o cargo de presidente do Partido Liberal da República Federal da Alemanha foi, sem dúvida a decisão mais importante do primeiro dia de trabalhos do Congresso do FDP, ontem iniciado em Berlim Ocidental. Em questão estava a sobrevivência política de Genscher, a manutenção da actual coligação com os democrata-cristãos que governa em Bona, e a unidade do Partido.

Se, em relação aos dois primeiros aspectos, a vitória de Genscher e a eleição de figuras próximas das suas concepções para a vice-presidência e secretariado-geral, parecem ter resolvido a questão, o mesmo já não se passa em relação à manutenção da unidade do partido.

Por outro lado, a eleição de Genscher, com 222 votos a favor e 169 contra, constitui o pior resultado alcançado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Bona desde a sua eleição em 1974, e é um claro sintoma das profundas divergências que vive o FDP.

Estas divergências, e apesar de um dos três vice-presidentes eleitos e representante da ala esquerda, Gerhart Baum, ter-se mostrado interessado em cooperar com Genscher e, assim, salvaguardar a unidade partidária, poderão exarcebar-se na jornada de hoje do Congresso.

A discussão de temas quentes como a instalação de mísseis «Pershing 2» em território da RFA, em caso de malogro das negociações de Genebra, e manifestos políticos relacionados com a prática do governo democrata-cristão-liberal, poderão fazer subir de tom às críticas à estratégia de Genscher, especialmente no rompimento com os sociais-democratas de Willy Brandt. Nestes «terrenos difíceis», a que se juntarão ps péssimos resultados obtidos pelo FDP nas últimas eleições cantonais, a unidade do partido estará irremediavelmente em causa.

E os críticos, que ontem abriram um cartaz onde se

O Papa ao ser recebido pelo presidente do Governo Autónomo Basco, Carlos Garaicoechea

Papa no sétimo dia da visita a Espanha

O Papa João Paulo II iniciou hoje o sétimo dia da sua visita a Espanha com visitas aos santuários de Loyola (País Basco) e Javier (Navarra) e à cidade de Saragoça, numa passagem pelo Norte do país.

Em Loyola, a velha horta da casa paterna de Santo Inácio, fundador da Companhia de Jesus, converteu-se num imenso templo com uma área de 62 mil metros quadrados para receber as cerca de 200 mil pessoas que acorreram para participar na missa.

No santuário, construído em honra do Santo, o Papa rezou missa para o povo.

Depois de Loyola João Paulo II desloca-se a Javier, localidade de origem de São Francisco Xavier, um dos mais destacados discípulos de Santo Inácio e que realizou importante trabalho apostólico e missionário na Ásia.

Na celebração da palavra a efectuar no castelo de javier, João Paulo II deverá destacar a importância dos missionários na difusão da mensagem evangélica. Na mesma cerimónia, o chefe da Igreja de Roma vai impor os crucifixos a novos missionários e missionárias.

Depois do almoço, João Paulo II visitará Saragoça, onde terá encontro com a população no estádio de La Romareda, rezando missa num altar instalado no exterior do recinto.

Mais tarde fará uma peregrinação à basílica do Pilar, onde rezará junto da imagem da Virgem, que ostentará o manto que foi oferecido pela representação polaca que participou no congresso mariológico internacional.

Razões de segurança atrasam visita

O Papa João Paulo II chegou hoje ao santuário de Loyola – situado próximo da localidade de Azpeitia (País Basco espanhol), com um atraso de 45 minutos em relação ao horário previsto, devido a razões de segurança, segundo fontes oficiais citadas pela agência nacional espanhola EFE.

A chegada do Santo Padre, prevista inicialmente para as 8.30 horas locais (7.50 horas de Lisboa), foi atrasada para as 8.30 horas tmG, por razões de segurança, na sequência de uma reunião em que participaram às primeiras horas da manhã de hoje os principais responsáveis da segurança do Estado, segundo as mesmas fontes.

Para além da decisão de atrasar a deslocação do Soberano Pontífice, os participantes nessa reunião mudaram também o local de aterragem do helicóptero em que o Papa viaja.

Cimeira franco-britânica

Orçamento comu foi ponto de disc

A sétima cimeira franco-britânica terminou sem crise de maior, mas os dois parceiros mantiveram as suas posições a propósito da contribuição britânica para o orçamento da Comunidade Europeia.

O presidente francês, François Mitterrand, como foi dado a entender durante a conferência de Imprensa comum, aceitou «contribuir para resolver uma situação de que sofre a Grã-Bretanha», mas excluiu dar um carácter permanente a essa ajuda circunstancial e erigi-la em princípio. Para Margaret Thatcher «a situação criada à Grã-Bretanha é injusta e má».

Com a aproximação da próxima cimeira europeia, nada permite encontrar um início de solução para este assunto que envenena as relações comunitárias desde há três anos. Como sempre, nos momentos difíceis, a sr.ª Thatcher teve uma linguagem optimista, convencida de que a questão será resolvida, mas, notam os observadores, com a condição de que a vantagem seja para a Grã-Bretanha.

O afastamento entre os dois países é de tal ordem que o presidente francês limitou-se a falar de «cordialidade» e de «franqueza» para caracterizar estas conversações. A sr.ª Thatcher foi mais calorosa ao garantir que o ambiente «especialmente bom» desta cimeira tinha sido ajudado pela decisão da França, anun-

Depois do Vietname

EUA tentam recuperar prestígio militar na Ásia

As garantias dadas pelo secretário da Defesa norte-americano, Caspar Weinberger, sobre o compromisso dos Estados Unidos ao lado dos seus aliados no Sudeste Asiático, parecem ter correspondido às expectativas deste últimos, apesar do responsável norte-americano ter evitado assumir compromissos militares formais, segundo referem os observadores em Banquecoque.

Em Singapura, primeira etapa da sua viagem asiática, Weinberger, consoante o desejo do primeio-ministro Lee Kuan Yew, não excluiu a possibilidade de que os três porta-aviões da 7.ª Esquadra estacionada no Pacífico pudessem ser reforçados.

Mas esses navios, disse Weinberger, poderiam ser utilizados, em caso de necessidade, noutros sítios que não o Mar da China.

O governo tailandês viu satisfeitas as suas esperanças pela confirmação do apoio americano em caso de ameaça vietnamita, indicam fontes próximas do primeiro-minitro Prem Tinsulanonda.

No entanto, Weinberger não se comprometeu publicamente a acelerar o fornecimento de armas à Talândia, como desejava Banquecoque.

Finalmente, um porta-v0z militar indonésio declarou que a visita de Weinberger é testemunho do interesse de Washington pela paz e estabilidade no Sudeste Asiático.

Com esta viagem pela Ásia, o secretário da Defesa norte-americano quis restaurar a credibilidade militar dos Estados Unidos bastante abalada pelo fiasco do Vietname e pela indecisão de Washington no Irão, no Afeganistão e em Angola, notam os observadores.

No entanto, segundo os primeiros elementos, o governo americano, ao dar uma importância prioritária à Defesa do Golfo, não deseja aumentar sensivelmente a sua presença militar na região.

O Pentágono deseja que os países do Sudeste Asiático participem mais amplamente na sua própria defesa, no âmbito duma coligação informal, articulada através de uma série de acordos bilaterais com Washington.

...a RFA

...enscher de ...rtido

Genscher

podia ler «Genscher: já basta», e que já anunciaram a sua disposição de formar um novo partido, poderão passar das palavras aos actos. Se tal acontecer, restará saber qual o número de deputados que abandonarão as bancadas parlamentares liberais. E então, o que poderá estar em jogo será a sobrevivência do actual governo.

N.R.

Reagan pode ser forçado a reduzir despesas militares

Pensa-se nos meios políticos que o presidente Ronald Reagan poderá ser forçado a reduzir as despesas militares na sequência das mudanças verificadas no Congresso em resultado das eleições do passado dia 2.

O êxito do movimento pacifista americano, que saiu reforçado dos referendos submetidos terça-feira passada a um terço do eleitorado, acerca dum congelamento dos armamentos nucleares e os ganhos sensíveis dos democratas na Câmara dos Representantes (mais de 25 lugares) podem com efeito criar um clima pouco favorável ao Pentágono.

O orçamento da Defesa vai conhecer horas difíceis – afirmou William Whitehurst (republicano da Virgínia) membro da comissão das Forças Armadas da Câmara dos Representantes.

Entretanto, na Casa Branca, exibe-se um optimismo prudente. «Não pensamos que os 26 lugares conquistados pelos democratas lhes dêem um mandato para enfraquecer a defesa do país» – declarou o porta-voz do presidente, Larry Speakes.

Mas essa não é a opinião dos democratas. «Vai haver uma mudança de rumo radical na Câmara dos Representantes quanto ao orçamento da Defesa. Vai ter que ser travada a percentagem dos aumentos das despesas», considera Eugene Eidenberg, director executivo da Comissão Nacional Democrata.

Com as dificuldades económicas que atravessam os Estados Unidos, com mais de 11 milhões de desempregados, o entusiasmo do país pelo «rearmamento da América» tema favorito do presidente Reagan durante a sua campanha eleitoral – esboroou-se grandemente.

Os candidatos às eleições para o 98.º congresso aperceberam-se disso ao percorrerem a sua circunscrição. «Creio que despesas militares desenfreadas inquietam os americanos. Não vêem por que motivo não deveria também o Pentágono apertar o cinto» – afirma o novo senador democrata do Novo México, Jeff Bingaman, que acaba de derrotar o seu rival republicano, o antigo astronauta Harrisson Schmidt.

Esta opinião é aliás partilhada por certos republicanos. «Os aumentos do orçamento da defesa vão ter que ser mais modestos», pensa Bob Michael, líder da minoria republicana na Câmara.

Por isso se aguarda no Pentágono com certa inquietação o próximo debate a respeito do orçamento para 1983, na subcomissão da Câmara dos Representantes para as apropriações militares, que se deve celebrar durante a última sessão, a iniciar em 29 de Novembro.

Prevê-se geralmente que esta subcomissão recomende cortes orçamentais ainda mais importantes que os de 12 000 milhões de dólares pedidos no Verão passado pela comissão senatorial das apropriações. O presidente tinha proposto um orçamento militar de 222 000 milhões de dólares para 1983.

O secretário da Defesa, Caspar Weinberger, que prepara agora o seu relatório sobre o orçamento do Pentágono para o ano fiscal de 1984, a começar em 1 de Outubro de 1983, já indicou que está na disposição de se bater para defender as despesas de 247 000 milhões de dólares.

Na América Latina

"Desaparecidos" ascendem a 90 mil

Familiares de presos desaparecidos na América Latina denunciaram ontem no Peru a existência de uma política repressiva a nível continental que causou já o desaparecimento de 90 mil pessoas.

A denúncia foi feita na sessão inaugural do Terceiro Congresso da Federação Latino-Americana de Associações de Familiares de Detidos e Desaparecidos, que reúne grupos familiares de 12 países e cujo principal objectivo é aprovar um projecto de convenção internacional contra o desaparecimento forçado de pessoas.

A aprovação do projecto, que será depois entregue nas Nações Unidas, é considerada pela federação como «um passo decisivo a nível jurídico» na luta para conseguir o aparecimento com vida dos detidos desaparecidos e a total erradicação deste método repressivo no continente.

No discurso inaugural dos trabalhos, que decorrem em Huampani, a 26 quilómetros de Lima, a presidente da Federação, Pamela Pereira, do Chile, afirmou: «Une-nos a vontade de actuar, nascida da dor comum. Agora não choramos mas exigimos o aparecimento com vida dos detidos desaparecidos».

«Exigimos – prosseguiu – que nos facultem informações sobre o estado dos nossos maridos, irmãos, irmãs, pais e filhos».

...ica

...unitário ...scórdia

ciada no momento em que chegava a Paris, de se abster na votação da moção latino-americana na ONU, a qual convidava a Grã-Bretanha e a Argentina a reatarem as negociações sobre a soberania das Malvinas.

Mas, até neste ponto, o presidente Mitterrand teve o cuidado de sublinhar que se tratou apenas duma «coincidência, feliz é certo», porque a França não pode apoiar um texto que «coloca logo de início a Grã-Bretanha em situação de culpada».

Na realidade, foi apenas no domínio da política internacional que a palavra «harmonia» pôde ser pronunciada. Mas, até neste capítulo, Mitterrand e Thatcher parecem divergir quanto ao método para levantar as sanções americanas contra os países europeus que participam na construção do gasoduto euro-siberiano. Assim, o presidente francês excluiu qualquer negociação

Treino do Exército libanês será realizado por americanos

Os Estados Unidos enviarão para o Líbano conselheiros militares para o treino de 16 batalhões de soldados libaneses que, talvez dentro de meses, poderão substituir a força multinacional de paz estacionada no país – confirmou quinta-feira o Pentágono.

A administração americana, segundo a mesma fonte, irá ainda fornecer ao Líbano carros blindados, peças de artilharia, tanques, equipamento de comunicações e uniformes, num total de 50 milhões de dólares.

Essa cooperação militar foi oferecida na terça-feira ao presidente libanês, Amin Gemayel, por um alto funcionário do Pentágono em Beirute – segundo a mesma fonte.

Por outro lado, os Estados Unidos estão a pensar em reforçar os seus contingentes de fuzileiros, parte da força multinacional de paz, caso as suas novas missões o exijam.

Os fuzileiros norte-americanos, que até agora asseguravam a segurança do aeroporto de Beirute, vão ser encarregados do controlo da auto-estrada Beirute-Damasco, para evitar a eventual infiltração de palestinianos a partir da Síria.

Entretanto, em Beirute, o enviado especial norte-americano, Morris Draper, continua as tentativas para concretização da retirada das tropas estrangeiras do Líbano: dez mil palestinianos, 30 mil sírios e 70 mil israelitas.

Oficialmente, a administração norte-americana afirma que a retirada deve concluir-se em fins deste ano se bem que extra-oficialmente se considere essa hipótese altamente improvável.

Esse cepticismo foi agravado com a decisão israelita de criar novos colonatos na margem ocidental e em Gaza. Na quinta-feira, o porta-voz da Secretaria de Estado disse que essa decisão israelita contraria os esforços de paz.

«Com Candy a lavar loiça posso fazer o que realmente gosto. Brincar com o filho... namorar o marido... conviver.»

Máquinas de lavar loiça Candy
a qualidade ao seu serviço
para que a sua vida tenha mais qualidade

PAINÉIS DE ISOLAMENTO DE SOM

DIFERENTES ACÇÕES DE LAVAGEM
Duas zonas de lavagem vigorosa para panelas e suave para loiças e vidros

EXTERIOR COMPACTO FÁCIL DE INCORPORAR
O design da máquina permite uma grande harmonia com a decoração da s/ cozinha

SUL: **NACIONAL RÁDIO, S.A.R.L.**
NORTE: **SANTOS GUIMARÃES+OLIVEIRA, S.A.R.L.**

PARA COMERCIANTES, INDÚSTRIA E ARTES GRÁFICAS, ESCRITÓRIOS, TIPOGRAFIAS, OFICINAS, INDUSTRIAIS DE SUCATA, LIVREIRTS, ESCOLAS, VENDEDORES AMBULANTES E PÚBLICO EM GERAL

INVULGAR

LEILÃO

2.ª FEIRA, DIA 8 DO CORRENTE E SEGUINTES, ÀS 15 HORAS
NA RUA DO SÉCULO, N.ºs 41 a 63, EM LISBOA

Por ordem da Exma. Comissão Liquidatária da Empresa Pública do Jornal «O SÉCULO», venderemos pela maior oferta enorme existência de bens dados a inventário e que constam essencialmente do seguinte:

2 MONTACARGAS eléctricos comandados por guinchos, rectificador de corrente AC/DC 90 KVA, 380 V; milhares de resmas de papel para jornal; bobinas de papel para rotativas e outras máq. de tipografia; folhas de cartão para matrizes; blocos dos mais variados tamanhos c/ e s/ timbre; rolos de sisal e ainda líquidos e material para revelação de fotografias, alem de lacas, secantes e tintas; projectores para estudios fotográficos; maq. de contar e fita; serra eléctrica; lixadeira eléctrica; balanças de pratos e decimal, com pesos; enorme quantidade de bancadas para oficinas ou tipografias, dos mais variados tamanhos; bancadas de aço e madeira para composição; carros transportadores; div. bidões de 200 l. com e sem combustível e respectivas bombas de extracção; armários de parede c/ cacifos, próprios para ferramenta; conjunto completo para gabinete cirúrgico com armário-vitrina, marquesas, secretária, «fauteils», aparelhos div, etc, etc.

MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO E DIV: Centenas de secretárias de aço e madeira, com dez grupos de gavetas e tamanhos variados; máqs. de escrever, calcular, somar, contabilidade, fotocopiar, duplicar, etiquetas, etc; ficheiros em aço de chão, bancada de secretaria e tipo Kardox; «fauteils» e cadeiras estofadas a napa, algumas rotativas e c/ rodízios; armários-arquivos, vestiários e estantes de aço; dezenas de armações em cantoneira de aço, com dois grupos de prateleiras, além de bancadas e estantes; armários-arquivo com porta esteira; Plataforma completa para construção de sacada de armazém, totalmente em cantoneira de aço e chão madeira, com 20 m2 aproximadamente; fogão industrial em inox; bancos corridos, Bufete de pau santo; invulgar jogo de sala estofado a crina; jarrão faiança; estantes altas com portas de vidro e baixas; canapé e cadeira couro e pregarias; relógios de parede com realce para um «8» americano; balança de pratos de ourivesaria c/ respectiva vitrina; máqs. registadores c/ destaque para um National antiga; molduras talha; cand. Articulados e de bicha; irradiadores a gás e eléctricos de serpentina; mesas de refeitório c/ mármore; grande quantidade de canapés para salões de festas; frigoríficos; centenas de kg de papel a peso, e, ainda, dezenas de milhares de livros de diversas editoras e cujos temas são variadíssimos, focando assuntos políticos, infantis, escolares, recreativos, de estudo, romances, contabilidade, etc. Além do exposto existem ainda uns milhares de kg de sucata de ferro, aço, cartão e papel, e uma infinidade de lotes de difícil discriminação que, no entanto, estarão em EXPOSIÇÃO: 2.ª Feira, dia 8 (1.º dia de leilão), das 10 às 13 horas

TRATA DESTA IMPORTANTE ALMOEDA

SOC. DE LEILÕES NOVA ALIANÇA, Lda.
AV. CASAL RIBEIRO, 17 A e B
Telefs. 532929 · 546869
1000 LISBOA · PORTUGAL

RN RODOVIÁRIA NACIONAL

COM INÍCIO NO DIA 4 DE OUTUBRO DE 1982 MAIS UM SERVIÇO EXPRESSO

EXPRESSO
COVA DA BEIRA

Entre Fundão e Porto, com o itinerário de: Fundão, Covilhã, Ginjal, Guarda, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Mangualde, Viseu, S. Pedro do Sul, S. João da Madeira e Porto, com a intenção de servir com um transporte rápido e cómodo a zona industrial das Beiras com a cidade do Porto.

HORÁRIO

7.00	FUNDÃO	23.00
7.25	COVILHÃ	22.35
7.50	GINJAL	22.10
8.10/8.15	GUARDA	21.45/21.50
8.45	CELORICO DA BEIRA	21.15
9.00	FORNOS DE ALGODRES	21.00
9.25	MANGUALDE	20.35
9.45/9.55	VISEU	20.05/20.15
10.20	S. PEDRO DO SUL	19.40
12.25	S. JOÃO DA MADEIRA	17.35
13.00	PORTO	17.00

Efectuam-se às 2.as, 4.as e sextas-feiras

RN

INFORMAÇÕES: LISBOA 540079/540129 (dias úteis)
CASTELO BRANCO Telf 23380/23471
FUNDÃO Telf 52142
COVILHA Telf 22170
GUARDA Telf 22720
VISEU Telf 22822
PORTO Telf 321459

PARA MAIS INFORMAÇÕES CONSULTE AS AGÊNCIAS E FILIAIS RN.

Situação de Timor-Leste

Países de Língua Portuguesa enviam a Cuellar um projecto de resolução

Pela primeira vez em sete anos, Portugal e o Brasil juntam-se a Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe endossando um projecto de resolução sobre Timor-Leste.

Este projecto pede ao secretário-geral «que inicie consultas com as partes directamente interessadas com vista a explorarem-se as vias para se chegar a uma solução política global do problema».

Recorde-se que Javier Perez de Cuellar, em encontros com o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Futscher Pereira, declarou estar disponível a servir de intermediário na busca de uma solução.

Entretanto, os debates sobre a questão de Timor-Leste, inscrita como ítem separado na agenda da Assembleia Geral, começarão no próximo dia 8. Entre os peticionários inscritos para o debate estão o antigo primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam, que defenderá a posição da Indonésia, o senador Ian Mcintosh, membro da Comissão do Senado australiano para os Negócios Estrangiros e Defesa e membro do Partido Trabalhista, o qual apresentará uma intervenção de apoio à luta do povo de Timor-Leste e dos seus direitos humanos, o professor Roger Clark, director da Liga Internciional dos Direitos Humanos, a sr.ª Margo Picken, representante da Amnistia Internacional, o professor Ernst Utrech, cidadão indonésio, antigo conselheiro do falecido presidente Sukarno, actualmente professor de Sociologia na Universidade de Amesterdão, que falará em nome da oposição indonésia contra a guerra em Timor-Leste e em nome do Tribunal Permanente dos Povos de que é membro do júri.

O projecto de resolução será apresentado formalmente no dia 10 de Novembro pela delegação portuguesa e espera-se que o mesmo seja votado no dia 12.

Congresso norte-americano preocupado com Timor-Leste

Antecedendo a visita aos EUA do presidente Suharto da Indonésia, ocorrida entre 12 e 14 de Outubro passado, mais de cem membros do Congresso norte-americano, entre senadores e representantes da Câmara, democratas e republicanos, enviaram uma carta ao presidente Reagan, salientando o conflito em Timor-Leste e a necessidade de se encontrar uma solução política para o problema.

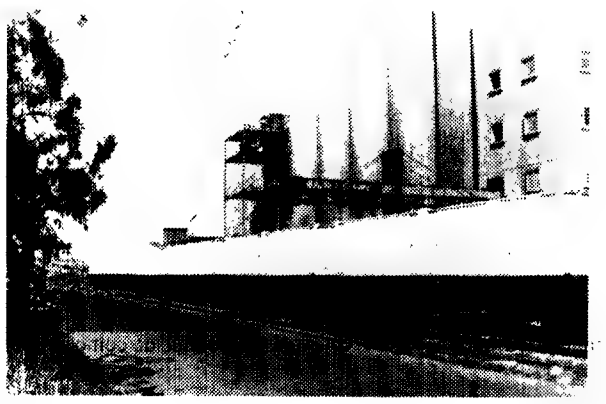
A grande imprensa americana, desde o «New York Times», o «Washington Post», o «Christian Science Monitor» até inúmeros jornais diários de vários outros Estados dedicaram editoriais e artigos sobre a situação em Timor-Leste.

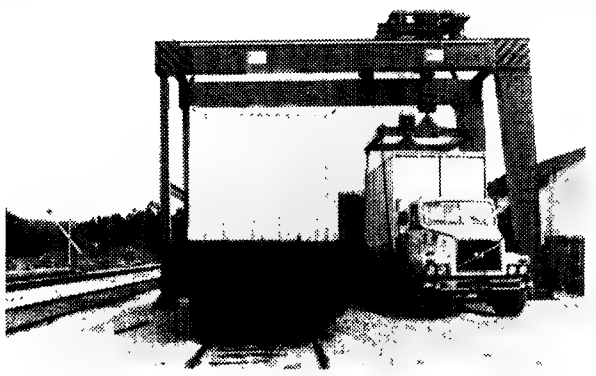
A visita do presidente Suharto aos EUA, que pretendia ser uma campanha de relações públicas, foi um fracasso político porque atraiu a atenção geral para o problema de Timor-Leste.

Entretanto, espera-se que o Senado norte-americano inicie, nos princípios do próximo ano uma investigação e debate sobre a questão de Timor-Leste, o que seria uma acção rara para o Senado.

Ponto interessante a salientar é que nenhuma outra questão tem atraído tão grande número de membros do Congresso norte-americano como o caso de Timor-Leste. Apenas o «Lobby» israelita tem ultrapassado, em eficácia, a campanha desenvolvida por um pequeno número de apoiantes do povo de Timor-Leste nos EUA.

Um novo serviço novos horizontes





A CP oferece agora um novo serviço, inédito em Portugal, para abastecimento de cereais. Já em pleno funcionamento, esta nova modalidade tem sido adoptada com pleno êxito pela Fábrica de Rações Valouro, que vê, assim, totalmente resolvidas as suas necessidades quanto ao abastecimento de milho.
Essencialmente, trata-se dum comboio completo de 10 vagões, transportando 20 contentores num total de 500 toneladas.
São inúmeras as vantagens deste novo serviço.
É a grande capacidade de transporte.
É o rápido e livre abastecimento nos silos da EPAC.
É o trajecto feito durante a noite, livre e desimpedido.
É o transbordo ferro-rodoviário à velocidade de 1 contentor por minuto.
Pelas suas claras vantagens face às tradicionais formas de abastecimento, este serviço assegurado pela CP abre novas perspectivas verdadeiramente animadoras.

Um novo serviço... novos horizontes.

CP

Comboio, a opção inteligente.

CP Design

CDS (s) continuam a servir-se e a destruir cooperativas

Direcção da Cooperativa de Figos de Torres Novas responsável por dezenas de milhar de contos de défice

A situação da Cooperativa de Produtores de Figos de Torres Novas está no centro das atenções dos agricultores da região desde há alguns meses. Uns por serem directa e gravemente vítimas dela, outros devido às proporções que o escândalo assume, todos se têm interessado por aquilo que ali se passa. A questão passou dos «rumores» segredados para a assembleia geral da cooperativa, e daí para a Imprensa regional e diária e para a Polícia Judiciária. E não era caso para menos: muitos milhares de contos desaparecidos, o envolvimento incontestável da direcção, uma unidade económica de importância vital para a região em risco de desaparecer, etc. Em muitas outras cooperativas de transformação agrícola existem situações deste tipo, mas raramente a intervenção dos associados permite pôr a nu o oportunismo de direcções corruptas e o abandono a que o Governo vota o sector cooperativo.

Tudo começou com o alarme gerado, em meados deste ano, entre os 3 mil sócios desta importante cooperativa, criada em 1963 para produzir e comercializar as aguardentes obtidas por destilação do figo. Nessa altura, a grande maioria de entre eles ainda não tinha recebido o dinheiro correspondente aos figos entregues à cooperativa no ano passado e muitos começavam a perder a paciência.

Na verdade, só os amigos dos dirigentes é que tinham recebido os quantitativos que lhes eram devidos, havendo outros sócios que, após horas e horas de bichas, lá iam recebendo pequenas percentagens do valor dos figos entregues. O valor total dos figos entrados nos armazéns da cooperativa ascendia aos 50 mil contos. Grande parte deles já tinham sido transformados em aguardente, entretanto, vendida, mas o dinheiro não aparecia.

Comissão de inquérito

Como a situação não se resolvia e ninguém percebia por que razão é que a cooperativa não tinha dinheiro para pagar aos sócios, as dúvidas, que alguns já tinham, começaram a generalizar-se a toda a massa associativa. Daí à realização de uma concentração de protesto em frente à sede social e à eleição, em assembleia geral, de uma comissão de inquérito, foi um passo.

Estávamos em Maio e os sócios acorreram maciçamente à assembleia geral convocada para apreciação do relatório e contas da direcção, referente ao ano findo. Face à situação criada pelo não pagamento dos figos e aos números fantasistas (reconheciam apenas um saldo negativo de 17 500 contos) apresentados pela direcção, os sócios recusaram-se unanimemente a dar cobertura à sua gestão.

Mas, mais do que isso, decidiram eleger imediatamente uma comissão de inquérito de seis sócios que iria, com o auxílio de uma empresa especializada em peritagens contabilísticas, averiguar da verdadeira situação da cooperativa e determinar os responsáveis por ela.

No decurso dos trabalhos da comissão foi possível apurar factos de tal maneira comprometedores que a AG realizada em princípios de Setembro resolveu suspender os membros da direcção e do conselho fiscal, assim como dois dos 37 empregados da cooperativa e, ainda, a empresa até então responsável pela escrita, a Torrisconta.

Entre aqueles factos, sobressai a permanente falsificação da escrita, pelo menos desde 1979, com o fim de ocultar toda a espécie de ilegalidades, entre as quais se destacam diversas operações de que resultaram importantes proveitos pessoais para os seus autores e prejuízos correspondentes para a cooperativa; a venda ilegal de avultadíssimas quantidades de aguardente a granel; a queima de documentos altamente comprometedores, etc.

Situação de falência

Como resultado das averiguações da Comissão e da peritagem contabilística, para lá das suspensões já referidas, foi entregue à Polícia Judiciária uma participação que está actualmente a correr a sua tramitação.

Uma outra participação foi entretanto entregue à Judiciária devido ao assalto aos escritórios da cooperativa, perpetrado na madrugada de 3 de Outubro, já depois de terem sido decididas as suspensões. O objectivo do assalto só poderá ter sido o roubo de documentos cuja natureza ainda não foi possível determinar, mas que certamente viriam a comprometer ainda mais os assaltantes ou aqueles que por detrás deles se encontram.

Segundo fontes contactadas pelo «DL», a gestão calamitosa e os desvios e outras operações fraudulentas de que a cooperativa foi vítima, colocaram-na numa situação de falência da qual só poderá sair com auxílio exterior. Nesse sentido aliás, a Comissão de Inquérito, que foi transformada em Comissão Administrativa na AG de Setembro, tem estado a desenvolver importantes esforços junto de diversas entidades, nomeadamente do Ministério da Agricultura.

A quantificação exacta do estado em que se encontram as finanças da cooperativa é contudo extremamente difícil, na medida em que foram destruídos muitos documentos e que a escrita estava completamente falsificada.

Uma coisa é porém segura: deveriam existir nos cofres da cooperativa muitas dezenas de milhares de contos que nunca lá entraram.

A questão que se levanta portanto, é saber onde é que foi parar esse dinheiro?

Como sempre, nestas coisas, é muito mais simples e interessa a muita gente que as responsabilidades sejam todas atiradas para cima dos mais fracos e vulneráveis. Neste caso, não se foge à regra, e aí temos na opinião pública da região, nas autoridades e até na Imprensa, a ideia mais ou menos generalizada de que os «maus da fita» foram Manuel Duarte, encarregado geral da cooperativa, e sua filha Laura, funcionária administrativa, ambos referidos nas conclusões do relatório da Comissão de Inquérito.

As responsabilidades destes dois empregados parece inegável, mas está longe de ser exclusiva. A falta de «habilidade» que demonstraram, comportando-se ostensivamente como novos-ricos (construção de imponente vivenda etc.) facilitou todavia a divulgação da ideia de que seriam os únicos culpados e os únicos que se aproveitaram abusivamente do património da cooperativa.

A verdade porém é bem outra e só quem não quiser ver é que não vê nos elementos apurados pela Comissão de Inquérito a prova irrefutável da responsabilidade criminal da direcção.

Só que a este nível parecem funcionar protecções e encobrimentos e manifestam-se «compreensões» que não se vêm em relação aos «espertalhões» que nestas coisas costumam acabar por arcar com todas as culpas e responsabilidades.

A responsabilidade do presidente

De facto, repugna a muita gente, por motivos óbvios, reconhecer o envolvimento de homens como Vale e Azevedo, presidente da Direcção, nas múltiplas ilegalidades que levaram a cooperativa à ruína.

É que este grande proprietário de Lamarosa, freguesia de Olaia, conhecido como membro do CDS, foi durante muitos anos presidente do Grémio da Lavoura de Torres Novas, e é visto como o protótipo do cacique que se exibia por conta da União Nacional, participando nas mesas de voto das farsas eleitorais salazaristas e marcelistas.

Compreendem-se portanto os receios cada vez maiores que se fazem sentir entre numerosos sócios da cooperativa, por nós ouvidos, que duvidam de que alguma vez cheguem a ser responsabilizados criminalmente os membros da direcção, nomeadamente o seu presidente.

Este parece ser o mais visado já que era ele quem de facto geria a cooperativa. Os outros dois membros, Manuel Raimundo e José Granata, estavam aliás bastante afastados dos negócios da casa, tendo publicamente, no semanário torrejano «O Almonda», formulado graves acusações contra Vale e Azevedo e contra o encarregado Manuel Duarte.

Segundo os sócios a que nos referimos, e outras fontes a que tivemos acesso, a responsabilidade da direcção, e sobretudo do seu presidente, têm a ver fundamentalmente com a falsificação da escrita levada a cabo desde 1979, com o de ocultar aos sócios um prejuízo da ordem de 12 175 contos.

Um outro aspecto da responsabilidade da direcção, provavelmente com incidência criminal, respeita à obtenção de um empréstimo de 32 mil contos junto da Caixa Agrícola de Torres Novas em fins de 1980. O empréstimo destinava-se oficialmente a pagar aos sócios os figos da colheita desse ano cujo produto serviria depois para reembolsar os 32 mil contos. Na operação serviu de penhor o figo já armazenado, mas o dinheiro proveniente da venda da aguardente que dele se extraiu não foi utilizada na liquidação da dívida junto da Caixa.

A cooperativa já se encontrava então em situação de falência, mas a falsificação da escrita e a influência do presidente permitiram ocultar esse facto, conseguindo a direcção renovar o empréstimo, em 1981, novamente com o penhor da colheita desse ano. O resultado foi que nem o figo foi pago aos sócios na sua totalidade nem o compromisso para com a Caixa foi honrado.

Mas talvez mais significativo das negociatas da direcção seja o facto de a partir de 1979 não mais terem sido facturadas as vendas de aguardente a granel. Estas transacções, apesar de ilegais porque a Cooperativa é obrigada por lei a entregar toda a aguardente que não seja engarrafada à Administração Geral do Açúcar e do Álcool (AGA-EP), sendo proibidas as vendas a granel, correspondiam no entanto à imensa maioria da produção das três destilarias da cooperativa.

Para iludir a fiscalização e os sócios, os fornecimentos eram efectuados durante a noite, com o conhecimento do presidente e sob a direcção do encarregado, sendo a aguardente levada em depósitos transportados em camiões. Na ocasião não era feito qualquer registo válido nem emitido qualquer documento e o comprador, normalmente Zuzarte Reis, um comerciante e industrial que goza da fama de ser um importante falsificador de «uísques», depositava depois o preço combinado num banco de uma vila vizinha.

Candonga e aldrabice

O mais curioso é que a conta em que eram feitos esses depósitos não é vista nem achada na escrita da cooperativa, apesar de estar aberta em seu nome, e no escritório não foi encontrado qualquer traço da sua existência. De qualquer modo, quando a direcção tinha conhecimento de que o comprador tinha depositado o dinheiro, mandava levantá-lo e procedia então a um depósito nas contas «legais» da cooperativa.

A ausência de documentos válidos relativos às saídas de aguardente e ao preço porque eram vendidas, permite contudo duvidar que as quantias levantadas na conta secreta e as depositadas nas contas «legais» coincidissem.

Posteriormente, para regularização dos depósitos efectuados, a direcção mandava forjar notas de vendas fictícias, passadas em nomes tirados ao acaso da lista telefónica, e relativas a quantidades de aguardente calculadas a partir da divisão do dinheiro que se entendia depositar pelo preço ao litro praticado na altura.

A falsificação de todos estes documentos de venda faz com que seja impossível determinar qual a quantidade global de aguardente a granel vendida em proveito próprio dos diversos intervenientes e, simultaneamente o montante dos prejuízos infligidos à cooperativa através desta artimanha.

O argumento avançado por alguns de que a direcção procurava por este meio beneficiar a cooperativa fugindo aos circuitos legais de venda de aguardente e conseguindo assim preços superiores, não colhe até porque muitas vezes vendia-a para a candonga a preços inferiores aos pagos pela AGA. Já durante este ano foram vendidos ilegalmente muitos milhares de litros a um intermediário de Zuzarte Reis a 26 escudos por litro quando a AGA a comprava a 28$20!

De sublinhar, é também o facto de a Fiscalização Económica de Santarém estar desde há muito tempo ao corrente de algumas destas práticas sem nunca lhes ter posto cobro...

Mas os atropelos e os abusos não ficam por aqui, e nem sempre é fácil distinguir a responsabilidade da direcção que incumbe ao encarregado-geral ou à filha. É o caso da quase provada saída nocturna de dois camiões carregados de aguardente, sem que tenha entrado qualquer receita correspondente, já depois da Assembleia Geral de Maio.

Mas em algumas das situações que acabamos de resumir, e ainda em outras de que a Judiciária possui elementos suficientes, é difícil atribuir todas as responsabilidades aos empregados implicados, ou circunscrever a natureza dessas responsabilidades a meros erros de gestão. Segundo nos afirmaram pessoas bem conhecedoras do processo, é difícil sustentar que as responsabilidades da direcção nessas situações não sejam pura e simplesmente de natureza criminal.

A evolução do processo mostrará se, mais uma vez, os «cérebros» ultrapassam airosamente a tempestade, saindo incólumes, graças à protecção e à cobertura política dos seus correligionários.

Desinteresse do Governo

Uma das questões que mais insistentemente ouvimos levantar a propósito do que se passa na cooperativa foi a seguinte: como é que foi possível chegar-se onde se chegou sem que os sócios tivessem intervindo? A única resposta parece residir na falta de formação cooperativista dos agricultores e na ausência quase absoluta de apoio oficial ao desenvolvimento das actividades cooperativas.

Na verdade, como nos declarou uma fonte próxima do Instituto António Sérgio, «não admira que a generalidade dos agricultores deste País, que mal sabem ler e raramente sabem o que é de facto uma cooperativa, se deixe ludibriar por dirigentes sem escrúpulos, que frequentemente se aproveitam das estruturas, senão do próprio património das cooperativas, em seu proveito pessoal».

A única solução para reduzir o número destes casos, que infelizmente não são raros, acrescentou-nos a mesma fonte, «consiste na criação e dinamização de estruturas de apoio às cooperativas, e na realização de um grande esforço, destinado a incrementar a formação de cada vez mais quadros cooperativistas e a melhorar o nível cultural global dos cooperadores».

Um outro aspecto que sem dúvida é fundamental para minorar as consequências do oportunismo e da corrupção que reinam em muitas cooperativas de transformação diz respeito à política de subsídios seguida pelo Ministério da Agricultura. Com efeito, não é segredo para ninguém, e esse facto já foi reconhecido publicamente pelo subsecretário de Estado da Agricultura, Sá Meneses, que os subsídios não reembolsáveis atribuídos pelo MACP servem muitas vezes para encobrir situações de má gestão e de incompetência dos dirigentes cooperativos.

No caso de Torres Novas, não fosse a intervenção dos sócios, poderia também ter acontecido que um subsídio do MACP viesse encobrir a actuação da direcção e permitir-lhe que continuasse a agir como até agora por mais alguns anos.

De facto, Vale e Azevedo já tinha começado a mover as suas influências partidárias junto de Basílio Horta e tudo indica que viria a conseguir o seu objectivo de ir buscar ao OGE o dinheiro necessário para tapar os buracos da sua gestão ruinosa e duvidosa.

Esperemos apenas que a disposição favorável do MACP para resolver os problemas de um correligionário se mantenha para possibilitar a viabilização séria de uma unidade cooperativa vital para o concelho de Torres Vedras.

J. A. C.

Perante alguma surpresa do sector

Baião Horta insiste: exportações aumentarão 7%

O ministro da Indústria e Energia, Baião Horta voltou ontem a afirmar que existem ainda possibilidades de aumentar este ano em 7 por cento as exportações portuguesas.

Baião Horta, que falava numa reunião de exportadores no Porto, disse que os valores já apurados para o primeiro semestre, e as perspectivas existentes para o segundo, apontam com uma certa segurança para um valor entre 5 a 6 por cento e por isso acções adequadas podem tornar possível obter o crescimento de 7 por cento em termos de volume, que estava previsto no programa do Governo. O optimismo do ministro nesta matéria tem surpreendido muitos exportadores e analistas económicos que consideram aquela meta inatingível.

Numa análise da política de exportação do Governo afirmou: «O Apoios à exportação já hoje são, e no futuro terão cada vez mais de vir a ser, concedidos aos mais criativos, aos mais incorporantes de valor nacional aos mais aptos e mais eficientes».

Salientando que «a intervenção pública a favor da exportação pesa no orçamento do Estado e aumenta a carga fiscal que onera outros sectores da economia» Baião Horta salientou que por isso esses apoios só se justificam desde que «existam contrapartidas reais a tais transferências».

Referindo-seà política cambial seguida pelo Governo, Baião Horta afirmou que não há nenhuma que «supra os efeitos corrosivos na competividade externa gerados por uma falta de dinamismo em obter ganhos de produtividade».

Por isso o «governo continuará a seguir uma política cambial ajustada às realidades mas não encobridora de incapacidades» – acrescentou.

O aumento das exportações, de acordo com o ministro da Indústria e Exportação, terá de passar também pelo «fomento de empresas especializadas no comércio externo, «tradings», e o aparecimento de novos exportadores».

Nesse sentido o Governo vai desencadear imediatamente a constituição de algumas destas empresas, que poderão ser participadas pela iniciativa privada e mais tarde totalmente detidas por ela: «o que ão é aceitável é que as nossas organizações de comércio internacional em vez de serem de export-import, sejam só de import» – salientou.

O ministro defendeu também o lançamento de «um movimento de «comprar português», sem que isso represente dar guarida a parasitismo ou proteccionismos ultrapassados», mas que seria «um movimento vital para o período de pré-adesão à CEE».

OGE continua por aprovar

Afinal o OGE ainda não foi aprovado pelo Governo. As informações divulgadas de fonte governamental na passada semana e ainda ontem confirmadas ao «DL» por diversos gabinetes ministeriais segundo as quais o documento fora aprovado na especialidade na sexta-feira da semana passada, mostraram-se sem qualquer fundamento. De facto, as notícias surgidas antes de ontem a propósito da eventual discussão no Conselho de Ministros de ontem de uma proposta no sentido de aplicar um imposto de cerca de 20 por cento sobre o 13.° mês e o imposto de férias, confirmavam que as divergências entre os ministros ainda não tinham sido ultrapassadas e que o orçamento ainda não estava aprovado.

Tudo indica que essa situação se mantinha ontem de manhã e que o problema continua por resolver uma vez que na reuinião de ontem o assunto não foi sequer oficialmente abordado.

Assim, apesar de o Governo procurar fazer crer que já aprovou o OGE há mais de uma semana, a verdade parece ser que ainda subsistem dificuldades não resolvidas e que o documento ainda não foi de facto aprovado. Segundo diversas fontes, alguns ministros têm-se oposto à solução do imposto sobre o 13.° mês e o subsídio de férias como forma de obter receitas suplementares que permitam manter o défice do OGE perto dos 160 milhões de contos.

Uma alternativa a esta solução, defendida por alguns ministros, parece ser pura e simplesmente o aumento dos preços de alguns bens essenciais.

Entretanto estamos em 6 de Novembro e o prazo consttticional para a entrega do OGE à AR termina em 15 de Novembro...

Países ACP criticam CEE

A sétima sessão da Assembleia Consultiva CEE/ACP (Estados Associados da África, Caraíbas e Pacífico) encerrou ontem os seus trabalhos em Roma, com importantes críticas à actuação da CEE.

Nesta sessão, que reuniu durante três dias 126 parlamentares europeus e outros tantos representantes dos ACP, os países africanos manifestaram a sua inquietação perante a ameaça de um regresso ao proteccionismo na Europa. A Assembleia aprovou, aliás, uma resolução acusando a CEE de não ter já uma atitude conforme aos objectivos da Convenção de Lomé.

A Assembleia aprovou ainda um relatório sobre a fome no Mundo, defendendo as «estratégias alimentares» da Comissão Europeia tendo em vista aumentar a independência dos ACP nesse domínio.

FMI empresta ao México

O México deverá obter até 20 de Novembro um importante empréstimo de 4500 milhões de dólares (perto de 400 milhões de contos) que tem estado a negociar com o Fundo Monetário Internacional, soube-se de fontes mexicanas.

A concessão deste empréstimo tem a ver com a gravidade da situação económica do México que, no próximo ano, terá que resolver os problemas decorrentes do vencimento de uma parcela de 39 mil milhões de dólares da sua dívida externa.

Este vencimento, que representa perto de metade do conjunto da dívida externa mexicana, avaliada em 80 000 milhões de dólares, foi uma das principais causas, juntamente com a importante fuga de capitais, da instauração duma fiscalização rigorosa dos câmbios pelo governo do México.

Por outro lado, as negociações entre o México e o FMI devem conduzir a um acordo antes de 23 de Novembro, data em que termina a prorrogação concedida pelos bancos internacionais para permitir ao país proceder a reembolsos imediatos.

O México, recorde-se, tem que reembolsar antes do fim de 1982 um total de 12 000 milhões de dólares de juros e de amortizações.

Paraguai tem a maior central hidroeléctrica

A central hidroeléctrica de Itaipu, a maior do Mundo, foi ontem inaugurada pelos presidentes do Paraguai e do Brasil, generais Alfredo Stroessner e João Figueiredo.

Ambos os presidentes accionaram um dispositivo especial que abriu as catorze comportas do dique, através das quais começaram a circular oito mil metros cúbicos de água por segundo.

A Itaipu, construída pela empresa do mesmo nome sobre o rio Paraná, na fronteira entre o Paraguai e o Brasil, custou 12 000 milhões de dólares (1080 milhões de contos).

ADMISSÃO DE PESSOAL

Torna-se público que está aberto concurso para o preenchimento de uma vaga para o serviço de OBRAS.

FIEL DE ARMAZÉM

OFERECE-SE:

— Remuneração entre 14 900$00 e 18 800$00 a estabelecer conforme a experiência profissional;

— Possibilidade de ingresso no quadro após período experimental.

EXIGE-SE:

a) Nacionalidade Portuguesa; b) idade não inferior a 18 anos; c) sanidade mental e física para o desempenho do cargo; d) ausência de pena disciplinar; e) cumprimento dos deveres militares ou de obrigação de serviço equivalente; f) escolaridade obrigatória; g) bilhete de identidade válido.

— Experiência no sector de compras e gestão de stoks.

MODO E PRAZO DE CANDIDATURA:

Os requerimentos de admissão ao concurso dirigidos ao presidente da Câmara em papel selado e com indicação do endereço, devem ser acompanhados dos documentos comemorativos do preenchimento dos requisitos atrás referidos e de todos os elementos eventualmente relevantes para apreciação da candidatura.

No entanto os candidatos são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos referidos nas alíneas a), d) e f) se declararem no mesmo requerimento, sob compromisso de honra, que preenchem aquelas condições, assinando então sobre uma estampilha fiscal de 100$00.

Os requerimentos devem dar entrada na Secretaria-Geral da CMB até ao dia 20 de Novembro do corrente ano.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Hélder da Silva Nobre Madeira

informação
CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

Escola Preparatória Álvaro Velho

MOÇÃO

Considerando que, a convite da Associação de Pais e/ou Encarregados de Educação dos alunos da Escola Preparatória Álvaro Velho, assistimos a uma Assembleia daquela associação, onde tomámos conhecimento de preocupantes anomalias verificadas na referida escola;

Considerando ser previsível que a abertura das aulas na Escola Secundária Álvaro Velho se vai verificar com grande atraso, em virtude da inoperância governamental na execução de obras que haviam sido pedidas há mais de dois anos;

Considerando que a montagem dos pavilhões prometidos para Outubro, para a referida escola, ainda não foi concretizada nem se vislumbra quando será;

Considerando que o quadro de Pessoal Auxiliar daquela escola está reduzido a 50% do seu efectivo;

Considerando que a capacidade de alunos da mesma escola está excedida para mais do dobro;

Considerando que, na outra escola preparatória existente (Escola Mendonça Furtado) a abertura do ano lectivo também se encontra comprometida por graves anomalias igualmente verificadas;

Considerando que, acerca da nova escola preparatória, cujo processo de implantação está a iniciar-se, já se prevêem atrasos e insuficiências na sua construção, da parte das respectivas entidades governamentais, que se consideram insuportáveis em relação ao mínimo de alunos que as escolas do Barreiro de há muito não comportam;

A Câmara Municipal do Barreiro, reunida em sua sessão de 15/10/82, decide:

1 — Manifestar a sua preocupação quanto às anomalias atrás mencionadas;
2 — Exigir que o governo tome medidas urgentes para solucionar os problemas aludidos;
3 — Responsabilizar as entidades governamentais, de quem depende a normalização das situações apontadas, pelos graves inconvenientes que as carências em causa estão a provocar à população tão seriamente afectada;
4 — Remeter a presente moção às seguintes entidades: Presidente da República, Conselho da Revolução, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, 1.° Ministro, Ministério da Educação, Órgãos da Comunicação Social.

informação
CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

EPAL EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS LIVRES

AVISO

POR MOTIVOS DE OBRAS DE ALTERAÇÃO DE TRAÇADO DO ADUTOR DE TELHEIRAS, EXIGIDAS PELA EXECUÇÃO, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, DO NOVO COLECTOR DA ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES ADMITE-SE A OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA Á CIDADE DE LISBOA, PRINCIPALMENTE NAS SUAS ZONAS ALTAS SERVIDAS PELO RESERVATÓRIO DE TELHEIRAS E NO CONCELHO DE LOURES, COM POSSÍVEIS REFLEXOS, TAMBÉM, NOS FORNECIMENTOS AOS CONCELHOS DA AMADORA, OEIRAS, SINTRA E CASCAIS.

AS OBRAS PROLONGAM;SE PELO PERÍODO DE 3 DIAS, A INICIAR-SE NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA, DIA 8 DE NOVEMBRO, REVESTINDO-SE AS IRREGULARIDADES PREVISTAS DE ABAIXAMENTOS DE PRESSÃO MAIS DESIGNADAMENTE NAS HORAS DE MAIOR CONSUMO.

AGRADECE-SE A COMPREENSÃO E COLABORAÇÃO DOS CONSUMIDORES, NOMEADAMENTE EVITANDO CONSUMOS NÃO INDISPENSÁVEIS BEM COMO ARMAZENAMENTOS DE ÁGUA, UMA VEZ QUE SE NÃO PREVÊM QUEBRAS NA CONTINUIDADE DO ABASTECIMENTO.

LISBOA, 4 DE NOVEMBRO DE 1982

O CONSELHO DE GERÊNCIA

2 RODAS 2 vezes mais atenção!

Nunca circule aos zigue-zagues defenda a sua vida e a dos outros.

circular é viver.

exclusivo

Japão: tempestade sobre a história

I — O passado revisto e corrigido

□ R.P. Paringaux ■ «Le Monde»

A China fez saber que aceitava as explicações que lhe eram dadas pelo Japão a respeito do diferendo que opunha os dois países, a propósito da revisão dos manuais de história japoneses.
Se esta querela parece ter-se assim resolvido – a menos de um mês da visita do primeiro-ministro japonês Suzuki a Pequim – a emoção mantém-se em vários outros países que se inquietam com as novas orientações, confessadas ou não, dos dirigentes conservadores do Japão.

TÓQUIO – «No princípio das negociações Chou En Lai lançou brutalmente: «O Japão invadiu a China e matou onze milhões de chineses. Que pensa sobre isto?». Eu respondi que achava o facto deplorável. Perguntou-me então: «Julga que é suficiente julgar o caso fortemente deplorável?». Eu respondi: «É por isso que eu vim a Pequim». Kakuei Tanaka, antigo primeiro-ministro do Japão, em entrevista ao «Sankei Shimbun» em Agosto de 1981.

Dez anos depois desta conversa, que preludiava a normalização das relações, os dirigentes japoneses decidiram, soberanamente mas sem conversações, apagar dos novos manuais escolares o sangue vertido na Ásia pelo Exército imperial, nas duas últimas gerações e escamotear outras afrontas de conotações demasiado negativas. Ao fazerem isto, eles foram reabrir feridas ainda mal cicatrizadas, desencadeando no seu próprio país e em toda a região, um furacão de vindicta popular e uma tempestade diplomática: as vítimas não tiveram ainda tempo para esquecer.

Durante todo o Verão o processamento deste assunto eclipsou na região os horrores do Líbano. Serviu de revelador e reacendeu no próprio Japão uma polémica que não é nova mas que foi sempre insuficientemente compreendida no estrangeiro. Ela diz respeito às tentativas de reabilitação e justificação do passado – do império, da guerra e dos seus chefes – em oposição aos valores impostos pelos vencedores. Sob a pressão de uma corrente nacionalista cada vez mais influente, o ministério da educação empreendeu a tarefa de embelezar o passado militarista, apagando certas manchas de infâmia e fazendo reescrever certas verdades que não seriam fáceis de dizer.

Verdades «de natureza a ferir a sensibilidade nacional» em geral e, muito particularmente, todos aqueles que desempenharam um papel importante na guerra, que se mantiveram influentes no tempo de paz e que militam pelo rearmamento moral e militar do Japão.

Mesmo às escondidas era de qualquer forma agir de ânimo leve. Parece que os sucessos económicos e o espírito insular tê-los-iam ajudado a acreditar que poderiam ignorar impunemente as outras sensibilidades nacionais. Pretendendo lavar certas páginas evitando os factos e os documentos mais sangrentos.

Por uma vez de acordo, a China Popular e Taiwan, as duas Coreias e também Hong Kong, a Ásia do Sueste, Hanói e Moscovo e mesmo Okinava – terra japonesa – lançaram o anátema e abriram os seus arquivos para maior ensinamento das novas gerações. Manifestações de hostilidade tiveram lugar aqui e ali. Paralelamente, face à indiferença inicial dos dirigentes nipónicos e mais tarde à sua obstinação carregada de propósitos ambíguos e de manobras dilatórias, desenvolveram-se pressões diplomáticas com a China Popular por um lado e a Coreia do Sul por outro.

Os chineses, que foram as principais vítimas do militarismo japonês, não podiam deixar passar que, anos depois, um sistema de censura «de facto» permitisse a Tóquio embelezar a história de forma tão unilateral. Eles poderiam ter-se calado em relação a uns «retoques» menores. Reagiram vivamente em Julho quando os novos manuais chegaram até a classificar a invasão japonesa como um «avanço» e a adoçar uma passagem referente à «Violação de Nanquim», episódio no decurso do qual o exército japonês teria massacrado entre duzentos a trezentos mil civis. A China adoptou então uma posição de princípio e exigiu o restabelecimento dos textos anteriores mais realistas. Uma visita ministerial japonesa, prevista para o mês de Agosto, foi anulada e há mesmo, neste momento, uma dúvida a pairar sobre a de Suzuki, prevista para este mês. No entanto, nas suas críticas os chineses tiveram o cuidado de distinguir entre uma minoria de políticos «reaccionários e militaristas» e o povo japonês, qualificado de pacifista.

A fúria dos coreanos, que não sofreram menos do que os chineses às mãos dos japoneses, foi desencadeada pelas «vinte e quatro distorções» da história e muito particularmente pela utilização do termo «motins» para classificar o que é considerado em Seul como o movimento para a independência de 1919. Os japoneses que o reprimiram falam de «dois mil mortos e feridos» e os historiadores coreanos de sete mil mortos e de desasseis mil feridos, pelo menos. «Os japoneses» disse-nos um dirigente que mostrou o desejo de permanecer anónimo «escrevem que a língua japonesa era encorajada quando da colonização, quando na verdade ela nos era brutalmente imposta. A nossa própria língua estava-nos proibida, os nossos nomes eram ajaponesados. Qual o ocupante que foi tão longe no sentido de negar a identidade nacional a um povo inteiro»? Veja « continuou ele mostrando a perna «Andava na escola e cada vez que era apanhado a falar a minha língua levava cinquenta varadas na barriga das pernas...»

Enfraquecer o Sentimento Antimilitarista

Em todo este processo o Japão oficial – partidos, burocracias e grupos de pressão – fez, sem motivo, o estendal da sua irresolução e das suas contradições, mas sem nunca se desviar da sua obstinação. Teve-se a sensação de, mais uma vez, a forma – salvar a face e as aparências – ter sobrelevado o fundo – uma verdadeira reflexão sobre as causas e as consequências da guerra.

Um vasto drama histórico e as suas sequelas apareceram reduzidos a uma simples querela de semântica entre burocracias insensíveis. O governo, que já em Julho tinha afirmado que este processo não faria ondas, enfrenta agora a tempestade. Foi preciso um mês para que ele se comprometesse a mandar «emendar» verbalmente os textos incriminados. Correcção escrita, terá eventualmente lugar em ... 1985.

Pequim e Seul não apreciaram, de forma alguma, esta demora. Ainda menos quando os falcões do partido conservador e o ministro da educação, se manifestam abertamente contrários a qualquer «concessão» feita sob pressão estrangeira. Para eles, a transfiguração do passado, determinante para o futuro, é fundamental.

A vontade da ocultação e a visão egocêntrica estão confirmadas quer por afirmações directas quer pelo profundo silêncio observado, com raríssimas excepções, pelos meios conservadores japoneses. «Porque é que tantos membros do partido liberal democrata (P.L.D.) escolheram fechar os olhos e repintar a história?» perguntava um editorialista. «Talvez» respondia ele a si próprio «porque alguns dentre eles tenham admirado ou activamente participado na política belicista do Japão. Depois da segunda guerra mundial os antinazis tomaram conta do governo na Alemanha de Oeste. No Japão, os chefes de guerra, mesmo aqueles que tinham sido qualificados como criminosos de guerra, tornaram-se ministros e primeiros-ministros».

Na direita levantaram-se vozes para denunciar as «ingerências» estrangeiras nos assuntos do Japão. Outras lembraram que todos os países embelezam a história a seu favor, citando mesmo Napoleão como exemplo de um invasor transformado em herói nacional. Outras ainda afirmaram que Pequim e Seul, talvez, tivessem boas razões para desviar a atenção para o Japão. Só os partidos, sindicatos e personalidades de esquerda e a imprensa na sua quase totalidade, condenaram, ou no mínimo criticaram, a reescrituração da história e o sistema de censura e elevaram a voz para avisar contra «o regresso aos erros do passado».

Para a oposição, a ofensiva dos conservadores visa, antes de tudo, enfraquecer o sentimento de antimilitarismo e dissipar os complexos de culpa em toda a nação. A transformação dos espíritos será o prelúdio de um reforço do potencial militar e de uma revisão da constituição imposta pelos americanos. A direita não nega esta interpretação. Quanto à opinião pública as sondagens mostram-na igualmente dividida entre os que apoiam o ponto de vista oficial – e que se irritam com as ingerências estrangeiras – os que se lhe opõem e os que não se pronunciam.

Agravado pelas reacções internacionais, todo este assunto é um episódio da luta ideológica cerrada a que se entregam os partidos da esquerda e os conservadores japoneses, há quase quarenta anos, pelo «controlo dos espíritos» e dos votos.

Neste confronto os conservadores têm pelo menos dois trunfos: a sua presença quase ininterrupta no poder desde o final da guerra e uma censura oficialmente sem este nome. ■

DESPORTO

Taça UEFA

Zurique-Benfica nos oitavos de final

No sorteio para os oitavos de final da Taça UEFA, o Benfica viu designado para seu adversário o clube do local onde o sorteio se efectuava: o Zurique. O jogo da 1.ª «mão» da eliminatória realiza-se no campo do FC Zurique no dia 24 do corrente mês e a 2.ª «mão» a 8 de Dezembro na Luz, em Lisboa.

O clube helvético tem oito vitórias no campeonato suíço e conquistou cinco taças nacionais. Chegou por duas vezes às meias-finais da Taça dos Campeões Europeus e foi eliminada à primeira nas outras competições.

Na presente época, eliminou o Zurique, o Pezoporikes de Chipre e o Ferencvaros da Hungria.

O resultado do sorteio dos oitavos-de-final da Taça UEFA, forneceu os seguintes jogos: Sevilha (Espanha)- Kaiserslauten (RFA), Spartak de Moscovo (URSS) - Valência (Espanha), Servette (Suíça) - Bohemians Praga (Checoslováquia), Anderlechet (Bélgica) - Saravejo (Jugoslávia), Zurique (Suíça) -**Benfica (Portugal)** Girondinos de Bordéus (França) - Universidade de Craiova (Roménia), Colónia (RFA) - Roma (Itália) e Dundee United (Escócia) - Werder Bremen (RFA).

O sorteio dos quartos-de-final da Taça das Taças e da Taça dos Campeões, que se disputam em Março, realizar-se-ão no fim desta eliminatória.

O traço de Pargana

Mas se tu não queres conversar sobre futebol, de que raio havemos então de falar?

Soltas

«Nacional» de Andebol: «dolce vita» para os primeiros

O FC Porto (ao Norte), Sporting, Benfica e Belenenses (ao Sul) quarteto que permanece na sua carreira vitoriosa, dispõem, em conjunto, de uma oportunidade mais para dilatarem a sua vantagem em relação aos competidores mais próximos. Outra coisa não é de esperar. Contudo, os portistas podem deparar com algumas inquietações na visita a Coimbra, onde uma equipa de estudantes, sempre assumadiça embora no caso pouco temível, é susceptível de corresponder em espírito de luta à normal superioridade técnica dos portuenses. É jogo, pelo menos, para o «campionissimo» do andebol «clássico» de nostálgica data, não confiar demasiado. O trio de comandantes sulistas, esse não receia os confrontos de hoje, tão grande é, normalmente, a sua superioridade. A «arraia miúda», que é como quem diz, as equipas integradas no «campeonato» da «permanência», vão ficar mais distantes. Outra coisa não é de esperar.

Jornada de hoje (4), Zona Norte: Académico do Porto - Sp. Espinho (19.15), Desp. Portugal - S. Mamede (21.30). Desp. da Póvoa - Fermentões (22) e Académica de Coimbra - F. C. do Porto (21.30).

Zona Sul: Belenenses - Cascais, Paço de Arcos - Sporting, Ecnarnação - Almada e V. Setúbal - Benfica (todos às 21.30).

Campeonato Mundial de Tiro

Os atiradores soviéticos conquistaram 11 das quinze medalhas de ouro já disputadas no 43.º Campeonato do Mundo de Tiro que se iniciou segunda-feira em Caracas.

Com cinco jornadas cumpridas, a URSS confirma o favoritismo no torneio, cilindrando completamente os adversários, entre os quais os norte-americanos eram dados como os principais.

A URSS tem 19 medalhas ganhas (11 de ouro), enquanto os EUA conquistaram apenas 4, mas nenhuma delas de ouro.

Na jornada de sexta-feira uma equipa soviética estabeleceu novo recorde mundial e obteve a medalha de ouro na modalidade de carabina 22.3X40, de pé, com um total de 1514 pontos. O anterior máximo pertencia à RDA, com 1508.

As medalhas de prata e bronze foram ganhas pela Noruega e Grã-Bretanha, mas a consideráveis distâncias da pontuação soviética.

Os britânicos venceram a prova de carabina 22.3X40, de joelhos, conquistando a medalha de ouro, com 1550 pontos, seguidos dos soviéticos, 1545, e dos Estados Unidos, 1535.

No cômputo total, a URSS sagrou-se campeã mundial na modalidade de carabina 22.3X40, seguida da Grã-Bretanha e da Noruega.

No torneio feminino, a União Soviética monopolizou as medalhas de ouro, prata e bronze na prova individual de pistola de ar. O primeiro lugar coube a Marina Dobrantecheva, com 386 pontos, menos um do que o recorde mundial da sua compatriota Stoljarova, fixado há oito anos.

Na primeira prova da competição feminina deste mundial também o ouro coube à URSS, na prova de pistola de ar por equipas, com um total de 1146 pontos, um menos do que o recorde mundial que desde 1974 também pertence à União Soviética. As medalhas de prata e bronze couberam à China e à Suécia.

Terminada a quinta jornada do Cmapeonato Mundial, é a seguinte a distribuição das medalhas:

	O.	P.	B.	T.
URSS	11	4	4	19
Suécia	1	1	1	3
Noruega	1	1	1	3
Grã-Bret.	1	1	1	3
RDA	1	-	2	3
EUA	-	3	1	4
RFA	-	2	1	3
China	-	1	1	2
Roménia	-	1	-	1
Suíça	-	1	-	1
Áustria	-	-	1	1
Hungria	-	-	1	1

Automobilismo em Macau

– Dezassete pilotos estão inscritos no Grande Prémio Atomóvel de Macau de 1982, a realizar no dia 21.

Ao apresentar quinta-feira em conferência de Imprensa a competição, o presidente do Leal Senado, Rogério Santos, não excluiu a hipótese de pelo menos mais quatro pilotos participarem na prova.

Bob Earl, o vencedor em 1981, estará ausente este ano, mas Geoff Lees vai procurar o terceiro triunfo, frustrado o ano passado por um despiste.

Teddy Ip e Albert Poon, de Hong-Kong, presenças habituais no Grande Prémio de Macau, vão voltar a competir, tal como o japonês Masahiro Hasemi, um dos pilotos mais conhecidos na Ásia.

Além do Grande Prémio, realizaram-se a corrida da Guia, com 26 inscritos, a prova de motos (com cilindradas entre 250 e 1123 centímetros cúbicos), com 66 participantes, e outras cinco competições de menor importância.

Torneio de ténis em Sidney

O sueco Bjorn Borg, cinco vezes campeão de Wimbledon, venceu sexta-feira o norte-americano Vitas Gerulaitis na primeira jornada do torneio «Akai Gold» de ténis, que decorre em Sydney.

Também para a primeira jornada, o norte-americano McEnroe foi derrotado pelo checoslovaco Ivan Lendl, que venceu por 7-5, 6-2, 1-6, 4-6, 6-1, num confronto longo e cerrado.

Borg derrotou Gerulaitis por 7-6, 6-3, 6-2.

Xadrez: portugueses esmagam colombianos

O quarteto português foi um dos mais eficazes na sexta jornada dos Jogos Olímpicos de Xadrez de Lucerna, ao vencer, 6.ª feira, a Colômbia, por 3,5/0,5 pontos.

FROSAL — ELECTROMECÂNICA INTERNACIONAL, LD.ª

Centro de Assistência Técnica Electromecânica à Indústria e à Navegação

Convocação da Assembleia Geral

O gerente por «Silva e Saldanha» na «Prosal-Electromecânica Internacional, Ld.ª» com sede na Rua da Cozinha Económica n.º s11-15, em Alcântara vem convocar, para uma Assembleia Geral Extraordinária, os sócios da Electromecânica Internacional, Ld.ª, respectivamente o sócio gerente Carlos Alberto Martins Proença, casado, gerente e morador na Rua André Gouveia — Lote C — 6.º C, em Lisboa e «Silva e Saldanha, Ld.ª» com sede na Rua Cozinha Económica 1.ª Particular nºs11-15, em Lisboa, realizando-se tal Assembleia Geral Extraordinária na sede da Prosal no próximo dia 30/11-/82 pelas 15 horas.

Esta convocação é feita nos termos dos arts.º 37 e 38 da «Lei da Sociedade Por Quotas» e em conjugação com o disposto no art.º 181 e n.º 1 do art.º, 185 e 117 todos do Código Comercial, sendo a ordem de trabalho a seguinte:

Ponto único:
Análise e deliberação da actuação comportamental do sócio--gerente Carlos Alberto Martins Proença e suas consequências.

O Gerente
(assinatura ilegível)

NOTARIADO PORTUGUÊS

J.L. PORTELA, LIMITADA

Eu abaixo-assinado, ajudante do 20.º Cartório Notarial de Lisboa, sito na Avenida Almirante Reis, número 202, rés-do-chão, certifico para efeitos de publicação que por escritura de 28/10/82, lavrada nas notas deste Cartório no livro 115 G de folhas 73 a folhas 74, foi constituida entre dr. José Luís Rodrigues Portela e mulher D. Maria do Céu Machado Nunes Portela, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se rege nos termos e condições constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO — A sociedade girará sob a firma J.L. PORTELA, LIMITADA, vai ter a sua sede na Rua Dr. João Couto, número treze, quinto andar direito, freguesia de Benfica, em Lisboa.

SEGUNDO — A sua duração é por tempo indeterminado e o seu início conta-se a partir de hoje.

TERCEIRO — O objecto social consiste nas actividades anestesiológicas, terapêutica da dor, incluindo diagnóstico e tratamento.

QUARTO — O capital social é de cinquanta mil escudos, está integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma das quotas dos sócios: uma quota de vinte e cinco mil escudos, pertencente a cada sócio.

QUINTO — Dependem do consentimento da sociedade as cessões de quotas a estranhos.

SEXTO — A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertencem ao sócio dr. José Luís Rodrigues Portela, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução.

PARAGRAFO PRIMEIRO — Para que a sociedade fique obrigada nos respectivos actos e contratos basta portanto a assinatura do referido gerente, ou a de delegado seu.

PARAGRAFO SEGUNDO — A sociedade poderá constituir mandatários e o dito gerente poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração, mesmo em pessoa estranha à sociedade.

PARAGRAFO TERCEIRO — A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

SETIMO — Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões de assembleia geral serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos, oito dias de antecedência.

Para constar se passou a presente certidão de narrativa parcial e de teor parcial, que vai conforme o original, no qual nada há em contrário ou além do que se certifica.

Lisboa, aos vinte e nove de Outubro de mil novecentos e oitenta e dois.

A Ajudante,
(Joaquina Rita Gião de Rodrigues Falcato)

Caminhos de Ferro Portugueses — Informação

ENGENHEIROS TÉCNICOS CIVIS

OS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, E.P., pretendem admitir para os quadros efectivos ENGENHEIROS TÉCNICOS CIVIS na área de ÉVORA.

CONDIÇÕES EXIGIDAS

— Bacharelato em Engenharia Civil
— Idade até 35 anos
— Serviço militar cumprido ou dele isento

OFERECE-SE

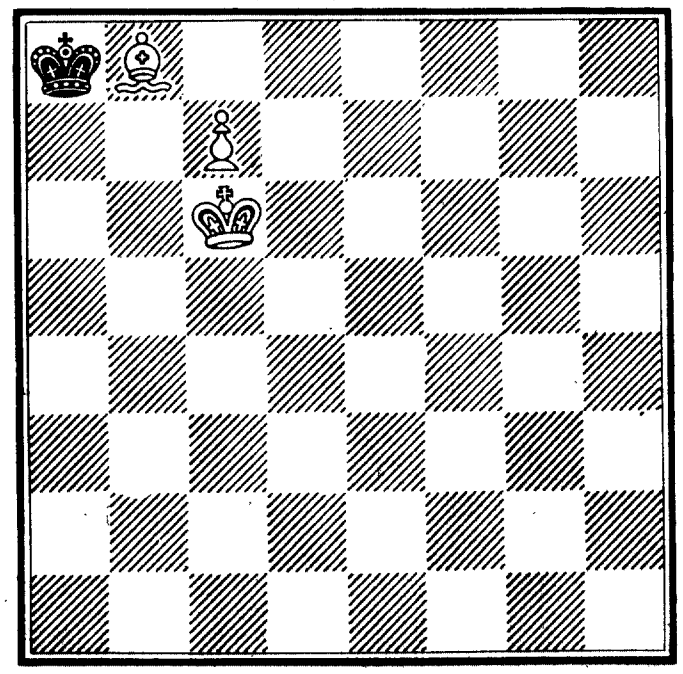
— Remuneração adequada
— Estabilidade de emprego
— Possibilidades de acesso na hierarquia da Empresa
— Outras regalias sociais

Os interessados poderão apresentar as suas candidaturas até 11/11/82 acompanhadas de «curriculum» detalhado, directamente ou por escrito ao:

SECTOR DE RECRUTAMENTO DA CP
Calçada do Duque, n.º 20
1294 LISBOA Codex

Problemas de Xadrez

Dada a posição do R preto, pode parecer impossível, mas não é, conforme a seguinte sequência: Brancas b7-b8=B; pretas Ra7-a8. Agora há que levantar o pate. E por duas vezes.



A. F. Mackenzie
«Jamaica Gleaner» 1891
(3 lances)

Grande Prémio
do Festival de Berlim 82
URSO DE OURO

O talento explosivo
de *FASSBINDER*
em

A SAUDADE DE
VERONIKA VOSS

"Um filme admirável, um dos grandes filmes de Fassbinder"
(L.A.)

ROSEL ZECK·HILMAR THATE
CORNELIA FROBOESS

FILME DE QUALIDADE

quarteto

O filme que inaugurou o Festival Internac. Figueira da Foz/82

Alack Sinner

Banda Desenhada de Muñoz e Sampayo

93

C OPYRIGHT Muñoz e Sampayo/Quipos/ADS

continua

TRIBUNAL CÍVEL
DA COMARCA
DE LISBOA
8.º JUÍZO

ANÚNCIO

Proc. n.º 5.064/81
1.ª Secção

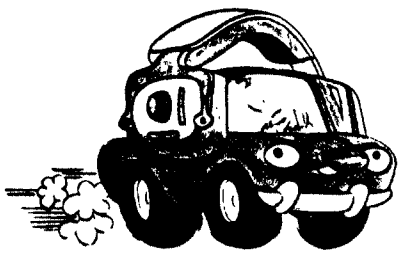
2.ª Publicação

— Faz-se saber que na Acção Especial de Despejo com o n.º 5.064, 1.ª Secção deste Juízo, em que é autor João Cipriano Santos, casado, proprietário, residente na Rua Filipe da Mata, 15, Lisboa, e réus ANTÓNIO JOSÉ, solteiro, sem emprego, e RAUL MORAIS, solteiro, operário, ambos com última residência conhecida na Rua do Machadinho, n.º 19-2.º, Lisboa, são estes réus citados para comparecerem neste Tribunal do 8.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa, sito no Palácio da Justiça — 5.º Piso, no dia trinta (30) de Novembro de 1982, pelas dez horas e trinta (10,30) minutos, afim de se proceder à tentativa de conciliação das partes nos termos do artigo 972.º do Código de Processo Civil, sob pena de multa, faltando e não se fazendo representar por procurador com poderes especiais para transigir. E para, no caso da tentativa de conciliação se frustrar, nao comparência de qualquer das partes, ou não se obtendo o seu acordo, contestar a acção, no prazo de cinco dias, a contar da data designada para a tentativa de conciliação, findos os éditos de trinta dias, contados da data da segunda e última publicação do anúncio, sob pena de condenação no pedido formulado pelo autor, que em resumo é o seguinte: — ser a acção julgada procedente e provada, declarando-se o contrato caduco e os réus condenados a entregarem livre e desocupada a casa sita na morada antes indicada-, dedúzindo em reconvenção, o pedido de benfeitorias e indemnizações a que se julgue com direito. O duplicado da petição inicial está à ordem dos réus neste Tribunal.

Lisboa, 19 de Outubro de 1982.
O Juiz de Direito,
a) Antonio Gomes Baião
O Escrivão-Adjunto,
a) Armindo Ferreira

Auto Rádios e Anti Roubo
PHILIPS

PHILIPS



EXPOSIÇÃO VENDA E MONTAGEM
CETRA
CENTRO TECNICO DE REPARAÇÃO AUTOM
Concessionário PHILIPS para instalação de AUTO RA

Teatro Nacional de S. Carlos

E.P.

TEMPORADA DE ÓPERA

1982-1983

NOVEMBRO: Dias 19 e 23 às 21 h
Dia 21 às 16 h

ÉDIPUS REX / MAVRA
(IGOR STRAVINSKY)

DEZEMBRO: Dias 16 e 22 às 20 h.
Dia 19 às 16 h

O CREPÚSCULO DOS DEUSES
(RICHARD WAGNER)

JANEIRO: Dias 12 e 14 às 20 h
Dia 16 às 16 h

AS BODAS DE FÍGARO
(WOLFGANG AMADEUS MOZART)

JANEIRO: Dias 27 e 31 às 21 h.
Dia 29 às 16 h.
FEVEREIRO: Dias 2 e 4 às 21 h.
Dia 6 às 16 h

O BARBEIRO DE SEVILHA
(GIOACCHINO ROSSINI)

FEVEREIRO: Dias 23 e 25 às 20 h Dia 27 às 16 h

IL TRITTICO (IL TABARRO/SOROR ANGELICA/GIANNI SCHICCHI)
(GIACOMO PUCCINI)

MARÇO: Dias 23 e 25 às 21 h.
Dia 27 às 16 h
ABRIL: Dia 2 às 16 h
Dias 1 e 6 às 21 h

OS CONTOS DE HOFFMANN
(JACQUES OFFENBACH)

ABRIL: Dia 23 às 16 h
Dias 26 e 28 às 21 h.
MAIO: Dias 2 e 4 às 21 h
Dia 7 às 16 h

UM BAILE DE MÁSCARAS
(GIUSEPPE VERDI)

MAIO: Dias 26 e 31 as 21 h.
Dia 28 às 16 h

LUÍSA MILLER
(GIUSEPPE VERDI)

JUNHO: Dias 22 e 24 às 21 h.
Dia 26 as 16 h

SANSÃO E DALILA
(CAMILLE SAINT-SAENS)

JULHO: Dia 23 às 16 h. — Dias 25 e 27 às 21 h

D. DUARDOS E FLÉRIDA / O CASTELO DO BARBA-AZUL
(FERNANDO LOPES GRAÇA) (BÉLA BARTÓK)

ELENCO (POR ORDEM ALFABÉTICA)

CANTORAS

Elvira ARCHER, Elizette BAYAN, Manuela CASTANI, Helena CLAUDIO, Fiorenza COSSOTTO, Lourdes COUTINHO, Barbara EGEL, Elvira FERREIRA, Uta Maria FLAKE, Teresa GOMES, Beatriz HORTA, Ingrid KARRASCH, Eszter KOVACS, Josella LIGI, Kioko MAKINO, Isabel MALLAGUERRA, Alice MARINHO, Helga Müller MOLINARI, Dina MONTEIRO, Ana NETO, Fernanda NUNES, Helena PINA-MANIQUE, Claire POWELL, Maria RAMOS, Fernanda ROVIRA, Reinhild RUNKEL, Elsa SAQUE, Zuleika SAQUE, Glória SARAIVA, Linda SEAY, Anita TERZIAN, Victoria VERGARA, Palmira VIEGAS, Helena VIEIRA, Rose WAGEMANN, Mara ZAMPIERI, Kristina ZAREMBA.

CANTORES

José Manuel ARAÚJO, Jorge ANSIÁES, Carlo BERGONZI, Roland BRACHT, Piero CAPPUCCILLI, Hugo CASAES, Jean-Pierre CHEVALLIER, José Manuel COELHO, Costa COUTINHO, Heinz-Jurgen DEMITZ, Sven Olof ELIASSON, José FARDILHA, Igor FILIPOVIC, Carlos FONSECA, José de FREITAS, Vasco Gil, Marcello GIORDANO, Carlos GUILHERME, Karl-Heinz HERR, Taro ICHIHARAM, Carlos JORGE, Nikolas KAROUSATOS, Matti KASTU, Erich KNODT, Pedro LAVIRGEN, Manuel LEITÃO, Oliveira LOPES, Álvaro MALTA, Georgy MELIS, Cornelio MURGU, Cláudio NICOLAI, Dimiter PETKOV, Bruno POLA, Benlamino PRIOR, Aldo PROTTI, Mario RODRIGO, António SARAIVA, Fernando SERAFIM, António SILVA, Alberto SILVEIRA, Nunzio TODISCO, Alain VANZO, Alcino VAZ, João VELOSO, Ivo VINCO, Giogio ZANCANARO.

MAESTROS

Manuel Ivo CRUZ, Miklos ERDELY, Franco FERRARIS, Armando GATTO, Gustav KUHN, John NESCHLING, Manno WOLF-FERRARI.

ENCENADORES

Carlos AVILEZ, Gino BECHI, Elia DELFOSSE, Fred HARTMANN, Zoltan HORVATH, Vaclav KASLIK, Paolo TREVISI, Wolf-Siegfried WAGNER.

CENÓGRAFOS

Luís Filipe de ABREU, Nicola BENOIS, Attila CSIKOS, Dominik HARTMANN, Matthias KRALJ, José RODRIGUES, Uwe THILL, Ferruccio VILLAGROSSI.
ORQUESTRA SINFÓNICA DO TEATRO DE S. CARLOS.
ORQUESTRA SINFÓNICA DA RADIODIFUSÃO PORTUGUESA.
CORO DO TEATRO DE S. CARLOS (Maestro Titular: António BRAINOVICH)
COMPANHIA NACIONAL DE BAILADO (Director Artístico: Armando JORGE)

Conferência pelo dr. João de Freitas Branco

Precedendo os espectáculos com as óperas de Igor Stravinsky, realiza-se no dia 18 de Novembro (5.ª-feira) — véspera da estreia da temporada — uma conferência no «foyer» do teatro, pelas 18.30 horas, dedicada às comemorações do centenário do nascimento do grande compositor russo.

Esta conferência será efectuada pelo crítico e musicólogo dr. João de Freitas Branco.

CALENDÁRIO DA BILHETEIRA

ASSINATURAS DA TEMPORADA — HOJE E DIAS 7, 8 E 9 DE NOVEMBRO DE 1982
AVULSO — A PARTIR DE 13 DE NOVEMBRO DE 1982.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

EXTRAORDINÁRIO: HOJE E 13 DE NOVEMBRO DE 1982, DAS 10 H. ÀS 19 H.
NORMAL: DIAS ÚTEIS (2.ª A 6.ª-FEIRA) DAS 13 H. ÀS 19 H. DIAS DE ESPECTÁCULO, DAS 13 H. ATÉ UMA HORA DEPOIS DO INÍCIO.

A BILHETEIRA ENCONTRA-SE ENCERRADA A 10, 11 e 12 DE NOVEMBRO DE 1982 E AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS QUE NÃO COINCIDAM COM AS DATAS ACIMA REFERIDAS OU COM DIAS DE ESPECTÁCULO.

O programa pode ser alterado por motivos imprevistos

Os grandes vão-se...

Morreu Jacques Tati

O realizador cinematográfico francês Jacques Tati morreu ontem, vítima de uma embolia pulmonar.

Tati, de 75 anos, considerado um dos maiores cineastas franceses, cujo verdadeiro nome era Tatischeff, de origem russa, nasceu em França na localidade de Le Pec (Seine-et-Oise). O local onde faleceu não foi revelado a pedido da família. Entre os seus filmes mais conhecidos, contam-se «Há Festa na Aldeia», «As Férias do sr. Hulot», «O Meu Tio», que valeu o Oscar de melhor filme estrangeiro em Hollywood, em 1959, «Play Time» e «Trafic», que impuseram ao público a sua silhueta esguia de contestário de boas maneiras, observador incisivo do quotidiano.

Nascido em 1908, Jacques Tatischeff é herdeiro de Chaplin, Buster Keaton e Max Linder. Iniciando a sua carreira de cómico nos vestiários da equipa de râguebi do Racing Club de França, em breve ascendeu aos palcos de «music-hall» mimando o pugilista, o pescador à linha, o cavaleiro, o ciclista.

Tati começou a rodar a sua primeira grande metragem, «Há Festa na Aldeia», em 1947. Recusado a princípio pelos distribuidores, o filme acabaria por ser reabilitado pelo público. Em 1949 «Jour de Fete» conquista o Prémio da Melhor Realização na Bienal de Veneza e no ano seguinte é disinguido com o Grande Prémio do Cinema Francês.

Seguir-se-ão outros filmes que se inserem desde logo entre os clássicos do cinema de humor. Em 1953 «As Férias do sr. Hulot» é distinguido com o Prémio Louis Delluc e recebe o Grande Prémio da Crítica Internacional no Festival de Cannes. Em 1959 «O Meu Tio» obtem o Prémio Meliès.

Tati recusa-se a explorar o êxito comercial de «Mon Oncle» e oito anos decorrerão até começar a rodar «Play Time».

É um fracasso financeiro. Tati realiza ainda «Trafic» (1971) e «Parade», seu último filme, em 1974. Em 1979 é-lhe atribuído o Grande Prémio Nacional de Cinema.

Empenhado em favorecer o lançamento de jovens realizadores, Tati defendeu a curta-metragem, como banco de ensaios, contra a televisão. «Não é rodando um filme – dizia – que um jovem pode aprender a filmar, é escutando as reacções do público perante o seu trabalho. Sabiam que Chaplin instalava nos seus estúdios estraidos onde o público podia assistir às filmagens? Dessa maneira ficava imediatamente ao corrente das suas reacções».

Pintura portuguesa em alta

Um "leiteiro" por cem contos

Um artista português tem subitamente os seus quadros altamente valorizados e até existe uma explicação para isso. É o caso do pintor Domingos Rebelo. Uma tela sua foi vendida em leilão recente por cem contos.

O comprador, esse, sentiu-se no dever de bater à porta do «DL» chamando a atenção para o que passara quase à nossa porta, nos leiloeiros Soares & Mendonça.

«São modas» – justificava um especialista quando o interrogámos sobre esta valorização do pintor que, nascido em Ponta Delgada há 91 anos, se destacou pela temática: pintura religiosa e popular.

O comprador de «O leiteiro», o quadro transaccionado há cerca de uma semana, também não desconhecia as razões de tão grande valorização. Trata-se de um técnico têxtil, uma profissão quase liberal. Dedica-se também a comprar antiguidades e obras de arte que vai vendendo.

«Domingos Rebelo está bem cotado na América» – diia-nos o especialista que consultámos. «Há lá um quadro que vale actualmente mil contos» – acrescentou.

«Sabe, a colónia de açorianos na América está sempre eventualmente interessada nos quadros de autores do seu arquipélago» – dizia-nos, por seu turno, o comprador, Humberto Frazão.

A elevada cotação da obra de Domingos Rebelo tem ainda outra explicação plausível: está em formação, em Ponta Delgada, uma casa museu com o seu nome. E Humberto Frazão declara-se-nos, desde já, receptivo à venda de «O leiteiro» com esse destino.

Uma pergunta nos assalta então: que traz o vendedor a revelar publicamente a sua compra? Nega-nos, pela sua parte, que deseje publicidade. «Isso até podia ter efeitos negativos. Sabe que os quadros podem ser arrolados e impedidos de sair do País?»

O meio dos comerciantes de quadros parece, contudo e ao que averiguámos, mais aberto agora a autores portugueses. Ao facto não é alheia a valorização que em muitos casos se tem verificado.

O caso de Domingos Rebelo aí está para o atestar: nasceu em Ponta Delgado, em 1891, estudou em Paris, dedicou-se a temas religiosos e populares. Veio para Lisboa, onde se fixou, em 1942. Entre os prémios que obteve contam-se os de Silva Porto, em 1942, e Roque Gameiro em 1949, ambos instituídos pelo SNI. Conta também com uma medanha de ouro da Sociedade Nacional de Belas-Artes.

«O Leiteiro», de Domingos Rebelo

canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

Uma jovem actriz chamada Amélia

«A Balada de Hill Street» disse adeus. Despediu-se numa emissão em cheio, no que respeita ao retrato da sociedade americana, com as suas múltiplas explosões: a droga, a miséria, a ausência da elementar protecção, o racismo, os focos de «apartheid», enfim, isso a que Carter magistralmente chamou «direitos humanos».

Virá substituir a «balada» (!) de abalada, uma outra série igualmente afamada. Estrangeira, claro. Legendada, claro, numa absurda teimosia de pôr o aparelho receptor de televisão numa tarefa para que não está vocacionado e que atingiu a paranóia com estas oito horas, loucas horas, de **Teletexto.**

De quando em quando, aparecerá uma produçãozinha nacional – talvez para manter o fogo sagrado da esperança na língua portuguesa, talvez para dar aos milhões de compatriotas a certeza de que ela ainda existe.

Algumas dessas produções, a maior parte delas, ficarão para as viagens curtas, nas horas de reduzida audiência. Ou seja: empata-se capital de que não se retira, depois, o máximo proveito. Isto acontece numa televisão onde, ao dobrar de cada esquina, se escuta a palavra «rendibilidade».

Ontem, na TV da manhã, à pior das horas, às 11 e 30, vimos Berta Cardoso. Soubemos da sua vida e da sua carreira artística. Sobretudo o mais valioso: ouvimo-la cantar.

Há quanto tempo isso não acontecia! A RTP tem praticado sistematicamente uma política de compadrio que, em certos casos, se confunde com o exclusivismo. Berta Cardoso tem sido das mais prejudicadas, porque das mais esquecidas. Injustamente. Ontem, teve-se a prova de quanto algumas fadistas de grande nome se inspiraram em Berta Cardoso, de quanto a sua maneira de estilar, ao nível do coloquial, foi pioneira.

Entre os fados interpretados não podia faltar o da Cruz de Guerra: **E a pobre mãe rematou, neste contraste:/ «Dorme, dorme o sono eterno, filho meu / por causa da Cruz de Guerra que ganhaste/ quantas mães estão chorando, como eu.»**

Recordar-se-ão ainda alguns que este fado, embora muito anterior à guerra colonial, teve a sua divulgação proibida antes do 25 de Abril. Foi pena não se ter mencionado esse facto. Porque em verdade, em verdade vos digo: se abrirmos as portas ao esquecimento, estamos abrindo as portas ao regresso.

Bem-vinda Berta Cardoso e oxalá venha mais vezes.

Outras produções portuguesas, porém, conseguem entrar no horário nobre. Está nesse pequeníssimo rol a série que ontem principiou: **Gente fina é outra coisa.**

O autor do primeiro episódio, César de Oliveira, é homem de uma imaginação prodigiosa e de uma formidável capacidade de trabalho. A televisão e o teatro de revista devem-lhe muitos e muitos êxitos notáveis. Como muitas outras penas deste país, a de César de Oliveira encontra-se, que eu saiba, quase exclusivamente voltada para o «self-service» do consumo quotidiano. É pena. Esperemos que César de Oliveira se resolva um dia a dedicar alguns meses a esculpir na pedra, e não só na areia.

Outros autores se seguirão, dentro deste território. Boa ideia, esta, de diversificar as fontes, abrir caminhos a outras experiências. Como resultará não sei. Há exemplos positivos, o do brasileiro «Plantão de Polícia» para não ir mais longe.

Uma certeza: «Gente fina» já venceu. Que isso aconteça logo ao primeiro contacto, é muito importante em televisão. Uma rubrica de que se fala no dia seguinte, será falada nos meses seguintes. Os meus desejos são de que esta regra de oiro uma vez mais se cumpra.

A primeira emissão de «Gente Fina» obrigava-me a definir as personagens, o ambiente, o fio condutor da história. A missão foi cumprida.

Guardaremos, para já, memória de algumas interpretações, dentro aliás de um conjunto sem quebras muito chocantes. Carlos César, Nicolau Breyner, Mariana Rey Monteiro – fiquemos com estes nomes apenas como representantes da comunidade. Mas ninguém estranhará a menção especial para dois grandes artistas: Rui de Carvalho e Amélia Rey Colaço – esta tão bem, tão natural (mas não trivial) tão moderna na sua arte de estar em televisão que nem dá jeito chamar-lhe D. Amélia. Assistimos ontem, de facto, ao nascimento de uma grande actriz.

O realizador Luís Andrade volta-se, com esta série, para um trabalho diferente daqueles em que tantas vitórias alcançou. Assistimos também aí a qualquer coisa como a alegria de realizar. A alegria, sabemo-lo desde a Bíblia, é o mais claro sinal de que nos encontramos em estado de Graça.

E oxalá, oxalá assistamos ao êxito completo de «Gente fina». Será grande feito numa televisão de gente tão grossa.

TV MARCELO
ATENÇÃO.. ADQUIRA JÁ
O contrato de assistência TV
Por: 350$00 ou 540$00
Enquanto lhe reparamos o seu televisor é colocado outro.
Tel. 659118 - 659119
SERVIÇO PERMANENTE

Hoje

Maria Armanda no programa Venha Tomar Café Connosco

14.25 **Ela por Elas**
15.30 **Festa é Festa**
19.00 **«Galáctica»**
19.55 **O Tempo**
20.00 **Telejornal** – noticiário nacional e internacional.
20.35 **Venha Tomar Café Connosco**
21.35 **Semanário** – a actualidade semanal política, social e económica.
22.35 **«Dallas»**

Alberto Lattuada, realizador do filme «O Capote», que se exibe esta noite na RTP-2

2 RTP

14.00 **Troféu**
20.02 **Sábado Especial** – «O Capote». Intérpretes: Renato Rascal, Giuliu Stival, Sandro Somare, Antonella Lualdi e Giuliu Cali. Realizador: Alberto Lattuada.
21.40 **Jazz Magazine** – um programa de Vilas-Boas e Duarte Mendonça.

Amanhã

1 RTP

10.17: 70 x 7; **10.45**: Eucaristia Dominical; **11.30**: Tempo dos Mais Novos; **13.00**: Sumário; **13.10**: TV Rural; **13.40**: Já Cá Canta; **17.00**: «Momentos de Glória»; **18.00**: Vivamúsica; **19.00**: «Fame» – último episódio; **19.55**: O Tempo; **20.00**: Telejornal; **20.35**: Cartaz TV; **21.10**: «Uma Mulher Chamada Golda» – último episódio; **22.10**: Gira Bola.

2 RTP

18.32: (H) Ora Bem; **20.00**: Os Grandes Desertos – 4.º episódio; **21.00**: Top/82; **21.45**: «A Cidade dos Anjos» – 4.º episódio.

STRAVINSKY
A HISTÓRIA DO SOLDADO MARIONETAS DE S. LOURENÇO TEATRO NACIONAL D. MARIA II SALA EXPERIMENTAL. ATÉ DIA 16 ULTIMAS REPRESENTAÇÕES EM LISBOA
Hoje às 21.45 (Amanhã 18.30)

TV côr

51cm 41.800$
56cm 43.800$
M. L. FERREIRA
RUA D. ESTEFÂNIA, 48 - A
AV. DA REPÚBLICA, 54 - B

CONJUNTO ARTÍSTICO DA RSS ESTÓNIA
Folclore – Ballet – Música Folk – Árias – Música ligeira
COLISEU – 21 HORAS
65.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO
— SESSÃO SOLENE —
ASSOCIAÇÃO PORTUGAL URSS

À CLASSE MÉDICA
Somos especializados
em BATAS PROFISSIONAIS
TINTURARIA GUANABARA
Dep. de Confecções
Av. João XXI 5-D - 1000 (metro Areeiro – Rua Infantaria 16, 55-C – 1300 LISBOA

GRUNDIG
a segurança de um grande nome seleccionou para si...
1 RTP «Dallas» (22.35)
2 RTP «O Capote» (20.00)
...e sugere para hoje...
2 RTP
20.02 SÁBADO ESPECIAL
«O Capote»
Numa pequena cidade do Norte de Itália, um modesto funcionário municipal, Carmine de Carmine, vive uma existência miserável, apenas alegrada pelo gosto que ele tem no seu trabalho. Um dia, ao pretender que o alfaiate lhe faça uns arranjos no sobretudo esfarrapado, acaba por ver-se forçado a dar o grande passo: encomendar um sobretudo novo, que passa a ser o seu grande orgulho.
Intérpretes: Renato Rascal, Giuliu Stival, Sandro Somare, Antonella Lualdi, Giuliu Cali
Realizador: Alberto Lattuada
ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRUNDIG
NACIONAL RÁDIO
Rua Bento Jesus Caraça, 17 - Cruz Quebrada - Telef. 2112871

Rua Tenente Raul Cascais, 1-A 1200 LISBOA Telef. 661515/669205
teatro do bairro alto

Só mais duas semanas
DE 4.ª A SÁBADO ÀS 21 HORAS, DOMINGO ÀS 16.30 HORAS.

8 ou 80
CONCURSO
Nome: _____
Morada: _____
_____ Cod. Postal: _____
Telefone: _____
Temas: 1ª Hipótese _____
2ª Hipótese _____
3ª Hipótese _____

roteiro cultural

Teatro

O FITEI, cuja cerimónia inaugural, presidida por Ramalho Eanes, está a decorrer à hora a que o «DL» sai para a rua, principia esta noite no Porto com a estreia, às 23 horas, pela Seiva Turpe, da peça de Hugo Claus «Sexta-Feira», que volta a ser apresentada amanhã, às 22 horas, na Cooperativa do Povo Portuense. Entretanto, no Teatro do Campo Alegre, a Seiva apresenta também, às 21.45, «Um Cálice de Porto». Outros espectáculos: Pichulla Cuellar, de M. Vargas Llosa, pelo Teatro del Sol de Lima (Peru), hoje e segunda-feira, às 21.30, e amanhã ás 16 horas, no Auditório Carlos Alberto; «Uma História» de Ramuz-/Stravinsky, pelo Teatro Experimental do Porto, às 22 horas, na Escola Académica: o Teatro para Obreros de Caracas e o Teatro Maskarada de Bilbau actuam amanhã, a partir das 16 horas, nos Jardins do Museu Soares dos Reis.

Música

O organista belga Stanislas Deriemaeker realiza amanhã um concerto, às 16,30, na Sé Patriarcal de Lisboa. No programa: obras de Perazza, Rodrigues Coelho, Pablo Bruno, Pachelbel, Haydn, Gaspar Vogler, J.S. Bach, Ruppe e Mendelssohn.

Passeios

Amanhã, pelas 10 horas, os socios do Centro Nacional de Cultura visitarão o Arco da Rua Augusta. Os visitantes acederão à sala dos maquinismos do antigo relógio e ao terraço de onde se desfruta uma ampla vista sobre a Lisboa pombalina.

O professor Castelo Branco evocará as épocas históricas de construção da praça e do seu posterior Arco de Triunfo.

Cinema

O cineclibe Imagem exibe hoje, às 18 horas, na Comuna, à Praça de Espanha, o filme «Os Demónios de Alcácer-Kibir», de José Fonseca Costa, última sessão de um ciclo dedicado ao cinema português.

Litografia «Maternidade», de Floriano Teixeira, editada para a exposição que está patente ao público no Casino Estoril

Exposições

Termina no próximo dia 10 a exposição do pintor brasileiro Floriano Teixeira que tem estado patente ao público, com o maior êxito, na Galeria de Arte do Casino Estoril.

Esta exposição para a qual foi editada a litrografia «Maternidade», insere-se numa ampla acção de intercâmbio cultural e artístico com o Brasil que tem vindo a ser desenvolvido no decurso dos últimos anos pela Estoril-Sol, com a colaboração da TAP-Air Portugal.

Hoje, pelas 18.30 horas, serão inauguradas nas salas da Cooperativa Árvore, no Porto, mais duas exposições.

Na Galeria, vão ter oportunidade de ver uma exposição de escultura de Jaime Azinheira, intitulada «Serões – 5 Histórias em 3 dimensões».

A exposição consta de 5 trabalhos, cujas dimensões variam entre 1,20 e 2 metros, versando a área de imagens relacionadas com a terceira idade.

Nas outras duas salas será inaugurada uma exposição integrada nas comemorações do 5.º FITEI e em colaboração com a Árvore que dará uma mostra retrospectiva sobre os 4 Festivais 1978/1981, com Fotografias, Cartazes, Programas, Medalhas comemorativas e documentos diversos. Estas exposições poderão ser visitadas até ao próximo dia 21, das 9 às 23 horas todos os dias excepto aos sábados e domingos cujo horário é o seguinte: das 15 às 19 e das 21 às 23.30 horas.

Justino Alves expõe pinturas recentes na Galeria R75 (R. Castilho, 75-C, em Lisboa). A mostra está patente ao público até 13 de Novembro, todos os dias (inclusive sábados e domingos) das 15 às 20 horas. O artista, Prémio Nacional de Pintura, está representado em numerosas colecções particulares e oficiais e nos museus Gulbenkian, Arte Contemporânea, Albano Sardoeira, Arte Contemporânea de Paris e Arte Moderna de Skopge, Jugoslávia.

A Vida dos Romanos é o tema de uma exposição hoje inaugurada no Museu Municipal do Seixal (Torre da Marinha), com a colaboração do Museu Monográfico de Conímbriga. A mostra insere-se nas celebrações do 146.º aniversário do concelho do Seixal.

Caminhos de Ferro Portugueses

29/82

Aviso ao Público
CONCURSO

Até às 17 horas do dia 26 de Novembro de 1982, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a instalação e exploração de um snack-bar, na estação de Lisboa (Cais do Sodré).

A anuidade mínima a oferecer é de 800 000$00 e os concorrentes devem depositar, em qualquer estação a CP, a quantia de 134 000$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa de concurso e condições contratuais que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

— **Lisboa (Cais do Sodré)**
— **Cascais**
— **Serviço Comercial de Passageiros Estação de Santa Apolónia, 1.º andar Lisboa**

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugueses, EP, Apartado n.º 2733, 1118 LISBOA CODEX, acrescentando-se àquele endereço, no sobrescrito, o seguinte:

«Proposta para a instalação e exploração de um snack-bar na estação de Lisboa (Cais do Sodré).»

STAR TURISMO VIAGENS

UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO

Lisboa Estoril Porto Guimarães Faro Portimão Madeira e Açores

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS Banco Fundado

BANCO CENTENÁRIO UM BANCO MODERNO

COTAÇÕES DAS NOTAS

	(Por unidade) COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	67$90	73$90
ALEMANHA FED. (marco)	35$10	36$20
ÁUSTRIA (xelim)	4$90	5$10
BÉLGICA (franco)	1$645	1$845
BRASIL (cruzeiro)	$129	$379
CANADÁ (dólar – notas de 1 e 2)	73$65	75$65
(notas de 5 a 1000)	74$15	76$15
DINAMARCA (coroa)	10$00	10$40
ESPANHA (peseta)	$709	$829
EUA (dólar – notas de 1 e 2)	90$20	92$20
(notas de 5 a 1000)	90$70	92$70
FINLÂNDIA (marka)	16$30	16$90
FRANÇA (franco)	12$40	13$10
HOLANDA (florim)	32$20	33$20
INGLATERRA (libra)	151$10	155$10
IRLANDA (libra)	119$95	123$95
ITÁLIA (lira)	$056	$066
JAPÃO (iene)	$296	$331
NORUEGA (coroa)	12$35	12$25
SUÉCIA (coroa)	12$05	12$65
SUÍÇA (franco)	40$55	41$65
VENEZUELA (bolivar)	18$35	19$35

Observações:
1. – No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. – Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil

rádio

Antena Um

16.00: Banda magnética; **19.15**: Música sem fronteiras; **20.00**: Programa da noite – teatro radiofónico; **21.00**: Lisboa, país, cidade; **23.00**: Actualidade. Noticiários intercalares às **16.00**, **17.00**, **18.00**, **21.00** e **22.00** horas.

Programa 2

14.30: Ópera; **17.30**: Efeméride; **18.00**: Concerto sinfónico; **20.10**: Música portuguesa; **21.10**: O violoncelista Pierre Fournier; **21.40**: Efeméride; **22.10**: «Palavras de Inverno», ciclo de canções, de Benjamin Britten; **22.32**: Música de Mozart; **23.30**: Intercâmbio musical; **01.00**: Fecho.

Rádio Comercial (283, 290 e 397m)

14.00: Fim-de-semana alucinante; **20.00**: Quando o telefone toca; **21.30**: Tempo de desporto; **23.00**: 24.ª hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: Dançatlântico; **18.00**: Country music – música da América; **19.00**: Blues index; **20.00**: As voltas da chanson; **21.00**: Baile mandado. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA OM e FM de Lisboa

16.00: Sintonia fim-de-semana; **18.00**: Magazine regional; **18.30**: Saltitão; **19.00**: Transmissão do terço; **20.00**: Paju; **21.00**: Quando o telefone toca; **21.30**: Pentagrama; **22.00**: Diálogo e vida; **22.30**: Bola branda (2.ª edição); **23.55**: Meditando. Noticiários intercalares às **17.00**, **21.00** e **22.00** horas

Onda Média de Muge e Porto

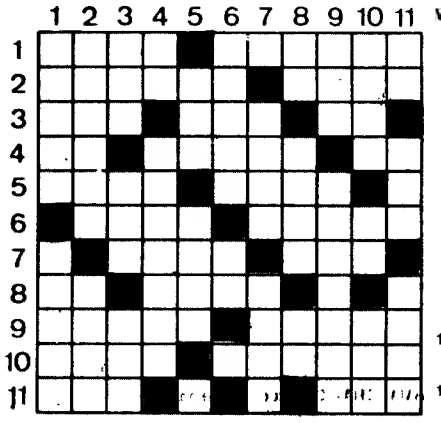
Programa igual ao de OM e FM de Lisboa, excepto nos seguintes casos: **16.00**: Nós por cá; **20.00**: 1.ª fila; **21.00**: Portugal, experiência histórica; **21.30**: Via Láctea.

Sinal de trânsito não é objecto decorativo. Respeite-o!

Tiragem média diária do mês anterior: 43 483 exs.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 13 571



HORIZONTAIS:

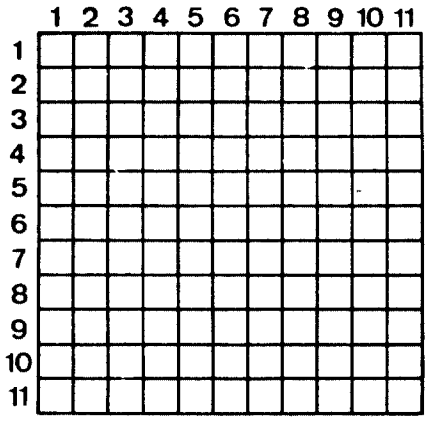
1 Descerre. Mistura.
2 Tombaras. Ratas.
3 Renque. Possui. Freguesia do concelho de Ponte de Lima.
4 Bário (s.q.). Embarcação usada no Tejo. Solitário.
5 Nome de homem. Rio da Polónia.
6 Baú. Verbais.
7 Glândula das fêmeas que segrega o leite. Olá.
8 Rádio (s.q.). Receio.
9 Lodo (pl.). Dois mil e setecentos em romano.
10 Ruins. Rústico.
11 Reza. Tempo do verbo ser. Chefe etíope.

VERTICAIS:

1 Termina. Guarneço de arames.
2 Canção antiga acompanhada de música sentimental. Lavrar.
3 Esteiro. Armaria Artéria.
4 Brisa. Salientamos.
5 Fruto da ateira. Estimes.
6 Peça de madeira ou pedra, em que descansam os tonéis e barris. Preposição latina que designa movimento.
7 Calado. Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria.
8 Alteza real. Elemento que entra em algumas palavras com a significação de ar. Mil e cinquenta em romano.
9 Solitários. Impertinente.
10 Fechas as asas para descer mais depressa. Tempo do verbo ir. Rema para trás.
11 Artigo definido. Uma das Espórades. Váos.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9431



HORIZONTAIS:

1 Freguesia do concelho de Vieira do Minho.
2 Atrás de. Sarracenos.
3 Aselha. Item. Aqui.
4 Seguiriam em situação secundária.
5 O mesmo que uma (ant e pop.). Despacharia.
6 Ave pernalta. Em má hora (ant.).
7 Basta! Guarnecer de asas.
8 Monarcas. Nota musical.
9 Cidade da Úmbria. A Tailândia.
10 Indignado. Tosto.
11 Curaras. Estime

VERTICAIS:

1 Freguesia do concelho de Celorico da Beira.
2 Aguçam. Vagueia.
3 Fuma. Descobrir.
4 Guarnecia de asas. Vasilha com asas.
5 Czar da Russia cognominado «O Terrível». Sufixo que designa estado.
6 Olvidarias.
7 Assinalava. Seguias.
8 Quinhentos e um em romano. Latadas.
9 Érbio (s.q.). Caminharás. Sufixo que designa abundância.
10 Escavai. O mais. Grande ribeira da Ásia Russa.
11 Mulher pública (pop.).

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 570

HORIZONTAIS:
1 – DE. PEQUENO
2 – Lies.
3 – VA. Atasco.
4 – Chamada.
5 – Raras. Ro.
6 – Aláslo. Toar.
7 – Sanca. Ba. Se.
8 – Sio. Correr
9 – Os. Al. Ará.
10 – Atoa. As.
11 – Era. Morsa.

VERTICAIS:
1 – VERÁS. QUE.
2 – Ela. Alas.
3 – Craniota.
4 – Penhascos.
5 – És. Ásia. Am.
6 – Am. Cato.
7 – Untar. Bolor.
8 – Adorar. As.
9 – Nisa. Ra.
10 – Cosera.
11 – BOI. TERÁS.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9430

HORIZONTAIS
1 – Labão. Lailo.
2 – Avisar. Vais.
3 – Mós. Iode. As.
4 – Isadora. Cró.
5 – Ro. Má. Ás.
6 – Camaradas.
7 – Lamas. Sim.
8 – Am Tai.
9 – Mário. Parra.
10 – Proas. Arrás.
11 – Aa. Mor. Aoro.

VERTICAIS
1 – Lâmia. Lampa.
2 – Avós. Câmara.
3 – Bisaram Ro.
4 – Ás Domariam.
5 – Oaio. Ás. Oso.
6 – Ror.
7 – Damas. Pá.
8 – Ave. Aditara.
9 – Ia. Amarro.
10 – Liaras. Irar.
11 – Ossos. Aso.

Provérbio: De pequeno, verás que boi terás.

cartaz de cinemas e teatros

abCINE 803055
Centro Comercial de Alvalade

SALA A

Às 14.30, 16.30, 18.30, 21.15 e 23.15
– Para Todos
LOUCAMENTE APAIXONADO

SALA B

Às 14.45, 17.30 e 21
– N. ac. men. 13 a.
A AMANTE DO TENENTE FRANCÊS
Às 23
007, VIVE E DEIXA MORRER

ALVALADE 897480
Av. de Roma

Às 14, 16.30 e 19 – Para Todos
A GUERRA DOS BOTÕES
2.ª Semana

APOLO 763319
Av. Júlio Dinis, 10-A

Às 13.30, 15.30, 17.30, 21.30 e 23.30 – Int. men. 18 a.
MONTENEGRO
Um filme de Dusan Makanejen
2.ª Semana

AVIS 547163
Av. Duque de Ávila, 45

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– Int. men. 13 a.
A LICEAL, O DIABO E A ÁGUA BENTA

BERNA 776098
Av. Marquês de Tomar

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A GUERRA DO FOGO
14.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO 795093
Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21 30
– N ac. men. 13 a
O XERIFE QUEBRA-OSSOS

CASTIL 530194
Rua Castilho

Às 15.30, 18 30 e 21.30
– N. ac. men 13 a.
DOIDO POR ELA
2.ª Semana
Às 24
O CASO ODESSA

CINE 222 579460
Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
PELA MIRA DA ESPINGARDA
Às 24
FÚRIA CEGA

CINEBOLSO 573407
R. Actor Taborda, 27-B

Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– Int. men. 18 a.
A CRIADINHA FRANCESA
Às 24
TUDO PODE ACONTECER

CINE BLOCO 556824
Gaveto Av 5 de Out. e Pinh. Chagas

As 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
NUNCA DIGAS ADEUS
Às 24
OS COMANDOS DE SUA MAJESTADE

CINE CAMÕES 324194
Rua do Loreto, 15

Às 14, 16.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
O DESTINO DE UMA VIDA
Domingo às 11
MARA, A RAPARIGA DA SELVA

CONDES 322523
Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
PERIGO NA SOMBRA
2.ª Semana

EDEN 320768
P. dos Restauradores, 21
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
STAR TREK II: A IRA DE KHAN
Às 24
MANETA DE FERRO CONTRA A GUILHOTINA VOADORA

ESTÚDIO 555134
Alam. Afonso Henriques, 35

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– N. ac men. 18 a.
A ODISSEIA DO SUBMARINO 96

ESTÚDIO 444 779095
Av. Defensores de Chaves, 83-B

Às 15, 17, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a
O REGRESSO À BEM-AMADA
Às 24
E A TERNURA?... UMA OVA!...

IMPÉRIO 555134/5
Al. Afonso Henriques, 35

Às 15.15, 18.30 e 21.30
– Int. men. 13 a.
FIRE FOX

LONDRES 801313
Av. de Roma, 7-A

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
OS HOMENS QUE EU AMEI
3.ª Semana

LUMIAR 79 52 96
Calçada de Carriche, 38

Encerrado para férias em 1/6/82

MONTECARLO 681117
Av. Pedro Alvares Cabral, 37

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– Int men. 13 a.
TODOS COMEM PELA MEDIDA GRANDE
Às 24
DUPLA SUSPEITA

MONUMENTAL 555131
P. Duque de Saldanha

Às 15.15, 18.15 e 21.30
– Int. men. 18 a.
A FÚRIA DO DRAGÃO

NIMAS 574362
Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14, 16.15, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
A FACE DO PODER
Às 23.45
MORTE EM DIRECTO

ODEON 328283/4
R. Condes, 12 a 20

As 15.15, 18.15 e 21 30
– Int. men 13 a.
A FACE DA VINGANÇA

PATHE 821933
R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A ILHA AZUL
4.ª Semana

A saudade de Verónica Voss de Fas binder, em exibição no QUARTETO

QUARTETO 771378
R. Flores de Lima, 16

SALA 1
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.15
– Int. men. 13 a.
YOL
Às 23.30
HISTÓRIA DE UM PATIFE

SALA 2
As 14.30, 16.45, 19 e 21.15
– Int. men. 13 a.
A FÚRIA DE VENCER
Às 23.30
A QUADRILHA

SALA 3
As 15, 17 e 19 – N. ac. men. 13 a.
ATLANTIC CITY, USA
Às 21.30
A SAUDADE DE VERÓNICA VOSS
Às 23.30
A SAUDADE DE VERONIKA VOSS

SALA 4
Às 14, 16.30, 19, 21 15
– N. ac. men. 18 a.
NOITES ESCALDANTES
Às 23.30
AJUSTE DE CONTAS

ROMA 887778
Av. de Roma, 14 M-N

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
O DIA DO PERDÃO
c/ Roger Hanin, Clid Goldsmith e J. L. Trintignant

ROXY 548560
Av. Almirante Reis, 20

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
GALAXINA

S. JORGE 579144-579344
Av. da Liberdade, 175

S. JORGE SALA 1

Às 15.15, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
POLTERGEIST, O FENÓMENO
2.ª Semana

S. JORGE SALA 2

As 14, 16.30, 19 e 21.45
– Para Todos
LOUCAMENTE APAIXONADO
4.ª Semana

S. JORGE SALA 3

Às 13.45, 17.30 e 21.15
– N. ac. men. 13 a.
REDS
c/ Warren Beatty e Diane Keaton
32.ª Semana

SATÉLITE 562632
Av. Fontes Pereira de Melo, 61

Às 14 30, 16.45, 19 e 21.30
– Int. men. 18 a.
UM ESTRANHO PUDOR
2.ª Semana
Às 24 – Int. men. 13 a.
POLÍCIA OU LADRÃO

7.ª ARTE 730715
Av. República, à Est. de Entre Campos junto ao n.º 88

As 14.45, 17, 19.10, 21.30 e 23.45
– N. ac. men. 18 a.
POLTERGEIST, O FENÓMENO
Domingo às 11.15
ASTERIX, O GAULÊS

STAR 804210
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Às 15, 18.15 e 21 30
– N. ac. men. 13 a
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS
9.ª Semana
Às 00.00
O GANG

TERMINAL 371573
Estação do Rossio

Às 11. 13, 15. 17, 19, 21.30 e 23 30
– N. ac. men. 18 a.
NOITES ESCALDANTES
4.ª Semana

TIVOLI 570595
Av. da Liberdade, 188

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
PINK FLOYD – THE WALL
3.ª Semana

VOX 880808
Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879

Às 14.30, 18 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
UNS E... OS OUTROS
2.º Ano

XENON 368480
Av. da Liberdade, 9

Às 14.15, 16 30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
FÚRIA DE VENCER
Às 23.45 – Int. men. 18 a.
DELÍCIAS FRANCESAS

outros cinemas

Lisboa

ALFA 1 – «Monte Negro», às 21.30 (18 anos)
ALFA 2 – «Os Salteadores da Arca Perdida», às 21.30 (13 anos)
ALFA 3 – «Pink Floyd – The Wall», às 21.30 (18 anos)
MUNDIAL – «Startrek II, a Ira de Khan», às 21.30 (13 anos)
CITY CINE – «A Odisseia do Submarino 96», às 21.30 (13 anos)
POLITEAMA – «Firefox», às 21 30 (13 anos)
CAPITÓLIO – «Modelo de Luxúria», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
OLÍMPIA – «Sexo Espacial» Sessões permanentes (18 anos).
ROYAL – «A Espada e o Feiticeiro», às 21.30 (18 anos)
PROMOTORA – «Cinco Dedos da Morte», às 21.30 (18 anos)
RESTELO – «A Casa do Lago», as 21.30 (13 anos)
2000 – «O Dragão do Lago do Fogo», às 21.30 (13 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS – Stadium – «A Mulher do Lado», às 21.30 (13 anos)
PAÇO DE ARCOS – Chaplin – «Caçada Selvagem», às 21.15 (13 anos)
OEIRAS – Oeiras-Cine – «Francesca, um Amor Impossível», às 21.15 (18 anos)
PAREDE – Royal-Cine – «A Chama da Esperança», às 21.15 (13 anos)
ESTORIL – Casino – «Cortina de Fumo», às 21.15 (13 anos)
ESTORIL – Palácio – «As Portas do Céu», às 21.15 (13 anos)
CASCAIS – Oxford – «Rocky III», às 21.30 (13 anos)

Outra Banda

COSTA DE CAPARICA – Silcine – «Uma Louca História do Mundo», às 21 45 (13 anos)
ALMADA – Cine-Almada – «A Mulher do Lado», às 21.30 (13 anos)
ALMADA – Incrível – «O Caçador», às 21 15 (18 anos)
ALMADA – Academia – «Três Indomáveis Malucos», às 21.15 (13 anos)
TRAFARIA – Pavilhão Jardim – «O Ladrão Profissional», às 21.15 (13 anos)

Linha de Sintra

DAMAIA – D. João V – «McVicar, o Perseguido», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – Cine-Plaza – «A Odisseia do Submarino 96», às 21.30 (18 anos)
AMADORA – Lido – «A Enfermeira e os Generais», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – Cine-Estúdio – «Sempre Te Amei», às 21.30 (13 anos)
CACÉM – Cine-Estúdio Flores – «O Clarim da Revolta», às 21.30 (18 anos)
MEM MARTINS – Cine-Chaby – «A Conquista do Oeste», às 21.30 (6 anos)
SINTRA – Carlos Manuel – «Mas que Vizinhos», às 21.30 (13 anos)
ERICEIRA – Cine-Estúdio – «O Padrinho» (2.ª Parte), às 21.15 (18 anos)

Porto

ÁGUIA – «Star Trek II», às 21.30 (13 anos)
ESTÚDIO – «Para Nós é Canja», às 21.30 (13 anos)
TERÇO – «Terramoto», às 21.30 (18 anos)
COLISEU – «O Incrível Hulk», às 21.30 (13 anos)
VALE FORMOSO – «Os Comandos de Sua Majestade», às 21.30 (18 anos)
CHARLOT – «Os Cinco Alibis», às 21.30 (13 anos)
SÃO JOÃO – «Nijinsky, a Sua História», às 21.30 (13 anos)
BATALHA – «Firefox», às 21.45 (13 anos)
SÁ DA BANDEIRA – «Perigo Sexual», às 21.30 (18 anos)
OLÍMPIA – «Cada Bala Tem um Nome», às 21.30 (13 anos)
FOCO – «The Wall», às 21.30 (18 anos)
TRINDADE – «Poltergeist», às 21.30 (18 anos)
PASSOS MANUEL – «Montenegro», às 21 45 (18 anos)
RIVOLI – «A Rainha Africana», às 21.30 (18 anos)
JÚLIO DINIS – «As Sete Portas do Inferno», às 21.30 (18 anos)
BEBÉ – «Anos de Chumbo», às 21.45 (13 anos)
LUMIÈRE-A – «Violência Selvagem», às 21.30 (13 anos)
LUMIÈRE-L – «Viva James Bond», às 21.45 (13 anos)
PEDRO CEM – «Uns e... os Outros», às 21.30 (13 anos)

farmácias

Lisboa

PERMANENTE

TELES – Rua João de Barros, 2 frente (Tel. 638176); **ZIL** – Av. da Igreja, 9 D (Tel. 891780); **AZEVEDO, FILHOS** – Rossio 31 (Tel. 327478); **DO COMBRO** – Cç do Combro, 82 (Tel. 326059); **OURIQUE** – Rua Freitas Gazul 32 B (Tel. 671667); **ZIRA** – Pç Casas Novas, Lt. 66 (Tel. 311216); **ESTEFÂNIA** – Rua Pascoal de Melo, 90 (Tel. 44438); **CENTRAL DO LUMIAR** – Alm. Linhas Torres, 254 B (Tel. 798063); **LATINA** – Av. Ant. Aug. Aguiar, 17 A (Tel. 42312); **MARLUZ** – Cç da Picheleira, 140 BC – Rua Prof. Mira Fernandes MAF (Tel. 880703); **VITEX** – Est. de Benfica, 373 B (Tel. 780548); **ZEMA** – Rua Gen. Justiniano Padrel 21 A (Tel. 832580); **BRANCO** – Av. Comb. Grande Guerra, 29 (Tel. 2112081); **AMARAL** – Rua Antero Quental, 8-8 A (Tel. 925450); **PIMENTEL** – Az. dos Bezouros, Lt. R 8 (Tel. 991328);.

AMANHÃ

TAPADA – Cç da Tapada, 83 A (Tel. 634721); **BELO** – Av. de Roma, 53 A (Tel. 776314); **TEIXEIRA LOPES** – Rua do Ouro, 154-155 (Tel. 324816); **PROGRESSO** – Est. A-da-Maia, 64 C (Tel. 702226); **FINDOR** – Rua D. Maria Pia, 514-516 (Tel 687949); **CAMPO PEQUENO** – Av. Júlio Dinis 10 Lj 18-19 (Tel. 771661); **VITALIS** – Rua Morais Soares, 69 C (Tel. 841779); **NICOLAU** – Cç de Carriche, Lt. 4 Lj Esq. (Tel. 798727); **ANTUNES ROSAS** – Pç Cidade do Luso, Lt. 199 (Tel. 313610); **SOC. HIGILUX** – Rua de Pedrouços, 50-52 (Tel. 610280); **D. JOÃO V** – Rua D. João V, 16 C (Tel. 682772); **ROSA & VIEGAS** – Rua São Vicente, 31-37 (Tel. 864351); **MIRAFLORES** – Rua Dr. António Granjo, 2-B (Tel. 2101161); **CAMPOS** – Rua Elias Garcia, 185-187; **TAVARES DE MATOS** – Rua 8, Lote 308 (Tel. 993220); **LEITÃO** – Rua Guil. Gomes Fernandes, 62 (Tel. 910051).

Linha de Cascais

CARCAVELOS – **Vilar** – Av. M.ª Conceição, Lote 8 (Telef. 2470777). Permanente; **PAREDE** – **Brandão** – Av. da República, 77-C (Telef. 2471054). Permanente; **NOVA OEIRAS** – **Leal** – Quinta das Palmeiras, Lote 24-r/c (Telef. 2478737); **OEIRAS** – **Oeiras** – L. Henrique Paiva Couceiro (Telef. 2430485). Até às 22 horas; **MURTAL** – **Primavera** – R. da Parreiras, 2 (Telef. 2472278). Até às 22 horas; **MONTE ESTORIL** – **Ostende** – R. de Espinho, 1 (Telef. 260391). Até às 22 horas; **CASCAIS** – **A. Costa** – R. Freitas Reis, 24-C (Telef. 280214). Permanente.

Linha de Sintra

AMADORA – **Melo** – P. D João I, 9-B. (Telef. 932756). Permanente; **QUELUZ** – **Correia** – L. do Mercado. 3 (Telef. 905906). Até às 22 horas; **CACÉM** – **Araújo e Sá** – Est. de Paço de Arcos, Lote 1-B (Telef. 2940781). Permanente; **MEM MARTINS** – **Miranda Garcia** – Est. de MEM Martins, 173 (Telef. 2914103). Permanente; **MERCÊS** – **Claro Russo** – R. Abade Faria- 2-A (Telef. 2915275). Das 9 às 13 e das 15 às 21 horas; **RIO DE MOURO** – Av. Oscar Monteiro Torres, 8 (Telef. 2960194). Das 9 às 23 horas; **SINTRA** – **Misericórdia** – **Vila** (Telef. 2930391). Permanente; **COLARES** – **Abreja** (Telef. 299088).

Outra banda

ALMADA: Macedo Henriques, R. Bernardo F. Costa, lote 1. Até às 22 horas; **COVA DA PIEDADE: Morgado**, R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (T. 274356). Permanente; **LARANJEIRO: Feijó**, R. Borges Rego, 38 (T. 2490911). Até às 22 horas; **COSTA DE CAPARICA: Chai**, Av. General Humberto Delgado. Até às 19 horas; **BARREIRO: Higiénica**, R. D. Manuel I, 176 (T. 2073217). Permanente; **SETÚBAL: Marques**, R. Arronches Junqueiro, 109. Permanente; **Bonfim**, Av. Rodrigues Manito, 12. Até às 22 horas.

SESIMBRA – **Lopes** – R. Cândido dos Reis, 21 (Telef. 2233028); **AMORA** – **Fonseca** – R. Ribatejo, 124-Cruz de Pau (Telef. 2211131); **SEIXAL** – **Godinho** – L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580). Até às 22 horas; **MONTIJO** – **S. Pedro** – Av. Camões, 16 (Telef. 23111133); **MOITA** – **Silva Rocha** – P. da República, 16 (Telef. 239029); **ALHOS VEDROS** – **Portugal** – Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 204250);Q **ALCOCHETE** – Nunes – L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137).

LOURES: Saraiva, Av. da República, 86 (T. 2530027). Permanente; **MOSCAVIDE: Santa Bárbara**, R. Francisco M. Beato, 75 (T. 2518918). Permanente; **SACAVÉM: Soares**, R. José Morais, 15. Até às 22 horas; **CAMARATE: Nova da Charneca** (T. 2518726). Até às 19 horas.

Porto

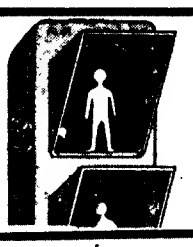
DE DIA E TODA A NOITE

LIGA DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS, R. do Bonjardim, 286; **ANTIGA PORTA DO OLIVAL**, Campo Mártires da Pátria, 122; **BORRALHO**, Av. Fernão de Magalhães, 692; **CORREIA**, P. Mouzinho de Albuquerque, 78; **RAMOS**, P. do Exército Libertador, 91.

Coimbra

DAS 9 HORAS ÀS 9 DO DIA SEGUINTE

SILCAR, R. Ferreira Borges, 88-94 (T. 22923).


NAS PASSADEIRAS
Os peões e os condutores têm de respeitar a sinalização luminosa
Circular e viver

DL

[illegible]
[illegible]
Administração, Redacção, Serviços Técnicos e Publicidade:
RUA LUZ SORIANO, 44 – 1200 LISBOA
Telefones: 321154/5 – 320271/2/3
Publicidade: 368740
Agentes, Assinaturas e Contabilidade:
Rua Castilho, 185-1.º – [illegible] LISBOA
Telefones: 654331/2/3

Serviço de noite (depois das 21)
Porteiro: 321154
Redacção: 320271/2/3
Mensagens gravadas: 320229
Endereço telegráfico DIBOA
Telex 12353 LISBOA PORTUGAL
Delegação do Porto:
Rua do Almada, 30-2.º – 4000 PORTO.
Telefones: 20954/5

O TEMPO

MARÉS DE HOJE

FREIA-MAR		BAIXA-MAR	
6.11	4,0 m		
18.46	3,7 m	12.00	1,2 m
Dia 7			
7.09	3,8 m	0.20	1,5 m
19.54	3,5 m	13.09	1,5 m

TEMPERATURA DO AR ÀS 9 HORAS

Viana do Castelo	13°
Bragança	9°
Vila Real	11°
Porto	14°
P. Douradas	5°
Coimbra	14°
C. Carvoeiro	15°
Portalegre	10°
Lisboa	15°
Évora	13°
Beja	13°
Sagres	17°
Faro	17°
P. Delgada	17°
Funchal	19°

últimas

Em 1983

Aumento de 17 por cento das rendas condicionadas

O coeficiente de actualização das rendas condicionadas será, em 1983, de 17 por cento, segundo o estipulado por uma portaria do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes, datada do dia 30 de Outubro passado.

A renda condicionada é um dos regimes de contratos de arrendamento definido por um decreto-lei de 4 de Junho de 981. Segundo este, todos os contratos feitos após a sua entrada em vigor, terão, obrigatoriamente, de estipular o regime de renda condicionada ou de renda livre. No primeiro a actualização das rendas será anual e calculada segundo um coeficiente oficial, tendo os senhorios de respeitar limites na fixação da primeira renda condicionada, como das subsquentes. No segundo, o senhorio não pode exigir o aumentl anual das rendas, podendo, no entanto, pedir o montante que quiser pelo arrendamento. O coeficiente de actualização das rendas em vigor no presente ano é de 15 por cento.

Eanes convidado a presidir a um Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de ontem, prosseguiu a discussão do projecto de proposta de lei de Regulamentação da Organização Económica do Estado que visa, sobretudo, «valorizar e garantir a iniciativa privada». A alteração da lei da Reforma Agrária começou também ontem a ser debatida pelo Conselho.

Entretanto foi ontem divulgado um comunicado do gabinete do Primeiro-Ministro no qual se informa ter este convidado o Presidente da República a presidir ao Conselho de Ministros.

Multiplicam-se reuniões em Lisboa

APU faz fim-de-semana apresentando candidatos

A APU promove em Lisboa, durante o fim-de-semana, um conjunto de reuniões tendo em vista a apresentação dos seus candidatos à Câmara e freguesias respectivas.

Entre essas reuniões destaca-se um almoço do candidato da APU à presidência da Câmara de Lisboa, o tenente-coronel Alfredo de Moura,com a população da Ajuda. Nesse almoço, que estava marcado para hoje, deverão ter participado os candidatos da coligação àquela freguesia.

Os candidatos por Lisboa deverão, globalmente, ser apresentados esta tarde, às 17 horas, no CRT 50, situado na Calçada dos Mestres. Também aí estará presente o cabeça de lista da APU.

Uma outra sessão está entretanto marcada para esta noite na Sociedade Armadorense, na qual estará presente José Casanova.

Serão apresentados os candidatos à freguesia da Ajuda. Aquele membro suplente da Comissão Política do PCP afirmou ontem, à noite, numa sessão realizada em Campo de Ourique, que se a APU ganhar em Lisboa assumirá o compromisso de adquirir o Cinema Europa para o transformar num centro de cultura e convívio.

Amanhã, à noite, será a vez de Carlos Brito, também do PCP, participar numa sessão de esclarecimento prevista para o Centro Social e Paroquial de Alcântara, à Rua 1.º de Maio. Essa reunião encerrará com um espectáculo de «fado de Abril».

Os candidatos da APU à freguesia dos Prazeres serão, por seu turno, apresentados à população amanhã, a partir das 16 horas, na Sociedade Ordem e Progresso. Aí comparecerá Orlando Pauleta, candidato da APU à Assembleia Municipal.

PS pensa subir no distrito de Beja

O cabeça de lista pelo Partido Socialista à Câmara Municipal de Beja considerou que o seu partido irá subir substancialmente em todo o distrito, nas eleições autárquicas de 12 de Dezembro.

Rodrigues Masseno, dirigente local e nacional do PS, afirmou em conferência de Imprensa que o partido irá concorrer isolado nos 14 concelhos e 84 freguesias do distrito.

No encontro, que serviu para apresentação das listas dos candidatos, o dirigente socialista declarou que ao nível da região nunca existiu qualquer acordo, nem com a APU, nem com a AD para as autarquias.

Das listas apresentadas, foi realçado o facto de o cabeça de lista à Câmara de Barrancos ser o actual presidente, Caçador Durão, eleito em 1979 pelas listas da APU.

O autarca justificou a mudança por «certos procedimentos» daquela coligação que conduziram ao seu afastamento.

APU em Braga: 55 de 61 freguesias

A Aliança Povo Unido (APU) revelou que vai concorrer em 55 das 61 freguesias do concelho de Braga nas próximas eleições autárquicas.

Em comunicado ontem divulgado, a APU afirma que «60 por cento dos componentes das suas listas são candidatos independentes que vão desde destacados dirigentes sindicais até empresários e gestores da indústria e do comércio, médicos, engenheiros, advogados e professores do concelho de Braga».

O manifesto eleitoral da APU – em fase de ultimação – propõe-se demonstrar «a necessidade de se pôr fim às maiorias absolutas nos órgãos autárquicos, como única forma de se viver a democracia participada e transparente, e impulsionar equilibradamente o progresso deste concelho» – acrescenta o comunicado.

OCMLP concorre a três Câmaras

A Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa (OCMLP) anunciou que concorre à Assembleia Municipal do Porto e às Câmaras do Porto, Peso da Régua, Almada e Seixal.

Em comunicado, a OCMLP adianta que estará presente nas Assembleias de Freguesia da Foz do Douro, Ramalde, Cedofeita e Cova da Piedade.

Das suas listas consta uma percentagem de quase 60 por cento de operários e 40 por cento de mulheres, sendo a maioria dos candidatos com idade inferior a 30 anos.

A OCMLP apresenta-se às eleições autárquicas «empenhada na inversão revolucionária do actual xadrez político, na introdução de uma dinâmica nova das forças progressistas, para se oporem aos partidos da burguesia, que sucessivamente foram ocupando o poder e traindo as aspirações populares».

A OCMLP afirma que espera ser nas autarquias «uma voz de denúncia sistemática da injustiça e da arbitrariedade do poder reaccionário, procurando através da mobilização do povo, à concretização dos interesses imediatos das massas trabalhadoras».

Rão Kyao e Richie Cole

Um Cascais-Jazz diferente dos tempos que já lá vão...

Cascais/Jazz-82 arranca mal!

Pouco público num festival longe dos "velhos tempos"

Começou ontem o Cascais-Jazz/82. Mas não da melhor maneira: já de si pequeno, o Pavilhão dos Salesianos (Estoril) não esgotou a lotação. Muito longe disso..

Maldito dólar! Porque não pára de subir, enquanto **irmão** escudo não pára de descer, impede cada vez mais que o Festival Internacional de Jazz de Cascais reencontre **os tempos que já lá vão:** os tempos em que os Miles Davis, os Art Blackey e outros *monstros do jazz desembarcavam na linha e incendiavam* o Dramático.

Mas se o dólar desempenha papel de relevo neste *estado de coisas,* a falta de apoios e, também, a teimosia bem característica dos organizadores, não estão isentas de responsabilidades.

Não se compreende, com efeito, que se apoie *isto e aquilo*, que se concedam subsídios *aqui e acolá,* e que se abandone ao *deus-dará* uma música que, desde há décadas, passou de americana a universal. Não se compreende igualmente que os músicos portugueses continuem, com raras excepções, arredados do Festival. Rão Kyao tem valor, sim senhor. Mas não é verdade que, para além dele, o resto seja *paisagem.* Não se compreende, ainda, os convites endereçados a grupos ou músicos que nada trazem de novo e que, em vez de constituirem *incentivo,* podem constituir *travão.*

Tudo isto e muito mais sobressaiu, ontem, primeiro dia de um Festival cujos momentos *altos* terão lugar esta noite (Mingus Dinasty) e amanhã à tarde («Blues» de Chicago).

Rão Kyao pisou as tábuas do Festival pela terceira vez. Aliás, não será a última porque Luís Vilas-Boas, um *protector inexcedível,* já anunciou: «para o ano, cá estará...». A acompanhá-lo a secção rítmica do grupo do belga Jacques Pelzer. Francamente, e salvo melhor opinião, apenas Rão Kyao e o contrabaixista Berth Thompson conseguiram *animar a malta.* O resto, *Santo Deus...*

Foi necessário esperar pelo Quarteto de Richie Cole para que o ambiente aquecesse. Cole, um saxofonista discípulo do bem conhecido Phil Woods, demonstrou ter uma técnica invulgar, um controlo absoluto do instrumento. À parte certas concessões ao comercialismo e uma aparente ignorância da Geografia e das realidades históricas – deve ter confundido Portugal com a Espanha quando brindou o público com um *grácias* e uma *espanholada...* –, Richie Cole agradou. Momentos houve em que entusiasmou com os seus «glissandos» e mudança de ritmo, com o seu «suwing».

Em todo o caso, Richie Cole e o seu grupo *lançaram* o Festival. Certame, que será precedido esta noite de um *aperitivo* a exigir presença indispensável: pelas 17 horas, no Teatro Experimental de Cascais, haverá um debate sobre «A situação do Jazz em Portugal». Um debate importante para todos aqueles que não querem que o jazz se *fine.* Mais vale tarde do que nunca...

Manuel Anta

Expressamente confidencial

● **O encontro,** *aparentemente de acaso, teria tido lugar na Assembleia da República. Reunidos: Helena Roseta, Igrejas Caeiro, Veiga de Oliveira, candidatos à Câmara Municipal de Cascais, respectivamente pelo PSD, pelo PS, pela APU. Uma ausência notória e notada: a do candidato CDS. A crise da «Aliança Democrática» é indesmentível: mesmo no «eixo Lisboa-Cascais».*

● **As eleições** *autárquicas de Cascais vão cclocar o Dr. Francisco Balsemão numa situação incómoda. Não deverá dar o seu voto ao CDS; não poderá dar o seu voto à APU; motivará especulações sobre o «novo bloco central» se votar em Igrejas Caeiro. Mas votar em Helena Roseta é dar o seu apoio aos «críticos». Não se confirma, todavia, que se tenha decidido pela abstenção.*

● **Não se confirma** *que, sentindo a solidão em que se encontra, o dr. José Alfaia tenha decidido apresentar a sua demissão. Garentem-nos que não abandonará o primo numa «situação crítica». A de ambos.*

● **As declarações** *atribuídas ao engenheiro Viana Baptista que contrariavam a oportunidade e virtudes dos trabalhos em curso para a navegabilidade do rio Douro não têm qualquer fundamento. As imagens do ministro são falsas. Falsa a voz. Está já aberto um inquérito à RTP, mas não se confirma que o dr. Proença tenha qualquer responsabilidade nessa quebra de solidariedade ministerial.*

● **Também** *não se confirma que o dr. Marcelo Rebelo de Sousa, encarregado pelo governo para supervistoriar, ou suervisitar o projecto Douro, tenha procurado adquirir, para viagens de recreio no Douro, um barco «rebelo».*

● **Consta que** *exausto da criação de «factos políticos», o dr. Marcelo Rebelo de Sousa teria ido a Inglaterra tentar a criação de um «facto universitário».*

● **Não confirmam,** *nem desmentem os meios ligados á direcção central do CDS a informação de que nas últimas semanas terão dado a sua adesão ao partido centrista muitos oficiais das Forças Amadas na situação de reserva, entre os quais sete generais de várias idades.*

● **Podemos** *desmentir que, na impossibilidade de assegurar a direcção do «Expresso», o dr. Balsemão tenha dirigido um convite discreto ao sr. Nuno Rocha.*

Diário de Lisboa

Sete Ponto Sete

VÁLIDO ATÉ À PRÓXIMA SEXTA-FEIRA

SÁBADO 17 DE NOVEMBRO DE 1984

NAS PÁGS. CENTRAIS

O Sete Ponto Sete publica hoje um texto de Júlio Verne, «Jornada de um jornalista americano no ano 2889» ilustrado pelo desenhador francês Bilal. Verne previa a telefoto e via-nos a nós, profissionais da Informação, viajar através do Espaço em aerocarros.

DIÁLOGO CHANTAL ACKERMAN - WIM WENDERS

Dois piratas do cinema em liberdade

— Sentem-se europeus?

— CHANTAL ACKERMAN: Quando estou em Los Angeles sinto-me europeia. Quando estou em Nova Iorque, não.

— WIM WENDERS: Queria sentir-me europeu. E digo às vezes, sobretudo nos Estados Unidos, que sou um realizador europeu. Aqui, na Europa, digo que sou um realizador alemão. Porque aqui ser-se europeu não é tão evidente como isso.

— CHANTAL ACKERMAN: Talvez que um dia «europeu» signifique alguma coisa. O que actualmente existe é o cinema americano e, do outro lado, países que formam a Europa e podem constituir o cinema europeu. Mas creio que é sociológico. Há sociedades de produção, por exemplo Gaumont que querem criar um cinema europeu. Mas basta ler as suas declarações — na verdade estamos de fora porque somos pessoas... particulares. Fazemos um cinema particular, eles querem um cinema do geral.

— WIM WENDERS: É uma ideia diferente de grandes companhias, de grandes estúdios.

— CHANTAL ACKERMAN: Não estamos aqui para falar de Daniel Toscan du Plantier, mas ele quer fazer o cinema dos pais: Bergman, Fellini...

— WIM WENDERS: Se há uma atitude comum a que se possa chamar cinema europeu, é talvez porque nós e outros, também, temos a mesma maneira de sobreviver, ao lado do cinema dos pais. Com os mesmos métodos, as mesmas ideias.

— CHANTAL ACKERMAN: Sim. Somos piratas.

— E perante a América, como se situam?

— WIM WENDERS: É de novo a noção de pirata. Os piratas devem ir para os mares, aparecerem onde ninguém os espera. Na América não nos esperam.

— CHANTAL ACKERMAN: Na minha opinião é diferente. Quando vejo os teus filmes sinto que há uma relação muito forte — mesmo que seja de oposição — com os filmes americanos. Também tenho a impressão que passaste muito tempo a olhar para eles. Eu não.

Um dia ocorreu-me um grande projecto e pensei: O único lugar onde posso arranjar dinheiro é lá. Não o arranjei, senti-me mal e regressei.

Aos vinte e um anos passei dois anos em Nova Iorque. De um lado está Hollywood e os realizadores, e do outro estão artistas que não têm nenhuma relação com o sistema. Trabalhei sozinha mas entre eles. Fiz filmes marginais. Aqui, na Europa, fiz de certo modo parte do sistema, há uma mistura, uma coexistência.

— Mas faz, apesar disso, figura de pirata.

— CHANTAL ACKERMAN: É uma loucura porque deixam avançar artes como a literatura, a pintura, a música. Nós, cada vez que damos um passo em frente...

Continua na pág. 7

CINEMA DE PARIS

Ah, "les misérables"!

Quinta grande adaptação francesa do célebre romance após duas mudas (a de 1925 disse Sadoul em 1967 que é «a melhor jamais por ele inspirada») e duas sonoras que o signatário se lembra de ter visto em menino ou já não, delas retendo a imagem do Harry Baur-Valejean e do Jean Gabin-Valejean, e também, respectivamente, do Charles Vanel e do Bernard Blier em Javert. No segundo destes filmes, em 1958, assinado por Le Chanois e colorido, um «cast» brilhantíssimo apoiava a produção: Bourvil, G. Esposito, F. Ledoux, L. Baroux, Silvia Monfort. Como agora...

Na familiaridade que se tem, e em França se conserva, com o romance de Victor Hugo (adaptado ao cinema por americanos e russos, italianos e egípcios, indianos e japoneses), mais conta a imagem das personagens famosas e a sua personalização. Os dois actores excepcionais que foram Baur e Gabin deram rosto ao forçado vítima da sociedade e seu vingador, Jean Valjean, e a fidelidade das adaptações foi sempre documentada por imagens da época, numa alusão romântica e ideológica sem a qual «Os Miseráveis» não podem ser «Os Miseráveis». Essa também a justificação de Robert Hossein na sua nova versão, anunciada como «o filme mais caro de toda a história do cinema francês», com o seu orçamento de sete biliões, ou seja de 900 mil contos nossos e fracos.

O sopro épico e apaixonado das encenações teatrais de Hossein conduz o seu filme, acentuando as cenas das barricadas em que a leitura política da obra se decide. E ali o novo Valjean que é Lino Ventura revela-se «a personagem» necessária: «É ele o verdadeiro Valjean» afirma Hossein. O espectador, lembrado dos dois ilustres predecessores, hesita... Gabin, com o seu pode mitológico, sobrepõe-se — mas será engano de perspectiva. Ventura é, nos quadros da produção francesa, um novo Gabin sem o romantismo dos anos 30, e «Les Misérables» de Hossein vão certamente contribuir para formar a sua herança histórica. Por seu lado, Hichel Bouquet é o inspector Javert, melhor que Blier, na iconografia da «segunda personagem» da obra: o Mal que luta com o Bem — e perde. Do lado do Bem, também Gavrouche, Cosette, Marius Fontine...

O dialoguista de agora é um historiador popular que entrou na Académie; Alain Decaux, e são dele as palavras finais de toda a crítica possível (entusiasticamente possível — Hugo, hélas!) ao filme: «Trata-se de uma das raras obras que participam no inconsciente popular: o combate do bem e do mal».

J.A. França

Cinema

Jane Fonda em «**A Face do Poder**», o mais recente filme de Alan J. Pakula

A amante do tenente francês	★★★★
A guerra do fogo	★★★
Os salteadores da arca perdida	★★★
Reds	★★★
A face do poder	★★
Yol	★★
Poltergeist	★★
Star trek II — A ira de Khan	★★
Noites escaldantes	★
Uns e... os outros	★
The Wall	★

A «CHAVE»

★★★★ — Excepcional
★★★ — Bom
★★ — Interessante
★ — Desinteressante
● — A evitar

● A amante do tenente francês
de Karel Reisz
(G.B. — 1981

Não há dúvida, o romantismo tem mil fôlegos. O êxito continua, Meryl Streep bem merece a consagração que o público lhe está a dar.

Cinema ABCine — sala B
(14.45, 17.15, 21 e 23.30 h)
(não acons. men. 13 anos)

● A guerra do fogo
de Jean-Jacques Annaud
(França-Canadá — 1981)

Talvez uma das surpresas desta nova época seja este filme. Produzido fora do circuito das **majors, A guerra do fogo** é uma aposta, sem precedentes, no cinema enquanto construtor de imaginários. A partir de agora «sabemos» como foram os primórdios do homem.

Cinema Berna
(14, 16.30, 19 e 21.30 h)
(não acons. men. 13 anos)

● Os salteadores da arca perdida
de Steven Spielberg
(USA — 1981)

Nada a dizer, não é? O sucesso continua, a aventura é uma sedução tão larga quanto o mundo.

Cinema Alfa 2
(13.45, 16.15, 18.45, 21.15 e 23.45 h)
(não acons. men. 13 anos)

● Reds
de Warren Beatty
(USA — 1981)

Este sucesso também não pára. A história de amor com fundo em vermelho pegou. Merecidamente, acrescente-se. Se só por lá houvesse a Diane Keaton já valeria a pena.

Cinema S. Jorge 3
(13.45, 17.30 e 21.15 h)
(não acons. men. 13 anos)

● A face do poder
de Alan J. Pakula
(USA — 1981)

Em torno do dinheiro decorre este filme. Baseado na nossa ignorância inquieta sobre os mecanismos financeiros internacionais, funciona **A face do poder.** A desconfiança é o seu cerne, a habilidade em nos abanar a sua sedução. No fundo uma ficção sobre o nosso medo do desconhecido.

Cinema Nimas
(14, 16.15, 18.30 e 21.30 h)
(interdito a men. 13 anos)

● Yol
de Ylmaz Güney e Serif Goren
(Turquia-Suíça — 1982)

Coisas intensas e outras dispersantes convergem num filme desequilibrado mas suficientemente interessante para merecer atenção. De resto as condições de produção de **Yol** foram tão singulares que o resultado só pode espantar pela positiva.

Cinema Quarteto-sala 1
(14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30 h)
(interdito a men. 13 anos)

● Poltergeist
de Tobe Hooper
(USA — 1982)

É uma Steven Spielberg Production onde uma ideia espantosa (essa luz fascinante-/temível que o televisor emite) acaba embrulhada em caixões e exorcismos.

Efeitos especiais sensacionais e uma ironia algo lúcida em torno do projecto não o salvam, porém, de ser desilusão.

Cinemas S. Jorge 1
(15.15, 18.30 e 21.30 h)
e 7.ª Arte
(14.45, 17, 19.10, 21.30 e 23.30 h)
(não acons. men. 18 anos)

● Star trek II — a ira de Khan
de Nicholas Meyer
(USA — 1982)

Um filme despachado e nada pretensioso onde um tom **naif** se traduz num espectáculo agradável. É bom ver Ricardo Montalban a tipar saborosamente o vilão da fita.

Cinemas Eden e Mundial
(14, 16.30, 19 e 21.30 h)
(não acons. men. 13 anos)

● Noites escaldantes
de Lawrence Kasdan
(USA — 1981)

O regresso ao filme negro, à mulher fatal, à vertigem do desejo e da morte não se faz assim. Kasdan, feliz argumentista de filmes de outrem, não soube arquitectar um para si e também não foi capaz de o transformar na rodagem.

Cinemas Quarteto-sala 4
(14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30 h)
e Terminal
(11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30 h)
(não acons. men. 18 anos)

● The Wall
de Alan Parker
(G.B. — 1982)

A música dos Pink Floyd (para mais no Dolby Stereo do Tivoli) dá uma porção de boas razões para ver este filme. A imagética de Parker não faz senão diminuí-las.

Cinemas Alfa 3
(14, 16.30, 19, 21.30 e 24 h)
e Tivoli
(14, 16.30, 19 e 21.30 h)
(não acons. men. 18 anos)

Ciclo Buñuel na Cinemateca

EM ascenso (e já há catálogo?) o ciclo Buñuel. Ainda na fase mexicana mas já em tempo de libertação de condicionalismos comerciais, a série de filmes que veremos esta semana marca o fim do ostracismo dos grandes circuitos de cinema ao trabalho de Buñuel e é a rampa para as suas obras-primas incontestadas.

Hoje, às 18.15h repete-se **Abismos de pasión,** a versão-Buñuel de «O monte dos vendavais». À noite, às 21.30h, dois filmes: **La ilusion viaja en tranvia** e **El rio y la muerte.** Estamos em 1953/54 e ambos os títulos não parecem estar no primeiro plano da carreira de Buñuel. O primeiro marca a única incursão de Buñuel num certo neo-realismo (corrente de que ele nunca gostou particularmente). Tintado de pitoresco e com uma ou outra pincelada de ferocidade. **El rio y la muerte** produziu referências contraditórias. Há quem o diga apaixonante, quem o julgue irrisório. A atracção da Morte está no seu cerne e o filme pode ser uma das descobertas deste ciclo.

Já **Ensayo de un crimen** é referenciado como obra-prima de humor negro. O filme narra a história de um psicopata assassino que nunca consegue matar nenhuma das vítimas: elas morrem, sim, mas jamais às suas mãos. Comédia lhe chamou Buñuel, inquietante acrescentou Truffaut, passa no dia 8 às 21.30h e no dia 9 às 18.15h.

Buñuel volta a França em 1955 e faz dois filmes: **Cela s'appele l'aurore** e **La mort en ce jardin.**

O primeiro (que é exibido dia 9 às 21.30h e dia 10 às 18.15h) parece ser uma tentativa de Buñuel para provar aos franceses que já não era o cineasta «incompreensível» de **L'âg d'or. La mort en ce jardin,** a história de um padre, uma prostituta e dois aventureiros franceses que, numa selva tropical tentam escapar — após uma revolta — a uma perseguição de militares fascistas, é um filme onde Buñuel aflora o tema da resistência, da pureza e das mãos sujas, num contexto de ditadura. Voltaria a esse tema — sob um outro ângulo — em **A febre sobe em El Pao** que muitos acham desastrado mas que me parece bem interessante pelas várias interpelações que coloca.

La mort en ce jardin passa no dia 10, às 21.30h e **A febre sobe em El Pao** num programa duplo, dia 12, às 21.30h.

Entretanto (ou seja, dia 11 às 21.30 e dia 12 às 18.15h) vem **Nazarin,** outra das obras-primas míticas de Buñuel jamais exibidas em Portugal e que ele fez, após o seu regresso ao México, em 1958.

Em 1960, para produtores independentes americanos, roda no México **The young one,** outro filme que dizem menor mas cujo tema tem potencialidades para surpresas: um racista apaixonado por uma garota de 14 anos e um músico negro de **jazz** perseguido pela justiça, encontram-se em fuga. Vale a pena ver o que Buñuel fez disto, no dia 12 às 21.30h ou no dia 13 às 18.15h.

Gérard Philippe e Maria Félix em «**A febre sobe em El Pao**»

Depois Buñuel fez **Viridiana** com que inaugurou a fabulosa década de 60 onde só assinou filmes excepcionais. Talvez por isso, o ciclo regressará à pompa e circunstância do Grande Auditório da Fundação Gulbenkian.

Mas isso só vai acontecer de hoje a oito dias. Até lá esperemos também que o catálogo saia.

DICIONÁRIO

Vinte anos de cinema português

Jorge Leitão Ramos

ADENDA

Várias pessoas ligadas ao cinema têm-se apontado como elemento em falta nas fichas de filmes publicadas a indicação de localização de cópia. Em virtude de tal referência poder ser importante para visionamento de filmes, a seguir se indicam as instituições ou pessoas junto de quem existem cópias dos filmes já referenciados no Dicionário. Por razões de espaço, alguns dos organismos são indicados por sigla: IPC — Instituto Português de Cinema; ITE — Instituto de Tecnologia Educativa; RTP — Radiotelevisão Portuguesa; DGEA — Direcção-Geral de Educação de Adultos.

À primeira vista IPC
Abelha na chuva (uma) IPC
Acto da Primavera IPC
Adeus até ao meu regresso RTP/IPC
Alexandre e Rosa IPC
Amor das três romãs (O) João César Monteiro/RTP
Amor de perdição IPC
Amores de Salazar IPC
Antes do adeus IPC
Areia mar — mar areia ITE
Armas e o povo (As) IPC
Arte e ofício de ourives (A) ITE
Banqueiro anarquista (O) RTP
Bárbara Filmes Lusomundo/RTP
Barronhos — Quem teve medo do poder popular? IPC
Belarmino Cinemateca Portuguesa
Benilde ou a virgem mãe IPC
Bicicleta IPC
Bom povo português Doperfilme/IPC
Bonecos de Estremoz ITE
Brandos costumes IPC/Fil. Cast. Lopes
Caça (A) IPC
Caçada do Malhadeiro (A) Imp. Filmes
Cama (A) IPC
Cântico final IPC
Carta a mestre Dórdio Gomes ITE
Cartas na mesa Fil. Castelo Lopes
Cerco (O) IPC/Animatógrafo
Cerromaior Doperfilme/IPC
Chico Fininho (O) Mundial Filmes
Cidade como a nossa (Uma) RTP
Ciganos IPC
Colónia e vilões IPC
Confederação (A) Fil. Lusomundo/IPC
Continuar a viver IPC
Conversa acabada Rank/IPC
Cruzeiro do sul ITE/DGEA
Culpa (A) IPC
Demónios de Alcácer Kibir (Os) Animatógrafo/IPC
Deolinda da Seara Vermelha IPC
Derrapagem Talma Filmes
Destino marca a hora (O) Internacional Filmes
Deus, pátria autoridade IPC
Diabo desceu à vila (O) Imp. Filmes
Dina e Django IPC
Dois soldados (Os) João C. Monteiro/RTP
Domingo à tarde IPC
E não se pode exterminá-lo? RTP
Encoberto (O) IPC
Era uma vez... amanhã ITE
Esplendor selvagem António de Sousa
Ex-votos portugueses IPC/DGEA
Fernando Namora ITE/DGEA
Festa, trabalho e pão em Grijó de Parada ITE/IPC/DGEA
Fragmentos de um filme-esmola IPC
Francisca Rank/IPC
Fuga (A) IPC
Funeral do patrão (O) RTP/IPC
Gente da Praia da Vieira IPC
Gente do norte IPC
Grande roda (A) ITE
Herculano IPC
Histórias selvagens IPC
Homem montanhês (O) RTP
Homem que matou o diabo (O) RTP
Homem que não sabe escrever (O) RTP
Horas de Maria (As) Cinequanon/IPC
Igreja Profanada (A) IPC
Índia António Faria
Jack IPC
Jaime IPC/ITE
Júlio de Matos... Hospital? Animatógrafo/IPC
Kilas, o mau da fita Soc. Imp. Filmes/IPC
Lei da terra (A) IPC
Leproso (O) ITE
Lerpar IPC
Lisboa, o direito à cidade Cinem. Portuguesa/RTP
Lobos (Os) IPC
Luta do povo (A) IPC
Madanela Fund. Calouste Gulbenkian
Madrugada IPC
Mal amado (O) IPC
Malteses, burgueses e às vezes Doperfilme
Manhã submersa Filmes Lusomundo
Maria IPC
Mariana Alcoforado Cin. Port./RTP
Máscaras IPC
Médico e a duquesa (O) IPC
Meus amigos Animatógrafo
Música, Moçambique! IPC
Música para si IPC/RTP
Nem pássaro, nem peixe IPC
Nós por cá todos bem IPC/Animatógrafo
Outro teatro (O) Cinequanon/IPC
Oxalá Filmes Castelo Lopes/IPC
Passado e o presente (O) IPC
Passagem (A) ITE
Passagem ou a meio caminho IPC
Pássaros de asas cortadas IPC
Pastora (A) Sinde Filipe
Pedras e o tempo (As) Cin. Portuguesa
Pedro só Fund. Calouste Gulbenkian
Peixinho Vermelho (O) IPC
Perdido por cem... Animatógrafo
Piano (O) ITE
Pinturas do meu irmão Júlio (As) Cinemateca Portuguesa
Prefácio a Vergílio Ferreira Lauro António
Princípe com orelhas de burro (O) Filmes Lusomundo/IPC
Princesinha das rosas (A) IPC
Princípio da sabedoria (O) IPC
Prisioneiro (O) IPC
Promessa (A) Filmes Castelo Lopes
Que farei eu com esta espada? RTP/IPC
Quem espera por sapatos de fundo morre descalço Fund. Calouste Gulbenkian
Recompensa Sofilmes
Rei das Berlengas (O) Filmes Ocidental/IPC
Retalhos da vida de um médico RTP
Romance do Luachimo (O) ITE
Ruínas no interior (As) IPC/Animatógrafo
Safrique safari Telecine
Santa Aliança (A) Distrib. Reunidos
Santo Antero Rivus
São Pedro da Cova IPC/DGEA
7 balas para Selma Imperial Filmes
Silvestre Filmes Lusomundo/IPC
Sofia e a educação sexual Doperfilme
Sophia de Mello Breyner Andersen ITE-/DGEA
Tapeçaria — trádição que revive ITE
Temos festa RTP
Tiaga RTP
Tirem-me esta gente daqui... mas não a escondam IPC
Trás-os-Montes IPC
Um cão e dois destinos Doperfilme
Um S marginal IPC
Vamos ao Nímas Lauro António
Velhos são os trapos Animatógrafo/IPC
Vendedor (O) Imperial Filmes
Verde por fora, vermelho por dentro Doperfilme
Verdes anos (Os) Cinemateca Portuguesa
Veredas IPC
Viagem para a felicidade IPC
Vicente fotógrafo RTP
Vida é bela!? (A) Filmes Lusomundo
Vida e obra de Ferreira de Castro ITE/DGEA
27 minutos com Fernando Lopes Graça ITE
Zé Povinho na Revolução (O) (Lauro António/IPC

Laura Soveral, a D. Maria dos Prazeres de **«Uma abelha na chuva»** de Fernando Lopes

SOVERAL, Laura
— actriz

Adenda: Um erro de dimensionamento e um lapso de montagem provocaram que, na passada semana, a ficha de **Laura Soveral** saísse amputada de boa parte do comentário crítico ao seu trabalho. Com o nosso pedido de desculpas, a seguir se publica esse comentário na íntegra:

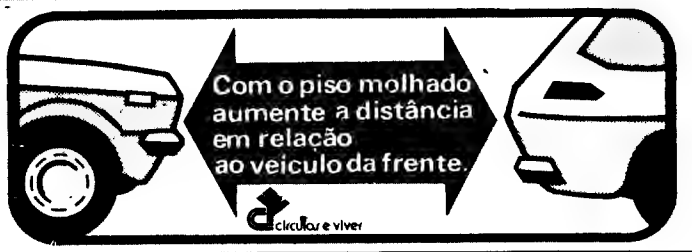
Breve filmografia, não muitos papéis relevantes, sempre um trabalho escorreito, digno, e uma personagem memorável: a D. Maria dos Prazeres de **Uma abelha na chuva.**

Numa cinematografia como a portuguesa raro é retermos um personagem, raro é sentirmos coisas tão fortes como a altivez, o despeito, a raiva e o desejo sepultados no peito de uma mulher e só entrevistos em breves sinais, revelações.

Certamente que esse filme é, de um modo marcado, um trabalho onde é explícito, inquestionável, o domínio do realizador. Mas não é menos certo que poucas actrizes teriam o fechamento e as fugazes cintilações necessárias para compor uma personagem tão inquieta como Maria dos Prazeres. Por aí se não esquecerá Laura Soveral.

Noutros sítios anotaremos, mas sem a imperiosidade de **Uma abelha na chuva.** Em **Um táxi na cidade** ela será a única a não sossobrar na total inabilidade; em **Oxalá** ela será crível num filme sem âncora.

Angústia Desespero Solidão
54 45 45
centro S.O.S. voz amiga
uma voz amiga estará contigo



Um dia na vida de um jornalista americano no ano 288

Júlio Verne

Os homens deste século XXIX vivem numa contínua magia, sem parecerem manifestar muitas dúvidas a esse respeito. Estragados com as maravilhas, permanecem indiferentes perante o que o progresso lhes traz todos os dias. Tudo lhes parece natural. Se a comparassem com o passado, apreciariam melhor a nossa civilização, e dar-se-iam conta do caminho percorrido. Como lhes pareceriam muito mais admiráveis as nossas cidades modernas, com as suas ruas de cem metros de largura, casas com trezentos metros de altura e temperatura sem alterações, e céu atravessado por milhares de aerocarros e aeroautocarros!

A O pé destas cidades, cuja população atinge por vezes os dez milhões de habitantes, o que eram essas aldeias e lugarejos de há mil anos, essas Paris, Londres, Berlim e Nova Iorque, burgos mal arejados e lamacentos, onde circulavam caixas aos solavancos puxados por cavalos, — sim! por cavalos! Incacreditável! Se eles pudessem conceber o funcionamento defeituoso dos transatlânticos e dos caminhos-de-ferro, as suas frequentes colisões, e também a sua lentidão, o que não estariam os passageiros dispostos a pagar pelos comboios aéreos, e sobretudo pelos tubos pneumáticos que atravessam os oceanos, e nos quais se deslocam a uma velocidade de mil e quinhentos quilómetros por hora? Finalmente, não apreciaríamos melhor o telefone e o telefoto, se nos lembrássemos que os nossos pais estavam reduzidos a esse aparelho antediluviano, a que davam o nome de «telégrafo»?

Coisa estranha! Estas surpreendentes transformações assentam em princípios perfeitamente conhecidos pelos nossos antepassados, mas que não tiravam deles, por assim dizer, qualquer partido. Com efeito, o calor, o vapor e a electricidade são tão velhas como o homem. No final do século XIX, não afirmavam já os sábios que a única diferença entre as forças físicas e químicas residía no modo de vibração, específico de cada uma delas, das partículas etéricas?

Uma vez que foi dado esse enorme passo para reconhecer o parentesco entre todas estas forças, é verdadeiramente inconcebível que tenha sido necessário tanto tempo para chegar à determinação de cada um dos modos de vibração que as diferencia. E, sobretudo, é espantoso que o meio de passar directamente de um a outro, e de produzir uns sem outros, só tenha sido descoberto muito recentemente.

No entanto, foi assim que as coisas aconteceram, apenas em 2790, há cem anos, quando o famoso Oswald Nyer o conseguiu.

Um verdadeiro benfeitor da Humanidade, este grande homem! A sua descoberta de génio, foi a mãe de todas as outras! Nascia deste modo uma plêiade de inventores, que conduziria ao nosso extraordinário James Jackson. É a este último que devemos os novos acumuladores que condensam a força contida nos raios solares, ou a electricidade contida no interior do nosso planeta, ou ainda os que condensam a energia proveniente de uma qualquer fonte, como as quedas de água, os ventos, riachos e rios, etc. É a ele que se deve igualmente o transformador que, através de uma simples manivela, extrai a força viva dos acumuladores e a devolve ao espaço sob a forma de calor, luz, electricidade e potência mecânica, depois de ter obtido dela o trabalho desejado.

Sim! Foi no dia em que esses dois instrumentos foram concebidos, que o progresso verdadeiramente começou. Deram ao homem um poder quase infinito. As suas aplicações já nem têm número. Atenuando os rigores do Inverno pela restrição do que há de excessivo nos calores estivais, revolucionaram a agricultura. Fornecendo a força motriz aos aparelhos de navegação aérea, permitiram que o comércio registasse uma magnífica expansão. É a eles que se deve a produção incessante de electricidade sem pilhas nem máquinas, a luz sem combustão nem incandescência e, finalmente, essa inesgotável fonte de energia que centuplicou a produção industrial.

Pois bem, vamos encontrar a globalidade destas maravilhas num local incomparável — a sede do «Earth Herald», recentemente inaugurado na 16:823.ª Avenida.

Se o fundador do «New York Herald», Gordon Benett, ressuscitasse hoje, que diria ao ver esse palácio de mármore e ouro, que pertence ao seu ilustre neto, Francis Benett? Trinta gerações se passaram, e o «New York Herald» manteve-se na posse da família Benett. Há duzentos anos, quando o Governo da União foi transferido de Washington para Centrópolis, o jornal acompanhou o Governo — a menos que tenha sido o Governo a acompanhar o jornal — e adoptou como título, «Earth/Herald».

E que ninguém pense que ele esteve em perigo sob a administração de Francis Benett. Não! O seu novo director iria, pelo contrário, imprimir-lhe um poder e uma vitalidade sem par, inaugurando o jornalismo telefónico.

Este sistema, que a inacreditável difusão do telefone tornou possível, é conhecido. Todas as manhãs, em vez de ser impresso como outrora, o «Earth Herald» é «falado». Através de uma rápida conversa com um repórter, um político ou um cientista, os assinantes sabem o que pode interessar-lhes. Quanto aos leitores comuns, como se sabe, podem conhecer a edição do dia em inúmeras cabinas fonográficas, por apenas alguns cêntimos.

Esta inovação de Francis Benett galvanizou o velho jornal. Em poucos meses os assinantes atingiram os oitenta e cinco milhões e a fortuna do director subiu progressivamente até aos trinta mil milhões, hoje largamente ultrapassados. Graças a esta fortuna, Francis Benett pode construir a sua nova residência — uma colossal construção de quatro frontarias, medindo cada uma três quilómetros, e cujo telhado se ergue debaixo da gloriosa bandeira de 75 estrelas da Confederação.

Nesta altura, Francis Benett, rei dos jornalistas, seria o rei das duas Américas, se os americanos pudessem porventura aceitar um qualquer soberano. Duvidam? Mas os representantes plenipotenciários de todas as nações e os nossos próprios ministros empurram-se à porta, mendigando conselhos, solicitando uma aprovação e implorando o apoio do seu todo-poderoso órgão. Contém os cientistas que estimula, os artistas que protege e os inventores que financia! Realeza fatigante trabalho incessante estes, e, seguramente, um homem de antigamente não poderia resistir a tanto trabalho diário. Com enorme felicidade, os homens de hoje têm uma condição mais robusta, graças aos progressos da higiéne e da ginástica, que fizeram subir de trinta e sete para sessenta e oito anos a média de vida humana — graças também à preparação de alimentos assépticos, enquanto se aguarda para breve a descoberta do ar nutritivo, que permitirá a alimentação... através da respiração.

E agora, se estão interessados em conhecer tudo o que preenche um dia na vida de um director do «Earth Herald», queiram segui-lo nas suas múltiplas ocupações — hoje mesmo, dia 25 de Julho do corrente ano de 2889.

Francis Benett, nessa manhã, acordou de muito mau humor. Há oito dias que a sua mulher se encontra em França, pelo que se sente um pouco só. Será de acreditar? Em dez anos de casamento, é a primeira vez que a senhora Édith Benett, «profissional beauty», se ausenta por tanto tempo. Habitualmente, dois ou três dias bastam para as suas frequentes viagens à Europa, e mais particularmente a Paris, onde vai comprar os seus chapéus.

Logo que acorda, Francis Benett põe em acção o seu fonotelefone, cujos fios estão ligados à residência que possui nos Campos Eliseos.

O telefone, completado pela telefoto, outra conquista da nossa época! Se a transmissão da palavra pelas correntes eléctricas é já uma relíquia, foi apenas ontem, porém, que se conseguiu transmitir a imagem. Francis Benett, foi dos primeiros a saudar o seu inventor, quando pode receber a imagem da sua mulher, reproduzida por um espelho telefotográfico, apesar da enorme distância que os separava.

Que suave visão! Um pouco fatigada pelo baile ou pelo teatro da véspera, a senhora Benett está ainda deitada. Embora já seja quase meio-dia onde ela se encontra, dorme com a sua encantadora cabaça entre as rendas da almofada.

Mas eis que ela se agita... os seus lábios tremem... sonha, sem dúvida... Sim! Sonha... Pronuncia um nome: «Francis... meu querido Francis!...»

O seu nome, pronunciado com aquela voz tão doce, dispôs bem Francis Benett. Não querendo acordar a bela adormecida, salta rapidamente da cama e penetra na máquina de vestir mecânica.

Dois minutos depois, sem ter sido obrigado a recorrer à ajuda de um criado de quarto, a máquina colocava-o lavado, penteado, calçado, vestido e abotoado de cima abaixo, à porta do seu gabinete. Ia começar a visita diária.

Em primeiro lugar, Francis entrou na sala dos romancistas-folhetinistas.

Muito ampla, esta sala encimada por uma enorme cúpula translúcida. Num canto, diversos aparelhos telefónicos, através dos quais os cem redactores literários do «Earth Herald» contam cem capítulos de cem romances ao público ávido.

Dirigindo-se a um dos folhetinistas, que descansava cinco minutos:

«Muito bem, meu caro, diz-lhe Francis Benett, muito bom o seu último capítulo! A cena em que a jovem aldeã aborda com o seu namorado alguns problemas de filosofia transcendente, é de um fino sntido de observação. Nunca foram melhor pintados os costumes campestres! Continue, meu caro Archibald, coragem! Graças a si, dez mil novos assinantes desde ontem!

— Senhor John Last, afirmou, dirigindo-se para outro dos seus colaboradores, estou menos satisfeito consigo! O seu romance não triunfou! No final, andou muito depressa! Pois bem, e os processos documentais? É necessário dissecar, John Last, é preciso dissecar! Não é com uma caneta que se escreve nos nossos dias, é com um bisturi! Cada acção da vida real é o resultado de pensamentos fugitivos e sucessivos, que importa enunciar com cuidado, para criar um ser vivo! É o que há de mais fácil, ao recorrer ao hipnotismo eléctrico, que desdobra o homem e separa as suas personalidades! Observe a sua própria vida, meu caro John Last! Imite o seu colega, que eu acabava de elogiar! Faça-se hipnotizar... O quê? Você fá-lo, diz-me... Então, não o faz suficientemente!».

Tendo dado estes breves conselhos, Francis Benett prossegue a inspecção, e entra na sala de reportagem. Os seus mil e quinhentos repórteres, colocados perante igual número de telefones, comunicavam naquele momento aos assinantes as notícias recebidas durante a noite, dos quatro cantos do mundo. A organização deste incomparável serviço tem sido frequentemente descrita. Para além do telefone, cada repórter tem à sua frente uma série de comutadores, que permitem estabelecer a comunicação com esta ou aquela linha telefotográfica. Os assinantes dispõem não só do relato, mas também das imagens dos acontecimentos. Quando se trata de um «fait divers» já passado no momento em que é relatado, são transmitidas as fases principais, obtidas pela fotografia intensiva.

Francis Benett interpela um dos dez repórteres astronómicos — um serviço que irá crescer com as recentes descobertas no mundo estelar.

«Ora bem, Cash, que recebeu você?...

— Fototelegramas de Mercúrio, de Vénus e de Marte, senhor.

— Interessante, este último?

— Sim! Uma revolução no Império Central, em proveito dos reaccionários liberais, contra os republicanos conservadores.

— Como entre nós, então! — E de Júpiter?...

— Ainda nada! Não conseguimos compreender os sinais dos jupiterianos. Talvez não recebam os nossos?...

— Isso é consigo, e eu responsabilizo-o por isso, senhor Cash!», respondeu Francis Benett que, muito descontente, passou à sala de redacção científica.

Debruçados sobre os contadores, trinta cientistas concentravam-se nas equações do 95º grau. Alguns chegavam mesmo a lidar com as fórmulas do infinito algébrico e do espaço a vinte e quatro dimensões, com as quatro regras da aritmética.

Francis Benett caiu entre eles como uma bomba.

«Meus senhores, que me dizem? Nenhuma resposta de Júpiter?... É sempre a mesma coisa! Vejamos, Corley, há vinte anos que você estuda este planeta, creio...

— Que quer, senhor, respondeu o cientista, a nossa óptica deixa ainda muito a desejar, e mesmo com os nossos telescópios de três quilómetros...

— Você ouviu, Peer! interrompeu Franis Benett, dirigindo-se ao vizinho de Corley. A óptica deixa a desejar! Ponha óculos, que diabo! ponha óculos!

Depois, dirigindo-se a Corley:

— Mas, à falta de Júpiter, temos ao menos notícias da Lua?...

— Também não, senhor Benett!

— Ah! Desta vez você não pode acusar a óptica. A Lua está seiscentas vezes menos afastada do quê Marte, com o qual, no entanto, o nosso serviço de correspondência é regularmente garantido. Não são os telescópios que faltam...

— Não, mas são os habitantes, respondeu Corley, com um irónico sorriso de cientista com a escola toda!

— Ousa afirmar que a Lua é desabitada?

— Pelo menos, senhor Benett, na face que nos apresenta. Quem sabe, talvez do outro lado...

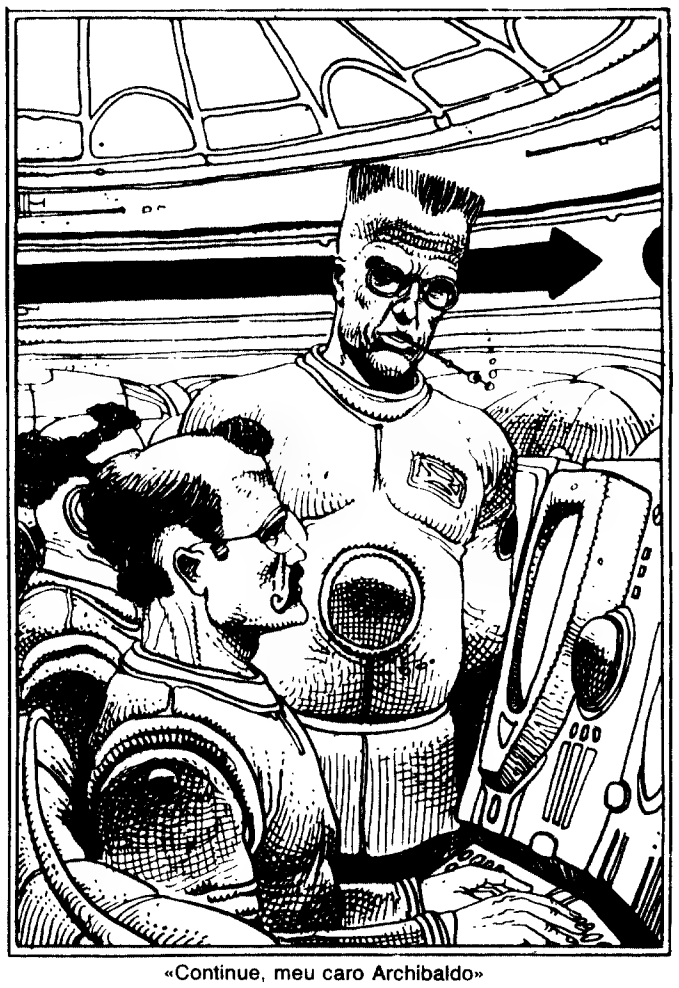
— Ora bem, Corley, há um meio muito simples de ter a certeza...

— E qual é?

— Contornar a Lua!»

E, nesse dia, os cientistas das fábricas Benett trabalharam nos meios mecânicos que permitiriam contornar o nosso satélite.

Aliás, Francis Benett tinha razões para estar satisfeito. Um dos astrónomos do «Earth Herald» acabava de determinar os elementos relativos ao novo planeamento Gandini. É a doze triliões, oitocentos e quarenta e um bilião, trezentos e quarenta e oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte e três metros e sete decímetros, que este planeta descreve a sua órbita em redor do Sol, em quinhentos e setenta e dois anos, cento e noventa e quatro dias, doze horas, quarenta e três minutos, nove segundos e oito décimos de segundo.



«Continue, meu caro Archibaldo»

Francis Benett ficou encantado com esta precisão.

«Bem, exclamou, despachem-se a informar o serviço de reportagem. Conhecem a paixão com que o público segue estas informações astronómicas. Espero pela notícia na edição de hoje!»

Antes de abandonar a sala dos repórteres, Francis Benett ainda passou pelo grupo especial de entrevistadores, e dirigiu-se ao que estava incumbido das personalidades:

«Entrevistou o presidente Wilcox? perguntou.

— Sim, senhor Benett, e reveio na secção de informações que sofre realmente de uma dilatação do estômago, estando a ser submetido às mais escrupulosas lavagens tubulares.

— Perfeito. E aquele caso do assassino Chapmann?... Entrevistou os jurados?...

— Sim, e todos, estão todos de acordo acerca da sua culpabilidade, de tal modo que o caso nem sequer será submetido à apreciação deles. O acusado será executado antes de ser condenado...

— «Perfeito!... Perfeito!...»

A sala adjacente, uma ampla galeria com um quilómetro e meio de comprimento, estava adstrita à publicidade, e pode-se facilmente imaginar o que pode ser a publicidade de um jornal como o «Earth Herald». Dá de receita diariamente, três milhões e meio de dólares. Graças a um engenhoso sistema, aliás, uma parte desta publicidade é difundida de um modo absolutamente novo, graças a uma patente comprada por uma tuta e meia a um pobre diabo que morreu de fome. Trata-se de enormes cartazes, reflectidos pelas nuvens, e cuja dimensão é tal que podem ser avistados de uma região inteira. Nesta galeria, mil projectores estão permanentemente ocupados a enviar para as nuvens, que os reproduziam a cores, aqueles anúncios descomunais.

Mas nesse dia, quando entra na sala da publicidade, apercebe-se que os mecânicos estão de braços cruzados, junto aos projectores inactivos. Informa-se... A resposta para todas as suas perguntas, é a apresentação do céu de um tom azulado muito puro.

«Sim!... com bom tempo, murmura, não é possível a publicidade aérea! Que fazer? Se fosse chuva, poderia pensar-se em produzi-la! Mas não é de chuva, mas de nuvens que precisamos!...

— Sim... belas nuvens muito brancas! responde o mecânico-chefe.

— Ora bem! senhor Samuel Mark, vai dirigir-se à redacção científica, serviço de meteorologia. Dir-lhes-á da minha parte que deverá ocupar-se activamente do problema das nuvens artificiais. Não podemos continuar à mercê do bom tempo!»

Depois de ter acabado a inspecção dos diversos sectores do jornal, Francis Benett passou ao salão da recepção, onde o esperavam os embaixadores e ministros plenipotenciários acreditados junto do governo americano. Essas personalidades vinham em demanda de conselhos do todo-poderoso director. No momento em que Francis Benet entrava no salão, discutia-se com alguma vivacidade.

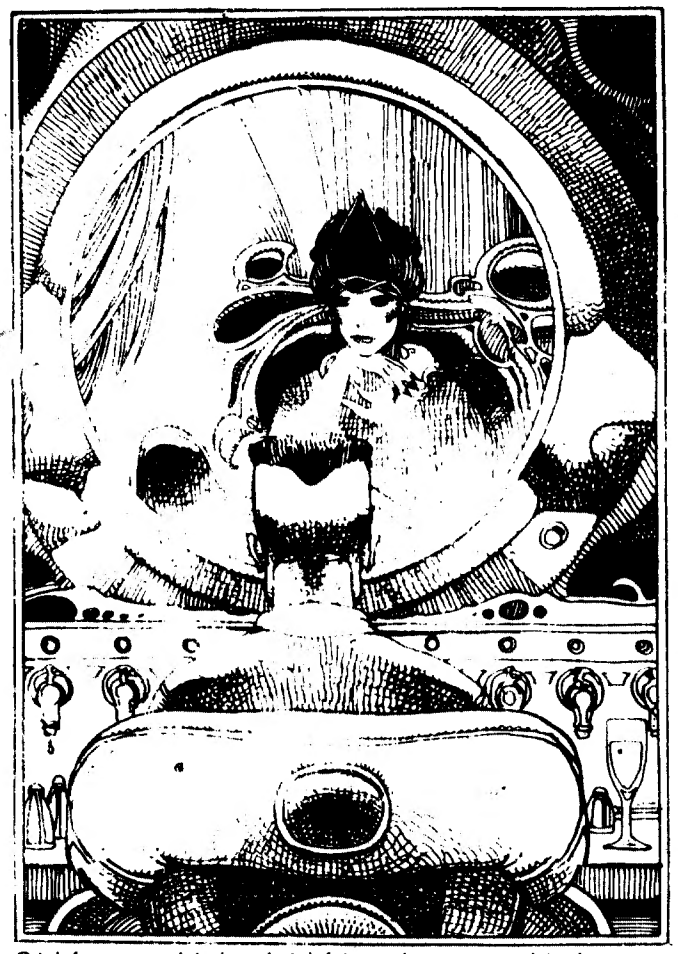
«Que Vossa Excelência me perdoe, dizia o embaixador de França ao seu homólogo da Rússia, mas não me parece que haja algo a modificar no mapa da Europa. Que o Norte seja para os eslavos, ainda vá! Mas o Sul para os latinos! A nossa fronteira comum do Reno parece-me excelente! Aliás, fique sabendo, o meu governo resistirá a qualquer iniciativa contra as nossas delegações de Roma, Madrid ou de Viena!

— Bem dito! afirma Francis Benett, intervindo na discussão. Que ouço, senhor embaixador da Rússia! Não está satisfeito com o enorme império do seu país, que se estende das margens do Reno até às fronteiras da China, um império banhado pelos oceanos Glacial e Atlântico, Mar Negro, Bósforo e oceano Índico? E além do mais, para que são essas ameaças? A guerra será possível, com as modernas invenções, os obuses asfixiantes que podem ser enviados a centenas de quilómetros de distância, as chispas eléctricas com vinte léguas de comprimento e que podem aniquilar com um só golpe um exército, esses projécteis municiados com micróbios da peste, cólera e febre amarela, e que destruiriam uma nação inteira em poucas horas?

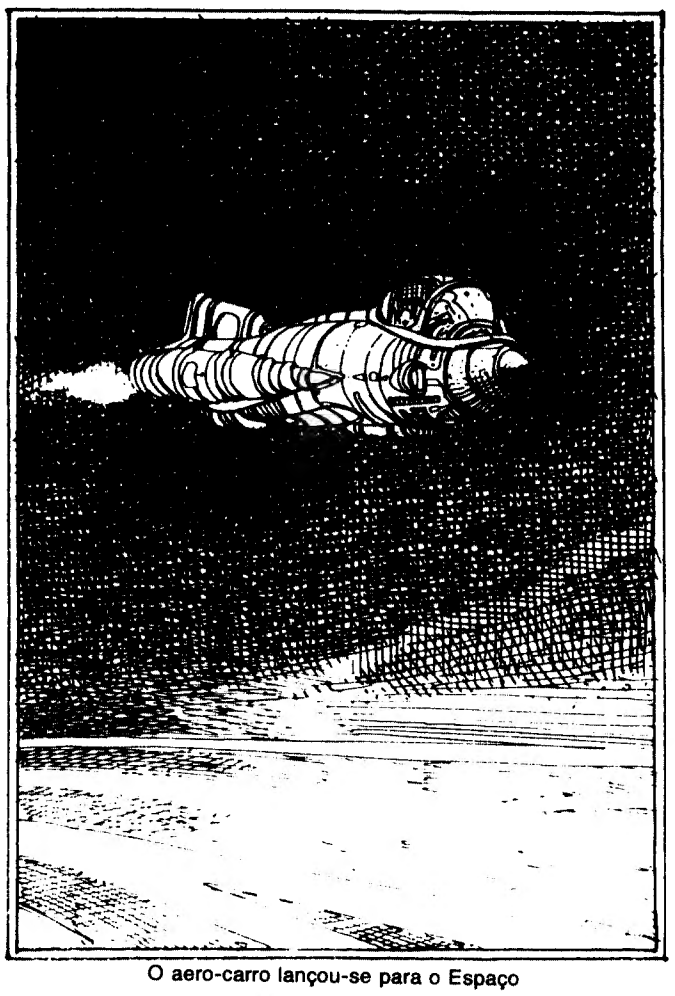
— Nós sabêmo-lo, senhor Benett! respondeu o embaixador da

raísos

289



O telefone, completado pela telefoto, mais uma conquista da nossa época!



O aero-carro lançou-se para o Espaço

Russia. Mas nem sempre as coisas são ao nosso desejo!... Pressionados na fronteira oriental pelos chineses, somos obrigados, custe o que custar, a tentar uma expansão para oeste...

— Mas é apenas isso, senhor?, replicou Francis Benett em tom paternal. Pois bem, uma vez que a proliferação chinesa é um perigo para todo o mundo, pesemos nos pratos da balança! Vai ser necessário impor a esse povo um máximo de natalidade que não poderá ser ultrapassada, sob pena de morte! Uma criança a mais?... Um pai a menos! Ficarão as coisas compensadas. — E o senhor, afirma o director do «Earth Herald», dirigindo-se ao cônsul de Inglaterra, que posso fazer por si?...

— Muito, senhor Benett, respondeu aquele personagem. Bastaria que o seu jornal quisesse encetar uma campanha a nosso favor...

— E relativamente a quê?...

— Apenas para protestar contra a anexação da Gã-Bretanha pelos Estados Unidos...

— Apenas para protestar!, exclamou Francis Benett, encolhendo os ombros. Uma anexação com mais de 150 anos. Mas os senhores ingleses nunca mais se resignarão a que, por uma justa mudança das coisas, o seu país se tenha tornado colónia americana? É uma loucura! Como é que o seu governo pode acreditar que eu daria cobertura a essa campanha anti-democrática?...

— Senhor Benett, a doutrina de Monroe consiste em dar toda a América aos americanos, como sabe, mas apenas a América, e não...

— Mas a Inglaterra não é mais do que uma das nossas colónias, senhor, uma das mais belas. Não conte connosco para isso!

— Recusa, portanto?...

— Recuso, e se insiste, faremos nascer um «casus belli», apenas por força de uma entrevista de um dos nossos repórteres!

— Está tudo acabado! murmurou o cônsul, acabrunhado O Reino Unido, o Canadá e a Nova Bretanha são dos americanos, as Índias são dos Russos, a Austrália e a Nova Zelândia são de si mesmas! De tudo o que foi outrora da Inglaterra, o que nos resta?... Nada!

— Nada, senhor! ripostou Francis Benett. Pois bem, e Gibraltar?

Naquele momento, soou o meio-dia. O director do «Earth Herald» deu encerrada a audiência com um gesto, abandonou o salão, sentou-se numa poltrona rolante e atingiu em poucos minutos a sala de jantar, situada a um quilómetro de distância, na outra extremidade da residência.

A mesa já está posta. Francis Benett ocupa o seu lugar. Ao alcance da mão, está uma série de botões e à sua frente, está colocado o visor de um aparelho fonotelefotográfico, em que se pode ver a sala de jantar da sua residência de Paris. Apesar da diferença horária, o senhor e senhora Benett combinaram almoçar à mesma hora. Nada mais encantador, do que estarem assim frente a frente, apesar da distância, verem-se e falarem-se por meio dos respectivos aparelhos fonotelefotográficos.

Mas, naquela altura, a sala de Paris está vazia. «Edith está atrasada!», exclama Francis Benett. «Oh! a pontualidade das mulheres! Tudo progride, excepto isso!...»

E, ao proferir esta judiciosa reflexão, gira um dos botões.

Tal como todas as pessoas da nossa época, Francis Benett, renunciando à cozinha doméstica, é um dos assinantes da grande Sociedade de Alimentação ao Domicílio. Esta sociedade distribui através de uma rede de tubos pneumáticos, iguarias de mil espécies. É um sistema dispendioso, claro, mas a cozinha é melhor, e tem a vantagem de suprimir a horripilante raça dos cozinheiros dos dois sexos.

Francis Benett almoçou sozinho, não sem pena. Estava no café, quando a senhora Benett, acabada de regressar a casa, apareceu no écran do aparelho.

— «De onde vens, minha querida Édith?, perguntou Francis Benett.

— Mas, respondeu a senhora Benett, já acabaste?... Estou atrasada?... De onde venho?... Da modista!... Este ano, há chapéus encantadores... são cúpulas, zimbórios!... Já me esqueci!...

— Um pouco, minha querida, o suficiente para eu já ter acabado de almoçar...

— Sendo assim, meu querido, vai tratar dos teus assuntos, respondeu a senhora Benett. Ainda tenho uma visita a fazer ao meu costureiro.»

E este costureiro era, nem mais, nem menos, do que o célebre Wormspire, a quem se atribui a tão judiciosa máxima: «A mulher não é mais do que uma questão de formas!»

Francis Benett beijou a face da senhora Benett no écran do aparelho, e dirigiu-se para a janela, onde o aguardava o seu aerocarro.

«Qual o destino senhor?, perguntou o motorista.

— Vejamos... tenho tempo... respondeu Francis Benett. Leve-me às fábricas de acumuladores do Niagara.»

O aerocarro, máquina fantástica baseada no princípio do mais pesado do que o ar, lançou-se através do espaço, à velocidade de seiscentos quilómetros à hora. Em baixo, desfilavam as cidades, onde os correderes rolantes transportam os transeuntes ao longo das ruas, e os campos cobertos pela imensa teia de aranha da rede de fios eléctricos.

Em meia hora, Francis Benett atingiria a sua fábrica do Niagara onde, após ser utilizada a força das cataratas para o produção de energia eléctrica, esta é vendida ou alugada aos consumidores. Depois, concluída a visita, regressa por Filadélfia, Boston e Nova Iorque, a Centrópolis, onde o veículo o deixou por volta das cinco horas.

Uma enorme multidão estava concentrada na sala de espera do «Earth Herald». Aguardava-se o regresso de Francis Benett para dar início à audiência diária que concede aos que solicitam os seus préstimos. Trata-se de inventores apelando ao financiamento dos seus projectos, homens de negócios propondo operações financeiras, tudo empreendimentos de resultados garantidos: Entre estas propostas, é necessário fazer uma escolha, recusar as más, examinar as duvidosas, apoiar as boas.

Francis Benett despacha rapidamente os que só lhe apresentam ideias inúteis ou impraticáveis. Uma das pessoas presentes pretendia fazer reviver a pintura, essa arte que caíra em desgraça, ao ponto do «Angélus» de Millet ser vendido por quinze francos, o que só foi possível graças aos progressos da fotografia a cores, inventada no final do século XX pelo japonês Aruziswa-Riochi-Nichome- Sanjukamboz-Kio-Baski-Kû, cujo nome se tornou tão rapidamente popular. Outro pretendera ter descoberto o bacilo biogénico, que tornaria o homem imortal, após ter sido introduzido no seu organismo. Outro ainda, um químico, dizia ter acabado de descobrir um novo corpo, o «Nihilium», que só custava à razão de três milhões o grama. Finalmente, um médico audacioso pretendia possuir um antídoto contra a constipação cerebral...

Todos estes sonhadores foram rapidamente recambiados.

Outros tiveram melhor acolhimento, em particular um jovem cuja fronte revelava uma inteligência viva.

«Senhor, diz, se outrora se contavam setenta e cinco corpos simples, esse número encontra-se reduzido hoje a três, sabia?

— Perfeitamente, responde Francis Benett.

— Pois bem, senhor, estou prestes a reduzir estes três elementos a um. Se o dinheiro não me faltar, tê-lo-ei conseguido dentro de algumas semans.

— E então?...

— Então, senhor, terei muito simplesmente determinado o absoluto.

— E a consequência dessa descoberta...

— Será a criação fácil de toda a matéria, quer seja mineral, madeira, metal ou fibra...

— Pretende poder vir a fabricar uma criatura humana?...

— Inteiramente,... Só faltaria a alma!...

— Só isso!», respondeu ironicamente Francis Benett, que agregou, apesar disso, o jovem químico à redacção científica do jornal.

Um segundo inventor, baseando-se em velhas experiências, que datavam do século XIX, e várias vezes relançadas mais tarde, acalentava a ideia de deslocar uma cidade inteira de uma só vez. Tratava-se, no caso vertente, da cidade de Saaf, situada a cerca de quinze milhas do mar, e que seria transformada em estância balnear, depois de ser transportada em carris até ao litoral. O que implicaria, como consequência, uma considerável valorização dos terrenos de construção ou a urbanizar.

Francis Benett, seduzido pelo projecto, consentiu em financiar o negócio.

«Não ignora, senhor, diz-lhe um terceiro, que graças aos nossos acumuladores e transformadores solares e terrestres, conseguimos uniformizar as estações. Proponho-me fazer ainda melhor. Transformaremos em calor uma parte da energia de que dispomos, e enviemos esse calor para as calotes polares, cujos gelos serão derretidos...

— Deixe-me os seus projectos, responde Francis Benett, e regresse dentro de oito dias».

Finalmente, um quarto cientista trazia a revelação de que uma das questões que apaixonavam o mundo teria nessa mesma noite o seu epílogo.

Ninguém ignora que há um século, uma ousada experiência atraíra a atenção pública sobre o doutor Nathaniel Faithburn. Partidário convicto da hibernação humana, isto é, da possibilidade de suspender as funções vitais, e de as reactivar algum tempo depois, decidiria experimentar em si mesmo a excelência do seu método. Depois de ter, por testamento manuscrito, indicado as operações necessárias para o trazer à vida, cem anos depois, submetera-se a um frio de 172 graus; reduzido ao estado de múmia, o doutor Faithburn fora encerrado num sarcófago pelo tempo estipulado.

Ora, era precisamente nesse dia 25 de Julho de 2889 que o prazo expirava, e Francis Benett era convidado a proceder, numa das salas do «Earth Herald», à ressurreição tão impacientemente esperada. O público iria poder acompanhar o desenrolar da operação, instante a instante.

A proposta fora aceite, e como a operação não se realizaria antes das dez horas da noite, Francis Benett veio estender-se no salão de audição, para descansar. Depois, girando um botão, estabeleceu comunicação com o Concerto Central.

Depois de um dia tão ocupado, quanto prazer não encontrou nas obras dos nossos melhores maestros, baseadas, como é sabido, numa sucessão de deliciosas fórmulas harmónico-algébricas!

Gera-se um ambiente de obscuridade, e mergulhado num sono semi-extático, Francis Benett nem sequer se dava conta disso. De repente, abriu-se uma porta.

«Quem está aí?», profere, enquanto tocava a um comutador, colocado debaixo da mão.

De imediato, por um clarão eléctrico, produzido no éter, o ar tornou-se luminoso.

«Ah!, é você, doutor?, pergunta Francis Benett.

— Eu próprio, responde o doutor Sam, que vinha fazer a sua visita diária — (assinatura ao ano). Como vai isso?

— Bem!

— Tanto melhor... Vejamos essa língua. Olhou pelo microscópio.

— Boa... E esse pulso?...

Tacteou-o com um pulsógrafo, análogo aos instrumentos que registam as trepidações do solo.

— Excelente!... E o apetite?...

— Ora!

— Sim... o estômago! Já não é como dantes, o estômago! Envelhece, o estômago! Decididamente, é necessário colocar um novo!...

— Veremos isso! responde Francis Benett. Enquanto isso, doutor, jante comigo!»

Durante a refeição, a comunicação fonotelefotográfica foi estabelecida com Paris. Desta vez, a senhora Benett estava à mesa, e o jantar, entremeado das finas observações do doutor Sam, foi encantador. Depois, assim que terminou:

«Quando tencionas regressar a Centrópolis, minha querida Edith? perguntou Francis Benett.

— Vou partir já.

— Pelo canal subterrâneo, ou pelo combóio aéreo?...

— Pelo transporte subetrrâneo.

— Então, estarás cá...

— À onze e cinquenta e nove da noite.

— Hora de Paris?

— Não, não!... Hora de Centrópolis.

— Então, até logo, e vê lá, não percas o transporte!»

Este transporte submarino, que nos transporta da Europa em duzentos e noventa e cinco minutos, é preferível aos combóios aéreos, que só atingem mil quilómetros por hora.

Tendo-se ido embora o médico, depois de ter prometido assistir à ressurreição do seu confrade Nathaniel Faithburn, Francis Benett, passou ao seu gabinete, pois queria fechar as contas do dia. Transcendente operação, quando se trata de uma empresa cujas despesas diárias se elevam a oitocentos mil dólares. Felizmente, os progressos da mecânica moderna facilitam espantosamente este género de trabalho. Com a ajuda do piano-computador-eléctrico, Francis Benett em breve dava por terminada a sua tarefa.

Foi mesmo a tempo. Mal carregara na última tecla do aparelho de somar, e já a sua presença era reclamada no salão onde iria desenrolar-se a experiência. Dirigiu-se para lá imediatamente, tendo sido recebido por um numeroso cortejo de cientistas, a que se juntara o doutor Sam.

O corpo de Nathaniel Faithburn lá está, no seu sarcófago, colocado no meio da sala.

Abre-se a tampa... Retira-se o corpo de Nathaniel Faithburn... Continua como uma múmia, amarelo, duro e seco. Ressoa como madeira... É submetido ao calor... À electricidade... Resultado negativo... É hipnotizado... É submetido a processo sugestivo... Não há sinal de alteração deste estado ultra-cataléptico...

«Então, doutor Sam?... pergunta Francis Benett.

O médico debruça-se sobre o corpo, examina-o com a maior atenção... Introduz nele, por meio de uma injecção hipodérmica, algumas gotas do famoso elixir Brown-Séquard, que ainda está na moda... A múmia está mais mumificada do que nunca.

— Pois bem, responde o doutor Sam, creio que a hibernação foi demasiado prolongada...

— Ah! Ah!

— E que Nathaniel Faithburn está morto.

— Morto?...

— Tão morto como se pode está-lo!

— Desde quando está ele morto?...

— Desde quando?... responde o doutor Sam. Mas... desde há cem anos, isto é, desde que teve a infeliz ideia de se fazer congelar por amor à ciência!...

— Enfim, diz Francis Benett, eis um método que carece de aperfeiçoamento!

— Aperfeiçoamento é a palavra certa», responde o doutor Sam, enquanto a comissão científica de hibernação transporta a sua carga fúnebre.

Francis Benett, acompanhado do doutor Sam, regressa ao seu quarto, e como parecia muito fatigado, depois de um dia tão sobrecarregado, o médico aconselha-o a tomar um banho antes de se deitar.

«Tem razão, doutor... isso vai-me descontrair...

— Imediatamente, senhor Benett e, se quiser, eu encarrego-me disso quando sair...

— É unútil, doutor. Há sempre um banho preparado e nem sequer tenho de o tomar fora do meu quarto. Veja, basta tocar neste botão, a banheira vai começar a deslocar-se, e verá chegá-la sozinha e cheia de água à temperatura de trinta e sete graus!»

Francis Benett acabava de tocar no botão. Um ruído surdo ia crescendo no ar... Depois, uma das portas abriu-se e apareceu a banheira, deslizando nas calhas...

Céus! Enquanto o rosto do doutor Sam se torna mais grave, curtos gritos de pudor estupefacto escapam-se da banheira...

Chegada há cerca de meia hora a casa, a senhora Benett estava dentro da banheira.

No dia seguinte, 26 de Julho de 2889, o director do «Earth Herald» recomeçará o seu dia preenchido com uma deslocação de vinte quilómetros de extensão, através dos diversos gabinetes e à noite, quando a sua máquina de somar tiver realizado as operações, terá sido em duzentos e cinquenta mil dólares que os lucros do dia se cifrarão — mais cinquenta mil do que na véspera.

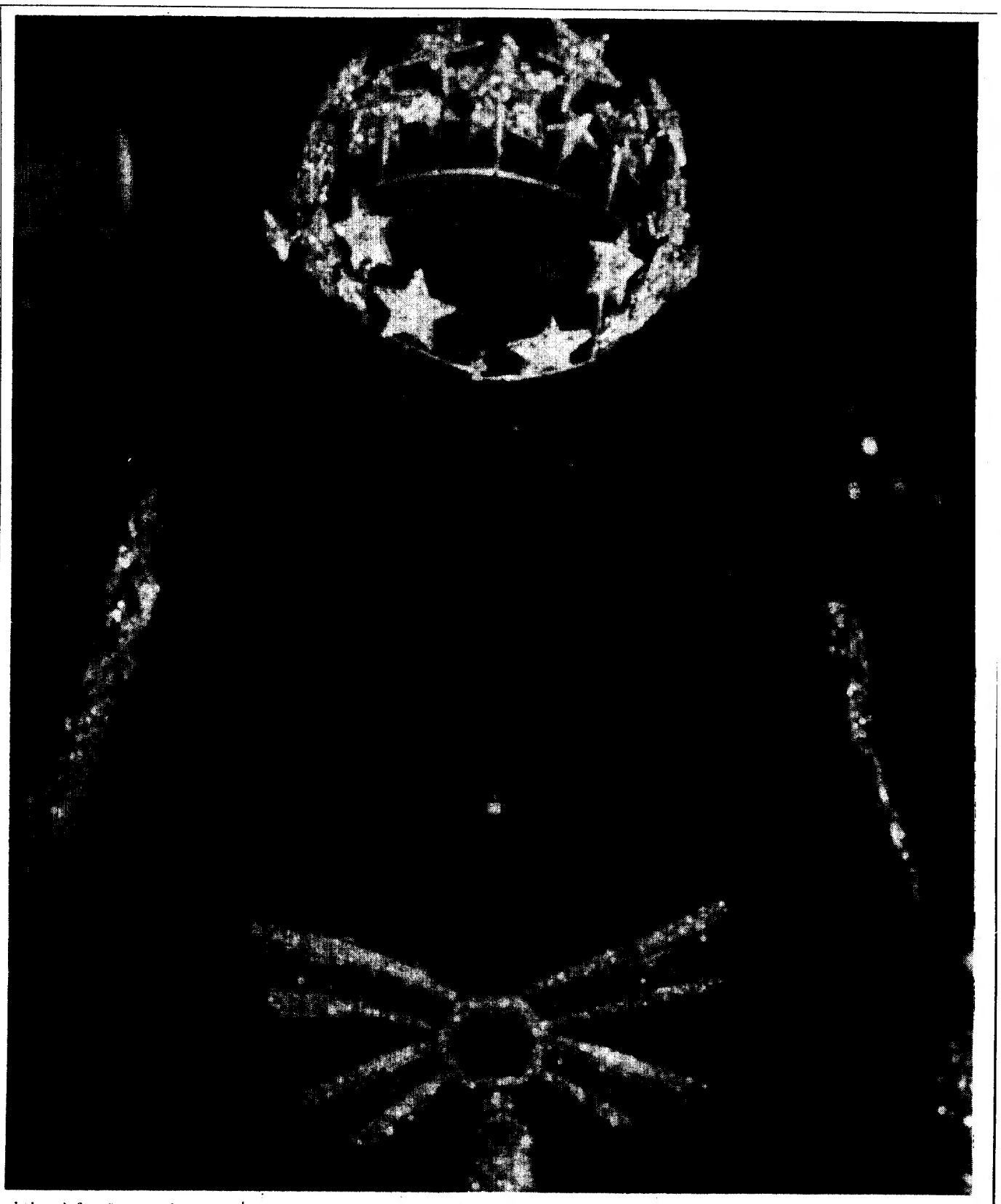
É uma boa profissão, a de jornalista, no fim do século XXIX!

O ESPECTÁCULO COMO ACTO SOCIAL AGLUTINANTE

Festa oficial e ritos de vida nos séculos XV a XVII

Única espécie com capacidade para se exprimir dramaticamente, move-se o homem historicamente num âmbito social pleno de manifestações dramáticas, desde aniversários e coroações régias a autos de fé e casamentos. A cerimónia é, por princípio, um drama.

O personagem individualizado – o herói – é, na cena social, algumas vezes, o rei, o representante das grandes famílias ou da Igreja; noutras é o anormal ou o transgressor das regras. No teatro é a consciência comum que se projecta no personagem seleccionado.



INTERESSA-NOS, isso sim, salientar o aspecto dramático — ou dramatizante — da própria estrutura social ao nível das relações interindividuais. Actor e espectador o ser humano é, sem sombra de dúvidas, por vezes também crítico, só que a actividade humana, mesmo quando aparentemente espontânea, ao colocar-se na órbita quer de si próprio, quer do outro, torna-se social e cultural, à medida que se teatraliza.

Ao nível do funcionamento da sociedade, a interiorização do personagem — mesmo que cada indivíduo possa representar diversos papéis: inquisidor, chefe de família, amante... — e a sua representação segundo leis mais ou menos específicas, acabam por se constituir num elemento de coesão, da mesma forma que no teatro o guião garante a legibilidade da peça aos olhos e ouvidos dos espectadores.

Assim, a própria ideia de espectáculo, associada às diversas manifestações sociais, aparece-nos como um padrão de análise susceptível de, sempre que aplicado, fazer ressaltar, onde quer que se estude a acção humana, a estrutura subjacente da sua teatralidade. Esta constrói-se — estando longe de constituir uma estrutura subjacente imutável — de sedimentos vários, por vezes difusos, se encontra na vivência social a todos os níveis o material de que se molda.

A Festa, componente da vida sócio-cultural do homem, frequentemente integra o espectáculo, por uma necessidade de se afirmar mais vincadamente. Tal elemento espectacular é sempre empregue em função de uma afirmação, de um discurso: não é um fim em si mesmo mas tão somente um meio. Daí a sua utilização política.

No caso concreto das festas oficiais organizadas pela corte portuguesa dos séculos XV a XVII, é a necessidade de transmissão de fausto e glória que se alia à conveniência política do poder vigente, no sentido de facilitar a aderência à visão do mundo veiculada por ele próprio. E é assim que o espectáculo se torna o suporte da festa, numa autêntica construção da cenografia do poder.

Se isolássemos cada um dos elementos — discurso régio, vestes de seda, procissões — da dinâmica do conjunto, deparar-nos-íamos com uma massa informe de artefactos solitários, privados do seu significado. É no conjunto que o espectáculo alcança — e provavelmente sobrevive — a sua funcionalidade. Não no seu próprio conjunto mas no de toda a sociedade.

A ambiguidade do próprio espectáculo reside apenas no facto de este se viver mas não se traduzir. Actor, resta-nos saber em que medida o ser humano é autor da sua própria teatralidade.

A festa e a realeza

Mostrava-se a realeza do Portugal de quatrocentos a seiscentos pródiga em festejos por altura de nascimentos e baptizados dos príncipes, casamentos régios, juramentos e aclamações de um novo monarca e visitas reais. Tais festas realizadas maioritariamente em Lisboa, prolongavam-se por vários dias, incluindo diversas manifestações espectaculares. Do vestuário brilhante e colorido, que frequentemente integrava pedras preciosas, à música e à dança, passando pelos foguetes «luminárias», todo um conjunto sem acções visuais e auditivas eram oferecidas aos espectadores admirados. Jogos e representações teatrais («momos» e «entremezes»), touradas e banquete, desfiles e cortejos eram no quotidiano lisboeta um momento bem marcante de evasão e mesmo de abundância para os estômagos famintos.

A propósito do casamento de D. Leonor com o Imperador Frederico relata a Crónica que foram «(...) ordenados mantimentos e provisões e outras cousas de graça em muita abastança (...) convite real de vinhos e frutas em uma notável perfeição». (Rui de Pina, Crónica do Rei D. Afonso V, pp. 121-122).

Uma cuidada cenografia presidia à elaboração dos festejos que se estendiam pelas ruas ornamentadas com arcos triunfais, por vezes até ao Tejo onde se agrupavam caravelas enfeitadas.

Nascimento dos príncipes

Se exceptuarmos as visitas reais e as exclamações, notamos que as outras circunstâncias se prendem com os ritos da vida que o personagem humano passa na viagem do nascimento à morte. Naturalmente ligado o nascimento ao ritual religioso do baptizado, assim como o contrato de casamento implica as respectivas festas, é relativamente aos heróis da cena social que as celebrações adquirem um carácter especial.

Assim, o nascimento do príncipe herdeiro não é somente festejado em louvor à fecundidade e à função reprodutora da mulher, mas sobretudo por ser o varão que assegura a hereditariedade da coroa. No nascimento de D. João III «(...) os nobres vieram (...) com cuya vinda se acrescentavão cada dia as festas, os jogos, as invenções e a suntuosidade dos trajos (...)» (Francisco de Andrade, Crónica do mui alto e muito poderoso Rei de Portugal Dom João III, v. I, p. 17).

Factores políticos acrescentam-se a factores de ordem genética, uma vez que o comportamento perante nascimentos femininos, embora de sangue real, têm uma repercussão muito menor. Do mesmo modo as crónicas deixaram-nos escassas descrições dos nascimentos dos filhos segundo comparativamente aos ricos pormenores que enchem as festas dos príncipes herdeiros.

Também o herdeiro há muito esperado, «o desejado», que iria reger a Nação tinha um recepção bastante diferente do herdeiro comum nascido no tempo normal do casamento. Actor inconsciente da representação que é um nascimento régio, o jovem príncipe era objecto de atenção antes de vir ao mundo.

À notícia das dores do parto de D. Sebastião, os espectadores deste drama dirigem-se para as igrejas e organizam procissões e orações, desejando o «próspero parto da princesa». Após o nascimento as festas acompanham o ritual religioso que impreterivelmente se segue: o baptizado.

O casamento, espectáculo maior

Negociado pelas famílias, obedecendo a interesses de Estado ou de promoção social, o casamento não deixava, porém, de ser o meio oficial de assegurar a reprodução da realeza. Inútil questionar o papel do amor nesta união dos dois sexos, combinada, muitas vezes, desde o nascimento ou efectuado entre desconhecidos. No último caso se encontra o grandioso casamento da irmã de D. Afonso V, D. Leonor, com o imperador da Alemanha.

Acto solene por excelência, o casamento convertia-se numa cerimónia pública que envolvia o maior número de participantes e de sumptuosidade. São as festas máximas.

A grande duração, a abundância de despesas e de diversões, o grande leque de participação social mostram-nos que na celebração de casamentos o poder se afirmava, através do simbolismo particular criado para os seus próprios ritos de vida.

O luxo é indispensável: «El Rey (D. João II) hia vestido a Francesa, com hũa opa roçagante de rica tela douro, forrada darminhos, e em cima hũa rica e grande cadea de pedraria e hum pelote de brocado, forrado de ricas martas (...)» (Garcia de Resende, Crónica de D. João II e Miscelânea, p. 170).

Enquanto o varão casa para assegurar a reprodução biológica e a manutenção do poder vigente, os filhos segundos frequentemente seguem a vida eclesiástica no sentido da reprodução da religião.

Dos ritos de vida à morte

No términus da vida o mais forte de todos os ritos: a morte. E a esta se subordinam todos os outros momentos. É o luto o factor principal a impedir a realização ou limitação das festas. Simples protocolo, ou todo um conjunto mental em que a vida é subordinada à morte?

Dos ritos de vida aos ritos da morte, toda uma série de cerimónias e de espectacularidade partia da cúpula da corte portuguesa dos séculos XV a XVII. Mais que o momento interessa-nos pensar a repercussão que no espectador teria o espectáculo. A importância dada pelos heróis aos seus ritos ultrapassaria o sistema fechado da corte — momentaneamente rompido — para entrar na vida do «povo miúdo»? A interpenetração de actor e espectador agudiza-se aqui, na medida em que a festa surge como a celebração de algo comum a todos, da populaça ao soberano — a vida.

De qualquer forma, e enquanto teatralidade, o espectáculo acaba por ser uma construção dinamizadora do corpo social e, mais do que isso, é um profundo elemento aglutinador e um dos dados fundamentais para se pensar a sociabilidade.

♦

Clara Freyão Camacho
José Manuel Vilhena

Dois piratas do cinema em liberdade

Continuação da pág. 1

— WIM WENDERS: Todas essas artes são postas em causa. O cinema nunca é posto em causa por ser muito jovem.

— CHANTAL ACKERMAN: No entanto, quando vemos filmes mudos, verificamos que eles são mais modernos. O cinema nasceu na altura em que todas as artes foram postas me causa, e depois, não sei em que altura, nos anos 30, 40, acabou por se esclorosar, para acabar nos anos 80, em que é o pior.

Querer guardar, querer encontrar

— Quer dizer?

— WIM WENDERS: Há actualmente tantos filmes que vivem do cinema em vez de se alimentar da vida ou das ideias. Todo o cinema que vemos, é certo que com excepções, é uma repetição.

— CHANTAL ACKERMAN: Agora há uma relação de amor com o cinema antigo. Mesmo as pessoas que fizeram coisas belas, repetem planos. Eles injectam isso com actores que já não são os mesmos.

— WIM WENDERS: O extremo é o cinema que vem dos Estados Unidos, o fantástico, os grandes espectáculos. É feito com meios que nunca houve antes, mas o que ele conta como histórias, ou fantasias ou sonhos vem na verdade da segunda ou da terceira «geração».

O ano passado vi em Londres **Napoleão.** Deviam envergonhar-se. Foi filmado em 1924--1926, com muitas ideias. Depois, não se passou mais nada. Pelo contrário, perderam-se muitas coisas.

— Onde vão vocês buscar a matéria para os vossos filmes?

— WIM WENDERS: Há duas fontes. A mais importante é, sem dúvida, as experiências, uma acumulação de experiências que têm que encontrar uma forma, para não nos perdermos. Mas esqueço muito depressa e às vezes não quero esquecer.

A outra fonte é o contrário, o desejo de fazer uma procura, de conhecer algo de novo, um desejo de partir para um terreno desconhecido. Estes dois **impulse** estão sempre no início de um filme: querer guardar, querer encontrar.

— CHANTAL ACKERMAN: Para mim também é sempre diferente. Por exemplo em **Toute une nuit** era a primeira vez que eu não tinha que redigir um projecto com o objectivo de receber dinheiro. Eu tinha dinheiro e podia fazer o que queria. Tinha uma ideia, na verdade tinha duas imagens na cabeça.

Uma delas era uma imagem de infância: uma garotinha com a mãe numa sala de chá dançante, como então as havia em Bruxelas nos grandes armazéns onde ia fazer compras com a minha mãe. Um dia ocorreu-me a ideia de que a garotinha assistia a um **coup de foudre.**

A outra imagem dizia respeito aos meus amigos. Eram pares e eu via-os quando nos encontrávamos os seis. O irmão de uma tinha tido um caso com a irmã de outro, etc., era uma espécie de cadeia incestuosa. E, ao mesmo tempo, no fundo, havia uma espécie de decepção em relação àquilo que aos quinze ou dezoito anos se esperava do amor.

E pronto. Metade era tirado da vida, metade dos meus fantasmas, mas já estava tudo morto antes de eu começar a escrever porque sabia bem demais para onde ia. Aquilo a que eu quero escapar é principalmente o que está morto antes de começar.

E depois encontrei umas notas, quatro ou cinco linhas do Verão precedente. O resto, o primeiro assunto, esqueci-o, é só agora que me dou conta que havia qualquer coisa a ver nele.

Na realidade as notas acabam muito depressa, não conheço a sequência nem aquilo que as precedeu. Há como que um lado enigmático, estimulante para o imaginário dos outros. Pensei que ia fazer qualquer coisa. Também me veio à ideia o calor do Verão, porque era o que eu estava a viver. Começámos as filmagens mas eu não tinha a menor ideia do que iria sair dali.

— WIM WANDERS: A história do meu filme é paralela à tua. Antes de começar **l'État des choses,** trabalhara durante dois anos e meio em Hollywood e, de súbito, houvera um tempo morto de seis meses porque se interrompeu a filmagem de **Hammet,** e de repente pude respirar, dei-me conta da situação em que me encontrava.

Há três anos que não vinha à Europa. Passei por acaso por Lisboa, vi essa equipa de cinema, o filme de Ruiz, Henri Alekan, e isso lembrou-me as minhas próprias filmagens de há muito. **Alice** ou **O fil du temps,** era um trabalho muito calmo, muito amigável. Ninguém gritava, não havia pressões. De súbito havia algo a contar que tratava do sistema de produção americana e do cinema europeu. E havia um país a descobrir, Portugal, e algo de desconhecido, uma dúzia de personagens.

Acho que a nossa história é muito parecida. E depois, sempre que se começa um filme, no primeiro dia das filmagens, podemos perder a ideia que tinhamos de princípio e arriscamo--nos sempre a perdê-la porque se nos agarramos demasiado a essa ideia, não podemos descobrir mais nada.

— CHANTAL ACKERMAN: É sempre essa luta contra a esclerose. E também contra nós. Nesse filme, por exemplo, tentei ultrapassar um pouco a mestria.

Houve aquela tentativa, **Les rendez-vous d'Anna,** com mais dinheiro, um argumento muito escrito, etc. Quando comecei a filmar havia uma grande expectativa dos outros, dos produtores. Esperavam que eu fizesse um filme que estivesse, apesar de tudo, no sistema. O que não fiz. Mas tive tanto medo, quis dominar tanto todos os elementos que houve qualquer coisa, parece-me, que não deixei escapar.

Fiz este filme em liberdade total. Sei que posso contar, enquadrar, dirigir os actores, nada disso é um problema. Também posso permitir-me maus enquadramentos. Não é um filme mal enquadrado, digamos que ele é menos controlado. Tentei deixar-me arrastar. A mestria está ligada ao sistema, e o sistema... Quando vemos alguns grandes filmes comerciais, tão mal feitos, pensamos que sabemos fazer melhor um filme, temos maior mestria.

— WIM WENDERS: Esses filmes de que estás a falar são mal feitos porque eles nem mesmo sabem contar, ou, tudo o que sabem é contar como na televisão.

— CHANTAL ACKERMAN: O cenário, as luzes, a imagem, os actores são bons. Todos fazem bem o seu trabalho mas isso não quer dizer que o filme seja bom.

— WIM WENDERS: Ainda ontem me disseram: há um cinema que pretende contar e que na verdade já não conta, que finge, que apresenta um simples espectáculo, o que basta para ter um certo êxito.

— Até agora falaram dos meios que têm para trabalhar em liberdade. Não é esse o discurso habitual.

— CHANTAL ACKERMAN: Mas as pessoas também não pedem a liberdade. Podiam fazê-lo. Quando nos encontramos num café com um cineasta, ele, em vez de dizer o que lhe apetece fazer, fala-nos das dificuldades de montar a sua produção do aborrecimentos que tem com os agentes. Eles têm o que merecem. Porque as coisas podem ser feitas de outra maneira.

— Mas o estado de coisas...

— CHANTAL ACKERMAN: Sim, mas ele contradiz-se porque existe.

— WIM WENDERS: De acordo. Felizmente ele contradiz-se.

— CHANTAL ACKERMAN: Eu estou-me nas tintas para as pessoas que se lamentam. Não posso suportá-las. O cinema é uma profissão perigosa mas três quartos das pessoas que a escolhem imaginam que vão receber um Oscar e conhecer actrizes bonitas. Eu ensino em Bruxelas e vejo muito bem, com os meus estudantes, que poucos deles escolhem o cinema por amarem essa linguagem. É o sonho de Hollywood, o fascínio de Coppola, o aroma do dinheiro, o bezerro de ouro.

— WIM WENDERS Isso sempre foi muito atraente.

— CHANTAL AKERMAN: Todos fomos crianças, uma parte da nossa infância continua em nós, e também gostaria muito de ir receber o meu Oscar a Hollywood. Mas isso não interessa logo de princípio.

— WIM WENDERS: É engraçado. Tu julgas que é verdade, que é o ponto de partida para tanta gente?

— CHANTAL ACKERMAN: Perguntaram a uma classe da escola onde sou professora: querem trabalhar com a Chantal ou com o Claude Miller? Responderam que preferiam o Claude Miller porque queriam aprender a fazer cinema comercial.

— WIM WENDERS: O mais importante à partida era para nós o facto de não termos tradições, de não termos nada. Para as pessoas que começam agora a estudar cinema há, por exemplo, Chantal Ackerman e Wim Wenders. Há uma continuidade do cinema e é muito mais difícil uma pessoa definir-se.

— CHANTAL ACKERMAN: Nós tínhamos o Godard.

— WIM WENDERS: Na Alemanha não tanto. Tratava-se na verdade de uma pessoa se definir num país onde não havia nada. Claro que tínhamos a nova vaga como exemplo, claro que tínhamos Godard mas não era muito possível que um dia pudéssemos fazer algo de semelhante. Eu fiz três, quatro filmes, antes de pensar que pudesse ser essa a minha profissão. Podia acabar de um momento para o outro.

— CHANTAL ACKERMAN: Comigo não se tratava de isso poder acabar, mas até **Jeanne Dielman,** nunca tentei nada pelos meus filmes, embora eles fossem às vezes aos festivais. Foi só quando **Jeanne Dielman** apareceu em Cannes, na Quinzena dos realizadores que as pessoas quiseram mostrar o que eu tinha feito antes.

— E agora qual é a sua atitude perante o público?

— CHANTAL ACKERMAN: Só depois é que se pensa nisso. Espero que as pessoas vão ver o meu filme, é isto tudo o que posso dizer.

— WIM WENDERS: Viajei com os meus filmes, mostrei-os no Japão, assim como em várias universidades americanas, discuti muito. Posso por isso dizer que conheço o público que vai ver os meus filmes, conheço em Chicago, Reykjavik, Sydney ou Glasgow as pessoas que vão ver **L'Etat des choses.** Conheço-as pessoalmente. Sei que há pessoas que são parecidas.

— CHANTAL ACKERMAN: Há filmes que fazem a escolha entre os que são nossos amigos e os que não o são. A estes não há nada a dizer. Por vezes um filme cria relações afectivas. Isto que estou a dizer é um pouco terrorista mas é verdade.

— WIM WENDERS: Conhecer pessoas que esperam alguma coisa de nós também cria uma certa responsabilidade. Elas falaram connosco, viram os nossos filmes, fizeram perguntas, disseram que se sentiram satisfeitas. Sabemos que elas vão ver o próximo e não queremos desiludi-las. Esperam que não fiquemos quietos, que não vamos dizer-lhes o que elas já sabem, o que já ouviram, esperam que os nossos filmes apresentem uma ideia de mudança e uma ideia de progresso.

— CHANTAL ACKERMAN: Eu não me sentia à vontade com as mulheres. **Jeanne Dielman** foi olhado como um filme feminista, e em parte é isso mesmo, embora a minha ideia não fosse essa; eu queria fazer um filme sobre a ocupação do tempo. Ao ver **Toute une nuit** uma jovem disse-me: «**Oh, não é um filme feminista!**» Estava desconsolada. Dei-me conta de que as pessoas esperavam de mim que eu exprimisse aquilo que elas queriam dizer, enfim, o que as mulheres queriam dizer, coisas políticas. Houve erro na pessoa porque eu nunca quis fazer filmes políticos. **Jeanne Dielman** estava de acordo com o que as mulheres pensavam em dado momento. Mas depois continuei o meu caminho e já quiseram deter-me. Desejavam que eu me repetisse. Tu dizes que eles querem que mudemos. Muitos desejam que continuemos a ser nós próprios.

É engraçado. Não se pede a uma música que seja feminista ou de esquerda.

O filme mais musical

— O cinema e a música não são a mais arte.

Em filmagens, em Fevereiro do ano passado, em Portugal

— CHANTAL ACKERMAN: Claro que sim, que é a mesma coisa.

— WIM WENDERS: Não estou de acordo.

— CHANTAL ACKERMAN: Tanto a música como o filme decorrem num certo tempo. Não se dá o mesmo com a literatura onde se trata de um tempo que o leitor toma e que está livre. O cinema e a música são um tempo imposto e é a maneira como esse tempo é organizado que cria um filme ou uma música. A música são altos e baixos, breves e longas, e, no cinema, planos curtos, planos longos, etc. Os ruídos, os sons existem, são reais. As imagens também existem.

— WIM WENDERS: Excepto que com uma imagem há uma escolha de reacções muito maior.

— CHANTAL ACKERMAN: O filme de Godard, **Passion,** arrastou-me, deu-me a sensação de uma certa música.

— WIM WENDERS: Tens razão, é o filme mais musical que vi desde há muito. É um verdadeiro concerto.

— CHANTAL ACKERMAN: É o género de filme de que eu gosto. Procura um efeito físico e eu nem tentei compreender o que as pessoas diziam. A música produz um efeito físico e é isso que interessa no cinema. Quando saí de **Passion** tinha vontade de me pôr aos saltos em plena rua.

— WIM WENDERS: Acho que este sentimento vai muito mais além no cinema do que na música. Podemos sair de um concerto com essa vontade de dar saltos na rua mas esse sentimento vai muito mais longe no cinema do que na música. Podemos sair de um concerto com essa vontade de saltar mas um filme se produz esse efeito, é a outros níveis que o faz. Não é unicamente físico, não posso satisfazer-me com isso. Sentimos um filme como **Passion,** como se se tratasse de um concerto mas ele tem outra dimensão, algo que não diz respeito ao físico. Um bom filme abre na vida de cada um os olhos e as possibilidades. Abre a nossa cabeça. Podemos sair e fazer qualquer coisa que não fizemos antes, podemos reagir e dizer a alguém o que antes não ousaríamos dizer. Isto não acontece depois de um concerto.

— CHANTAL ACKERMAN: Não estou muito certa disso.

— WIM WENDERS: Um concerto nunca tem uma qualidade moral e o cinema tem essa dimensão. Na pintura isso também existe; na música, não vejo.

— CHANTAL ACKERMAN: Quando se compreende Schoenberg, vê-se que ele está ligado a uma ética. Como em qualquer outra arte.

— WIM WENDERS: Sim, mas nas outras artes é preciso procurar. No cinema tudo aparece mais facilmente, às vezes salta aos olhos, às vezes não acontece.

— CHANTAL ACKERMAN: Eu, por exemplo, tenho uma relação com a imagem, relação essa que ainda não esclareci verdadeiramente porque fui criada na religião judaica em que é proibido fazer imagens (1). É um dos dez mandamentos. Não fazer imagens porque elas têm a ver com a idolatria. Não representar. Estou pois em plena relação de transgressão, e é por isso que estou de acordo: com a imagem põe-se sempre o problema da moral. Sempre. Logo que há representação.

— WIM WENDERS: Creio que com uma educação católica como a que tive, se dá exactamente o contrário, porque na Europa os católicos são os primeiros a criar imagens.

— CHANTAL ACKERMAN: Godard perguntou-me um dia porque razão os judeus nunca tinham feito filmes sobre os campos de concentração. Não se pode, é irrepresentável, inimaginável. Mostrar é banalizar. Não se pode mostrar, não se pode tentar fazê-lo. De resto, não se conseguiria.

— WIM WENDERS: Estou de acordo em que há muitas coisas que merecem ser tratadas dessa maneira. Por outro lado o cinema sempre fez, infelizmente, o contrário, sempre tentou encontrar o irrepresentável e mostrá-lo. São, na verdade, escolhas pessoais a ser feitas.

— CHANTAL ACKERMAN: Pode falar-se disso tudo, tomá-lo como tema, mas não através de imagens.

— WIM WENDERS: Muitas vezes pode-se falar no cinema mais do que mostrar. As pessoas podem contar como nos filmes de Godard. Isso sim, está bem.

(1) «Fazei por não vos perverter fabricando ídolos, representações ou símbolos do que quer que seja». (Antigo Testamento).

A imaginação no Poder

OS Estados Unidos têm o melhor Congresso que o dinheiro pode comprar. Essa sábia frase do escritor Mark Traiw, poderia ser aplicada à Câmara dos Deputados do Brasil, onde o poder económico é fundamental. Sem ser possuidor de larga fortuna dificilmente um candidato — de qualquer partido — poderá **comprar** uma vaga no restrito clube dos 420 defensores e representantes do povo. Por aí, vocês imaginem com que afinco eles irão defender esse povo. Povo que está virtualmehte na miséria enquanto os seus representantes vão muito bem, obrigado. E a família, também.

Bem, depois de gastar uma nota preta, finalmente eles são eleitos deputados (para defender o povo, não esqueçam). Aí começa o empenhamento na nobre causa à qual se propuzeram. Projectos são apresentados. Todos optimamente bem intencionados é bom que se diga. Como?

Por exemplo: um deputado apresentou um projecto proibindo que fosse divulgado na Imprensa, rádio, jornal, televisão e revistas, e mesmo em livros, piadas (anedotas) cujos personagens fossem portugueses. Foi rejeitada, claro. Um outro deputado, talvez do mesmo partido, advertiu o plenário que esse projecto, além de inóquo era improcedente, pois a ninguém seria vetado contar uma piada (anedota) que começasse da seguinte maneira: — **Conhece aquela dos dois japoneses? O Joaquim e o Manuel...???**

Projectos insólitos são normalmente apresentados na Câmara dos Deputados de Brasília. O que não quer dizer que sejam aprovados, e, mesmo aprovados, não quer dizer que sejam cumpridos.

O deputado Gióia Júnior, do Partido Democrático e Social (PDS), governista, é conhecido pelos extravagantes projectos que apresenta. Um deles, instituia o Dia dos Não Fumantes, acrescido de um outro que determinava a substituição do ramo de tabaco, que existe nas armas nacionais, por um ramo de soja.

O mesmo Gióia Júnior propôs, num outro projecto, a isenção de pagamentos de portagem nas estradas federais, durante os períodos escolares, os veículos automóveis conduzidos por estudantes motoristas. Difícil seria provar como ser ao mesmo tempo estudante-motorista... Não foi aprovado; e ainda bem.

Mas Gióia Júnior, grande defensor do povo, não desiste. Insiste. Apresentou projecto propondo que a Companhia Brasileira de Correios e Telégrafos emitisse selos com versículos da Bíblia. E outro autorizando o ensino da Bíblia no 2.º e 3.º graus nas escolas.

Jorge Paulo, também do PDS, nacionalisticamente, propôs tornar obrigatório na dobragem dos filmes estrangeiros dos nomes dos personagens. Assim, Williams passaria a ser Guilherme. Vê se pode? Além desse, apresentou outro proibindo o uso de música estrangeira em anúncios sobre temas nacionais. E um terceiro que permitiria a quem ganha apenas até um salário-mínimo pagar metade nos bilhetes dos cinemas.

Pedro Geraldo Costa (PSD) propôs que fosse proibido o registo de crianças como o nome Jesus.

Pedro Geraldo Costa, todas as vezes que usava da palavra na Câmara, começava o discurso recitando uns versinhos de sua própria lavra:

«Bom dia, café, sorriso quente da gente.

Vou contar ao Presidente que você está descontente.»

Pedro Lauro, da oposição, apresentou, na actual legislatura, apenas dois projectos; mas muito bons. Que introduzia mais uma cor na bandeira nacional, o vermelho; e o que autorizava a cobrança, no futebol, do lateral com o pé, passando a chamar-se **chuteral.**

Na legislatura anterior, Pedro Lauro havia se notabilizado por uma série de projectos interessantíssimos: proibindo comentários ou críticas a respeito de quaiquer filmes estrangeiros, feitos através da Imprensa, rádio ou televisão. Também é de sua autoria o projecto que tornava obrigatória a realização de testes de tóxicos ou alucinógenos nos artistas.

Mauro Timbau, deputado de Minas Gerais, entrou decididamente para o folclore político brasileiro no dia que apresentou o projecto determinando a construção de um canal fluvial entre Belo Horizonte, capital de Minas, e Brasília, a fim de possibilitar as viagens de navio entre as duas cidades «que, caprichosamente, a natureza privara de mar».

Já o deputado Eurico de Oliveira propôs a criação de uma nova disciplina escolar: «Como Vencer na Vida», e não satisfeito apresentou outro de grande impacto social, económico e cultural: ninguém poderia usar esporas no País.

Cristina Tavares Correia, brava representante de Pernambuco, em protesto contra seguidos casuímos eleitorais do governo, sugeriu duas alterações à lei eleitoral: «Artigo 1.º — São nulos os votos dados aos partidos de oposição. Artigo 2.º — Os votos nulos, assim como os brancos, contam para o partido do Governo».

Ainda mais sintética foi a sugestão do historiador Capristano de Abreu, que não era deputado, para a Constituição do Brasil, que teria um único artigo: «Todo brasileiro deve ter vergonha na cara». E «ficam revogadas as disposições em contrário».

Duda Guennes

PARA CONSTRUIR UMA SOCIEDADE DE LEITORES

Uma experiência indiana destinada às zonas rurais

G. Venkataraman e Varsha Das

A Índia, disse-se muitas vezes, vive nas suas aldeias. Mais de 76 por cento de uma população total de 683 milhões de habitantes, está, com efeito, repartida pelas 570 000 aldeias do país. Assim, a Índia não pode ambicionar um real desenvolvimento enquanto estas vastas zonas rurais não tiverem ultrapassado o seu atraso. A construção de uma sociedade familiarizada com a leitura é por isso considerada tão indispensável ao progresso dos indivíduos e do país, como os programas de desenvolvimento socioeconómico.

QUANDO em 1947 a Índia ascendeu à independência, o seu primeiro-ministro, Jawaharlal Nehru, sublinhou a necessidade de acordar em toda a população um desejo real de leitura. Esta constituia para ele a chave do progresso e da transformação da qualidade da vida.

Depois disso deu-se uma forte expansão das facilidades propostas em matéria de educação neste país, ao mesmo tempo que um desenvolvimento considerável. Hoje a Índia figura entre os dez países do mundo que mais livros produzem. Estas novas possibilidades, e em especial os progressos da alfabetização, fizeram por sua vez nascer a necessidade de poder dispor permanentemente de um material para a leitura adaptado e capaz de alimentar o interesse pela leitura, da população alfabetizada há mais ou menos tempo.

Por ocasião da Quarta Feira Internacional do Livro que se realizou em Março de 1980 em Nova Delhi, o **National Book Trust of Índia** (NBT) organizou, com a ajuda da UNESCO um seminário encarregado de estudar este problema sob todos os seus aspectos. Esse encontro, que tinha como tema, «As publicações destinadas às zonas rurais nos países em desenvolvimento» e que reunia peritos do mundo inteiro, preconizou, entre outras coisas, a criação de oficinas para os autores que escrevem para um público rural, e nas quais podiam tomar contacto com os seus leitores.

À luz destas recomendações, o NBT realizou, sob a forma de um projecto piloto, um programa especial de publicações destinadas às comunidades rurais. Este projecto foi feito através de consultas com a Direcção da Educação de Adultos do Ministério da Educação e da Cultura, e os organismos de voluntários encarregados de promover a alfabetização nas diversas línguas faladas nessas regiões.

O Trust decidiu começar pelas zonas em que o Estado ou os seus organismos de voluntários já desenvolviam a sua actividade e nas quais também se fazia sentir uma necessidade particularmente aguda de material de leitura. Dois Estados foram propostos: o Gujarat e o Orissa. Tendo em conta o forte contraste da situação socioeconómica de ambos, o NBT achava que poderia recolher indicações que lhe permitissem melhorar a sua acção. Situado na costa oeste da Índia, à beira do mar de Oman, o Gujarat é conhecido pelas suas indústrias algodoeira e de sal. Possui uma elevada percentagem de alfabetização, 43,75 %, quando a média nacional é de 36,17 %. Na costa leste, o Orissa ainda é um Estado em desenvolvimento, de vocação essencialmente agrícola. Perto de 40 % da sua população — superior a 26,27 milhões de habitantes — pertence aos grupos mais desfavorecidos da comunidade, como a casta dita dos intocáveis e as tribos nómadas. Apesar de uma percentagem de alfabetização de 34,12 %, tem a segunda mais forte concentração da população tribal do país.

No Gujarat os esforços foram essencialmente empreendidos no respeitante ao público feminino. Em Maio de 1980 foi feito um estudo preliminar nos distritos de Surat e de Bulsar, situados ao sul deste Estado, por uma equipa de três membros: Lokenath Bhattacharya (co-director das publicações do NBT), a senhora Varsha Das (secretária de redacção das publicações em língua gujarati) e A.K. Jalaluddin (então director da educação de adultos no ministério indiano da educação e da cultura).

Este estudo contem conversas tidas com responsáveis locais, visitas às instituições que se dedicam à educação dos adultos e ao desenvolvimento rural, e encontros com escritores locais. O NBT apelou para a experiência de um organismo de voluntários, o Kanjibhai Desai Samaj Shikshan Trust de Surat. A equipa visitou também três cursos de alfabetização organizados para os adultos por essa mesma associação. O primeiro, principalmente formado por mulheres e jovens muçulmanas, era administrado numa mesquita; o segundo era destinado aos habitantes dos bairros mais pobres; o terceiro tinha por quadro uma colónia de trabalhadores agrícolas sem terras próprias, isto é, a parte mais atrasada da região. A equipa também esteve em três cidades vizinhas — Valod, Bardoli e Tundi — onde fez um apanhado dos vários programas, principalmente dos cursos de alfabetização dirigidos às mulheres do campo e em especial aos jovens adivasi (um grupo nómada). A equipa visitou depois as zonas mais afastadas do distrito de Bubar, onde foram organizados cursos especiais para as mulheres e para certas comunidades, como os pescadores e a população das tribos nómadas. A gente do campo, principalmente as mulheres, são tímidas e foi preciso ganhar a sua confiança e pô-las à vontade para obter reacções ou respostas. Renunciou-se pois aos questionários escritos e a informação foi obtida a partir de conversas amigáveis sem nenhum carácter oficial. Para aligeirar a atmosfera, Varsha Das chegou mesmo a cantar e a dançar com as mulheres que assistiam aos cursos de alfabetização.

Os encontros com os escritores

A equipa também se encontrou com um grupo de escritores locais e de pessoas que trabalham no programa de desenvolvimento rural. Foram abordados vários temas e sete autores encarregados de preparar textos sobre os seguintes temas:

1) «A medicina indígena», ou as plantas que é possível utilizar para o tratamento de algumas doenças;

2) «Gás a partir dos excrementos», ou como utilizar lixo e excrementos numa fábrica em que se produza o biogás necessário à população rural;

3) Narrativa da visita de um instituto de investigação agronómica descrevendo os trabalhos que aí são feitos com o objectivo de melhorar as culturas e a criação do gado;

4) Informações sobre os deuses e as deusas adivasi das tribos nómadas da região;

5) Os cantos folclóricos da região costeira do Gujarat;

6) Narrativa da visita a um museu;

7) Narrativa de uma visita ao centro de peregrinação de Dwaraka, célebre pelo seu templo de Krishna e as suas importantes celebrações, como o Jammashtami (o aniverário de Krishna).

Na sequência deste estudo, foi organizada entre 24 e 30 de Julho de 1980 na aldeia de Damas, perto de Surat, uma oficina para a discussão de textos estabelecidos pelos autores e para a preparação das ilustrações.

Os textos não correspondiam às concepções do NBT e tiveram de ser modificadas. Eliminaram-se os textos complicados, as frases ambíguas e as palavras em sânscrito que teriam complicado a leitura e dificultado a compreensão do texto. Em certos casos foi mesmo necessário modificar toda a apresentação porque ela era considerada pouco interessante ou sobrecarregada de informações. Varsha Das reescreveu o texto que tratava dos deuses e das deusas para suprimir as descrições e explicações técnicas demasiado longas. Também se decidiu reduzir os manuscritos a um máximo de 1500 palavras.

Por outro lado cada autor trabalhou com um artista que traçou os primeiros esboços das ilustrações destinadas a acompanhar o texto e que visitou as aldeias tribais a fim de fazer desenhos autênticos da população e dos seus ídolos.

O material assim preparado foi submetido aos cursos de alfabetização dos adultos. Varsha Das leu todos os projectos parágrafo por parágrafo, depois perguntou aos participantes se podiam seguir o texto e se o assunto os interessava. Exceptuando algumas palavras mudas aqui e além, todos os manuscritos foram bem acolhidos.

Efectuou-se mesmo um estudo preliminar no Estado de Orissa em Julho de 1981, e está previsto que durante o período coberto pelo 6.º Plano quinquenal (1981-1985), o projecto de publicações destinadas às zonas rurais se estenda às diferentes regiões linguísticas do país.

Paralelamente a estes estudos no local, o NBT adoptou outra estratégia, realizando uma estrutura de «Festivais do livro», que permitirão uma melhor difusão dos livros escritos para as zonas rurais nas diversas línguas do país.

O Trust aproveitou-se destas manifestações para organizar seminários sobre estas publicações. Realizaram-se assim dois festivais em Outubro-Novembro 1980, um deles em Indora, no Madhya Pradesh e o outro em Cuttack, no Orissa. Em Indora, um seminário estudou as publicações em hindi, visto o de Cuttack ser consagrado às publicações destinadas às zonas rurais de Oriya. Um seminário análogo, organizado por ocasião do Festival do livro de Cochin (Estado de Kerala) em Abril de 1981, examinou as possibilidades de publicação nas línguas ofur do sul da Índia: o omalayalam (Kerala), o tamil (Tamil Nadu), o telugu (Andhra Pradesh) e o kannada (Karnataka). As recomendações e as sujestões destes seminários ajudarão o NBT a determinar as zonas onde é possível repetir a experiência realizada no Gujarat e no Orissa.